



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE LULA A TRABALHADORES: PROCEDIMENTOS DE
LEGITIMAÇÃO DO DIZER POLÍTICO

MAÍSA RAMOS PEREIRA

SÃO CARLOS
2013



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE LULA A TRABALHADORES: PROCEDIMENTOS DE
LEGITIMAÇÃO DO DIZER POLÍTICO

MAÍSA RAMOS PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos,
como parte dos requisitos para a obtenção
do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Piovezani

São Carlos - São Paulo - Brasil
2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P436fd

Pereira, Maísa Ramos.

Do funcionamento discursivo dos pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores : procedimentos de legitimação do dizer político / Maísa Ramos Pereira. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
145 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Análise do discurso. 2. Legitimação. 3. Discurso político. 4. Silva, Luiz Inácio Lula da, 1945-. I. Título.

CDD: 401.41 (20ª)

**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
MAÍSA RAMOS PEREIRA**



Prof. Dr. Carlos Félix Piovezani Filho
Orientador e Presidente
UFSCar/São Carlos

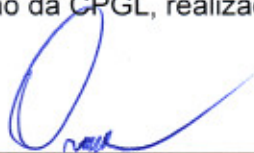


Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin
Membro titular
UNESP/Araraquara



Prof^a. Dr^a. Vanice Maria Oliveira Sargentini
Membro titular
UFSCar/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 3/abril/2013.
Homologada na 55^a reunião da CPGL, realizada em 05/09/2013.



A Gercina Ramos, pelas primeiras letras e lições
sobre política.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão, mais especificamente, a José Francisco Gonçalves Bastos, Mário Sérgio Maia Mendes, Professor Lyndon de Araújo Santos, Nazaré Fahd, Clemilton Batista Holanda, Hermínia Soeiro e a toda equipe técnico-administrativa da Diretoria do Centro de Ciências Humanas, pois sem seu apoio não poderia ter realizado o Mestrado.

Agradeço ao meu orientador, Professor Carlos Piovezani, pela orientação atenciosa, extrema generosidade e confiança.

Agradeço à Banca Examinadora, Professoras Maria do Rosário Valencise Gregolin e Vanice Maria Oliveira Sargentini, pelas valiosas contribuições que me foram dadas quando da qualificação.

Agradeço aos meus familiares, Gercina Ramos, Edson Ramos, Marlene Morais, Paixão Santos e Benedito Costa, pelo apoio e incentivo constantes.

Agradeço aos meus irmãos, Ricardo Augusto Pereira e Roberto Augusto Pereira, pelas leituras indicadas sobre o processo de formação do Partido dos Trabalhadores.

Agradeço aos meus amigos de São Carlos, Laura Florian, Luzmara Curcino, Carlos Piovezani, Nilson Ribeiro, Israel de Sá, Fred Morales, Julio Gallardo, Aline Franceschini, Virginia Rubio, Denise Leppos, Marina Grandolpho e tantos outros que me deram suporte e tornaram minha estadia em São Carlos tão agradável.

Agradeço aos meus amigos de São Luís, que sempre se mantiveram presentes durante este período, em especial, à amiga e professora dos tempos de graduação, Catarina Malcher; e à amiga de Letras, Joelma Baldez.

Agradeço a minhas primeiras orientadoras, Professora Maura Melo e Professora Conceição Ramos, pelo apoio em diferentes fases da minha formação acadêmica.

Agradeço a César Vera, pela dedicação e pelo companheirismo de todos esses dias.

O opressor mais eficiente é aquele que persuade seus subalternos a amar, desejar e identificar-se com seu poder.

Terry Eagleton

RESUMO

Quais os modos de dizer do discurso político contemporâneo frente a uma crise da democracia que desestabiliza fórmulas consagradas de pronunciamento, colocando-as em causa, identificando-as à mentira e às manobras mal intencionadas? Quais as soluções e as tentativas de conserto apresentadas pela sociedade de classes para dirimir conflitos sociais, apagar diferenças e problemas inerentes à estrutura do modo de produção capitalista? Diante de uma conjuntura de descrença das camadas populares com relação a seus representantes, percebemos uma quebra de paradigma no que diz respeito ao próprio dizer do sujeito político. Em muitas das manifestações deste dizer, o sujeito, além de parecer (ou ser), fala como o povo, partindo do mesmo lugar social de representante, a fim de legitimar seu dizer apoiado em um processo de construção de relações de identificação com seus enunciatários. Com base na teoria da Análise de Discurso derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux e seu Grupo, interpretaremos procedimentos de legitimação do dizer político nos pronunciamentos do presidente Luís Inácio Lula da Silva a trabalhadores, nos eventos de comemoração de 1º de maio, durante seus dois mandatos (de 2003 a 2010). A razão pela qual optamos por este recorte tem a ver com a constante retomada discursiva de que Lula seria um “presidente distinto dos demais” devido a sua ascendência da classe trabalhadora. Trabalhamos com as noções de *formação discursiva*, *ideologia*, *posição sujeito* e *porta-voz*, pelo entendimento de que todas estão intrinsecamente correlacionadas e são bastante pertinentes para as análises de *corpora* discursivos que visam a objetivos tais como aqueles a que pretendemos atingir neste trabalho. A partir da análise dos processos discursivos, observamos: a) como a materialidade linguística dos pronunciamentos do presidente legitima seu dizer político b) se, assim como quando líder sindical (CAZARIN, 2005), Lula continua a posicionar-se na função de *porta-voz* (PÊCHEUX, 1990) c) Quais são as ancoragens discursivas espaciais e temporais que permitem ao sujeito que se estabeleça como *porta-voz* dos trabalhadores? Partimos da hipótese de que, ocupando o lugar daqueles que *não podem ou não devem* falar, Lula, como *porta-voz*, o potencial negociador, fala *para* os trabalhadores, destacando-se e delimitando-se dos seus enunciatários em função do papel que assume. O apaziguamento por meio do processo de identificação (ORLANDI, 1983) acaba por ser instaurado: a representação basta para que o “povo” se sinta contemplado (ROSAVALLON, 1998).

ABSTRACT

How does contemporary political discourse face a crisis of democracy that destabilizes hallowed phrases of discourse, putting them into question, identifying them as lies and malicious maneuvers? What are the solutions and repair attempts made by the class society to resolve social conflicts and to erase differences and problems inherent in the structure of the capitalist mode of production? Faced with a situation of people's disbelief with their representatives, we can perceive a paradigm shift regarding the speech of the political subjects. In many of the manifestations, the subject enunciates like "people", from the same place of the people, to legitimize their discourse supported in a process of building identification relations with their interlocutors. Based on the theory of Discourse Analysis derived from Michel Pêcheux and his group, we interpret procedures for legitimizing the pronouncements of President Luis Inacio Lula da Silva to workers in celebrating events of May 1st (Labor Day in Brazil), during his two mandates (from 2003 to 2010). We chose this methodological approach because of the constant enunciation that Lula would be "a president distinct from the others" as a consequence of him being originally from the working-class. We work with the notions of *discursive formation*, *ideology*, *subject position* and *spokesman*, understanding that all of them are closely correlated and are quite relevant for the analysis of discourse corpora that aim to objectives such as those we intend to achieve at this work. From the analysis of discursive processes we observe: a) how the materiality of linguistic pronouncements of the President legitimizes his political discourse b) if now, as when he was a union leader (CAZARIN, 2005), Lula continues to put himself in the role of a spokesman (Pêcheux, 1990) c) What are the spatial and temporal discursive supports that allow the subject to be established as the spokesman of the workers? We assumed that, taking the place of those who cannot or should not speak, Lula, as a spokesperson and the potential negotiator, speaks to the workers, distinguishing and defining himself from his interlocutors due the social position he assumes. The moderation by the identification process (ORLANDI, 1983) is established: the representation is sufficient for the "people" to feel contemplated (ROSAVALLON, 1998).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I PERCURSO TEÓRICO: a análise de discurso do grupo de Michel Pêcheux.....	13
1.1 Conjuntura histórica da constituição da Análise do Discurso na França	13
1.2 <i>Mudança de terreno</i> : reflexões e proposições de Pêcheux e seu Grupo acerca dos problemas da Linguística.....	16
1.3 Contribuições de Michel Pêcheux aos estudos linguísticos	21
1.4 As fases da Análise do Discurso na França.....	28
1.5 Algumas noções fundamentais da Análise do Discurso.....	30
II SOBRE OS MODOS DE DIZER DO DISCURSO POLÍTICO	38
2.1 O discurso político: breve caracterização.....	38
2.2 A noção de <i>porta voz</i>	43
2.3 A <i>espetacularização</i> do discurso político	47
2.4 Trabalhos brasileiros sobre o discurso político nacional.....	50
2.5 O estudo do discurso político: transformações metodológicas e novas perspectivas.....	64
III PROCEDIMENTOS DE LEGITIMAÇÃO DO DIZER POLÍTICO: análise de pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores em eventos de 1º de maio	73
3.1 A construção do <i>presidente operário</i> : a incessante busca por legitimidade.....	73
3.1.1 Problemática e reflexões	73
3.1.2 Condições de produção	77
3.2 Análises	79
3.2.1 O primeiro pronunciamento do presidente Lula em Primeiro de Maio.....	79
3.2.2 Lula <i>trabalhador</i> : a construção da <i>identidade de trabalhador</i>	88
3.2.3 Lula <i>presidente</i> : estratégia de proximidade com os trabalhadores.....	98
3.2.4 Primeiros de Maio memoráveis.....	107
3.2.5 Regularidades e transformações no dizer do sujeito enunciador.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS.....	126

INTRODUÇÃO

O fato de Luís Inácio Lula da Silva ter sido *o primeiro operário a chegar à presidência da República* foi e continua sendo ressaltado e utilizado por parlamentares, líderes sindicais, jornalistas, publicitários e, inclusive, pelo próprio Lula e seus partidários. Percebemos que o papel social representado pelo ex-presidente na sociedade brasileira não só contribuiu para que ele fosse eleito, mas também para que se destacasse pela aprovação e boa aceitação de seu mandato, tendo em vista uma certa identificação do povo brasileiro com sua imagem.

Nossa inquietação emerge no seguinte sentido: *chegando ao poder*, podemos observar que Lula continua a enunciar como *porta-voz* da classe trabalhadora? Como se dá a inscrição ideológica do referido sujeito político na língua, no momento em que fala do lugar social de presidente? A *posição-sujeito* a que se filia ideologicamente identifica-se com a classe trabalhadora? Partimos da hipótese de que Lula, enquanto ocupava o lugar social de presidente, não apenas falava e portava-se como trabalhador, sindicalista, operário, ao dirigir-se a trabalhadores brasileiros, mas reforçava discursivamente tal imagem diante de seus enunciatários através de retomadas de acontecimentos históricos, como as greves dos metalúrgicos do ABC Paulista, dentre outros procedimentos de legitimação de seu dizer.

Entendemos que o processo de inscrição em uma ideologia dominante, conforme ocorre na ocupação do lugar social de presidente, articulado com a instauração e/ou manutenção de uma *identidade operária*, consiste em um complexo fenômeno discursivo. Temos presente que não existe discurso homogêneo, imune a paradoxos, e, por essa razão, objetivamos evidenciar suas contradições, com o propósito de problematizar discursos hegemônicos que circulam sobre esta nova forma de governar, e de que provém, por exemplo, a ideia de que os trabalhadores já poderiam sentir-se contemplados por serem *finalmente representados*. Buscamos ressaltar a identificação do sujeito político em questão com a Forma Sujeito Histórica capitalista, cujas contradições podem ser apreensíveis na materialidade discursiva de seu dizer.

Considerando estas reflexões, pretendemos não somente analisar o caráter linguístico das declarações políticas do presidente, mas deflagrar mais uma discussão no âmbito político sobre os processos discursivos em que se inscrevem atualmente os chefes de Estado frente a uma crise do regime democrático, cuja manifestação tem aparecido sob a forma da emergência de representantes que se assemelham ao povo (ROSAVALLON, 1998), sem que haja efetivamente ruptura com o paradigma do sistema capitalista.

Nesta conjuntura histórica, o discurso político caracteriza-se por uma ambivalência entre *a confiança que o legitima e o descrédito que o torna vítima de suspeitas* (PIOVEZANI, 2009). Sendo assim, consideramos necessária uma análise crítica do discurso de Lula que explore sua condição de apaziguador de conflitos sociais, de estabilizador político entre trabalhadores e empresários, tomando por base a identificação das relações existentes entre os sujeitos, de reconhecimento, identidade e apaziguamento (ORLANDI, 1983), estabelecida pela construção de uma *identidade de trabalhador* em seus pronunciamentos. Ademais, consideramos como o discurso do sujeito enunciador em questão está afetado por discursos antagônicos, que emergem do *interdiscurso*. Tal emergência caracteriza a turbulência por que passa o dizer do sujeito político que fala como um trabalhador, mas que é também atravessado pela desconfiança em relação ao exercício da função de presidente.

Fundamentamos a presente dissertação nos postulados teórico-metodológicos da Análise de Discurso filiada ao Grupo de Michel Pêcheux, além de trabalhar com contribuições de autores que pesquisaram sobre o discurso político, tendo como objetivo primeiro analisar procedimentos de legitimação do dizer político nos pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores, nos eventos de comemoração de 1º de maio, de 2003 a 2010. Para a interpretação dos enunciados de nosso *corpus*, tivemos como direcionamento as seguintes questões: a) como a materialidade linguística dos pronunciamentos do presidente legitima discursivamente seu dizer político; b) se, assim como quando líder sindical (CAZARIN, 2005), Lula continua a posicionar-se na função de *porta-voz* (PÊCHEUX, 1990); e c) quais são as ancoragens discursivas espaciais e temporais que permitem ao sujeito que se estabeleça como *porta-voz* dos trabalhadores?

Com vistas a tentar alcançar esses objetivos, percorremos um trajeto composto por três capítulos. No primeiro, realizamos um percurso panorâmico pela constituição da Análise de Discurso derivada dos trabalhos de Pêcheux e seu Grupo, passando pela conjuntura histórica dos anos 60 (quando o teórico reunia-se com mestres da Escola Normal Superior de Paris -ENS), pela *mudança de terreno* proposta e operada pelo Grupo de Pêcheux, pelas fases da AD e por algumas das noções pertinentes para a pesquisa; no segundo, delineamos uma breve caracterização sobre o discurso político, tratamos sobre a noção de *porta-voz*, discutimos sucintamente o fenômeno da *espetacularização* da política, recenseamos importantes obras que versaram sobre o discurso político brasileiro, quais foram suas contribuições e quais de suas reflexões estão relacionadas a nosso objeto de pesquisa e abordamos novas perspectivas sobre o estudo do discurso político; no terceiro, operamos

nossas análises discursivas, tomando como parâmetro toda a discussão teórica realizada nesta dissertação.

Nossa pesquisa visa a uma contribuição para o campo dos estudos sobre o discurso político por meio de uma apropriação da Teoria do Discurso que viabilize o entendimento do funcionamento discursivo do dizer do sujeito político contemporâneo diante das transformações históricas por que passou a “fala do poder”. Portanto, pretendemos trabalhar de modo que não se dissociem as materialidades linguísticas da historicidade dos dizeres em análise. A opção teórica aqui adotada deve-se ao nosso intuito de situar o discurso do sujeito político Lula em uma rede de enunciados que constituem, circulam e atravessam seus pronunciamentos. Ou seja, as declarações do presidente não são blocos homogêneos isolados e fechados em si, mas advêm de um emaranhado de discursos anteriores, que emergem por meio de uma *memória discursiva* presentificada na fala pública do enunciador.

Entendemos que o trabalho em Análise de Discurso se constitui também como um trabalho de intervenção política, na medida em que avança sobre barreiras invisíveis, ideologias hegemônicas, sentidos cristalizados, verdades por vezes não questionadas. Também nosso trabalho é afetado ideologicamente, assim como todos aqueles que passaram ou que estão por vir. Entendemos que a nascente de nossa inquietação se dá no seio de um problema: por que somos levados a pensar que fomos contemplados e não restaria mais nada a fazer pelo fato de estarmos “representados”? Chegamos ao fim da história? Devido a estas razões, fundamentamos nossa pesquisa primordialmente nos textos de Michel Pêcheux, cuja obra nos incita a reflexões sobre facetas e nuances dos discursos de dominação, que incorporam a seu modo dizeres que lhe são heterogêneos para melhor exercer sua hegemonia (PÊCHEUX, 1990). Sendo assim, entendemos que fomos movidos por uma necessidade de problematizar certo discurso hegemônico: de que forma esse discurso constitui-se, toma força em nossa sociedade e constrói sua legitimidade? Tentaremos responder a algumas de nossas questões, com o propósito de refletir sobre a constituição e consolidação de uma “evidência” não raras vezes reiterada: Por ser um trabalhador, Lula representa os trabalhadores, governa para os trabalhadores, fala em nome dos trabalhadores, atua em benefício dos trabalhadores, dentre outras formulações.

CAPÍTULO I
PERCURSO TEÓRICO: A ANÁLISE DE DISCURSO DO
GRUPO DE MICHEL PÊCHEUX

I PERCURSO TEÓRICO: a análise de discurso do grupo de Michel Pêcheux

Neste capítulo, trabalhamos com conceitos da Análise de Discurso (AD) de linha peuchetiana, com os caminhos por que passou e de que se deslocou para que se constituísse enquanto campo de saber. Inicialmente, traçamos uma breve conjuntura histórica na qual se enredou o Grupo de Pêcheux para a formulação de sua Teoria do Discurso; em seguida, apresentamos as discussões realizadas pelo Grupo, que desencadearam uma *mudança de terreno* operada no interior das Ciências Humanas e Sociais; logo após, tratamos sobre as contribuições de Michel Pêcheux aos estudos linguísticos; dando continuidade, na esteira de Denise Maldidier (2003), expomos as três fases por que passou a AD em sua constituição; por fim, abordamos algumas das noções teóricas da AD com as quais trabalhamos em nossas análises, tendo em vista que temos como objeto teórico o discurso político.

1.1 Conjuntura histórica da constituição da Análise do Discurso na França

Anos 1960, envoltos pelo *trunfo* do estruturalismo, estudiosos reuniam-se Escola Normal Superior de Paris (ENS), para ouvir o mestre Louis Althusser, dedicado a uma “salvação” do marxismo, campo teórico ameaçado de sofrer rechaço mundial devido aos crimes stalinistas. As discussões althusserianas lançavam luz sobre a necessidade de se repensar as ciências humanas, a partir da releitura de Marx, cuja teoria era tida como *todo-poderosa porque verdadeira*. O desafio que se colocava a Althusser seria “Ressuscitar um marxismo científico desembaraçado das escórias dos regimes que se valem dele [...]” (DOSSE, 1993, p.329).

Mesmo sendo acusado de praticar um *marxismo esotérico* ou *marxismo platônico*, por conta de uma certa desvinculação entre teoria e prática, Althusser congregava um grupo de teóricos de diferentes áreas em torno da filosofia, *disciplina-rainha* que punha à prova a verdade das outras teorias, e dava cursos sobre o materialismo histórico, como “ciência da cientificidade das ciências” (DOSSE, 1993, p.340). Nestes debates, a psicologia e a sociologia eram fortemente criticadas, na medida em que eram consideradas “ciências empíricas de simples classificação”, enquanto a psicanálise, a antropologia e a linguística seriam as “boas ciências humanas” (DOSSE, 1993):

Não se tratava, para tanto, de tornar-se antropólogo, linguista ou psicanalista, mas de servir-se do rigor dessas disciplinas para desmontar-lhes simultaneamente o cientismo em nome de uma teoria superior a essas práticas teóricas, obra de

subversão interna tanto quanto de apropriação levada a efeito em benefício dos filósofos. (DOSSE, 1993, p.324)

Embora o auge do estruturalismo dos anos 1960 tenha reservado à Linguística o papel de ciência piloto das ciências humanas, o grupo de pesquisadores da ENS não se limitou a aplicá-la a seus trabalhos. Segundo Thomas Pavel (1990, p.12), Althusser inscrevia-se no campo do *estruturalismo especulativo*, também conhecido como *filosófico*, sendo assim, diferenciava-se dos pesquisadores das outras duas grandes tendências estruturalistas, a *moderada* (Rousset, Zumthor, Richard, Todorov, Genett, Bremond) e a *cientificista* (Barthes, Greimas, Lévi-Strauss).

A diferença primordial entre as tendências predominantes no interior do estruturalismo diz respeito ao modo pelo qual lidavam com a metodologia linguística. A corrente *moderada*, embora se valesse dos métodos da linguística estrutural, apoiava-se também nos conceitos da gramática tradicional, na teoria da ação e, até mesmo, na intuição de seus pesquisadores; a corrente *cientificista* entendia a metodologia linguística como o modelo perfeito de *modus operandi*, o que havia de mais avançado em ciências humanas, e transferia aqueles métodos a seus trabalhos antropológicos, semiológicos e de narratologia, mesmo quando os procedimentos metodológicos mostravam-se insuficientes para suas questões de pesquisa; por fim, a corrente *especulativa*, envolvida com problemáticas ideológicas e políticas, também partia da metodologia da linguística para suas discussões, mas esta não seria suficiente para contemplar os problemas colocados por suas investidas teóricas.

Conforme mencionamos, durante o apogeu do estruturalismo, a interdisciplinaridade apresentava-se fortemente marcada na prática científica das ciências humanas e sociais. Assim, havia uma tendência ao questionamento dos próprios pressupostos teóricos e metodológicos a serem utilizados, uma vontade de congregar temáticas pouco valorizadas ou esquecidas, um movimento de deslocamento em relação ao que fora aprendido e uma reconstrução de abordagens teóricas.

Segundo Dosse (1993), Louis Althusser pode ser considerado o primeiro teórico a introduzir a problemática psicanalítica em estudos marxistas, por meio do artigo *Freud et Lacan*, de 1964. Em 1963, com a aproximação de Jacques Lacan ao grupo orientado pelo filósofo, fortaleceu-se a empreitada althusseriana de abertura do marxismo à psicanálise, deslocando-se, assim, a leitura de Marx da *vulgata stalinista do economicismo*. Os dois pesquisadores promoveram uma confluência de saberes sobre marxismo, linguística e psicanálise, impulsionando seus discípulos à realização de leituras interdisciplinares e contestadoras sobre tudo o que estava posto até então em Ciências Humanas.

Althusser realiza a releitura de Marx, como em *Lire le Capital* (1965), junto a “retornos a” Freud e Saussure, relidos por Lacan: “O combate que eles travam, um e outro, contra o humanismo, o psicologismo, em nome da ciência é, com efeito, similar e apresenta-se de maneira análoga como uma renovação do tipo de leitura dos textos fundadores de Marx e de Freud” (DOSSE, 1993, p.350).

Lacan, empenhado em contestar os limites impostos à psicanálise pela Associação Psicanalítica Internacional, criticava a predominância de pragmatismo na psicanálise desenvolvida nos Estados Unidos, que tomava a forma de behaviorismo: “o qual tem por finalidade a simples adaptação do indivíduo às normas sociais, uma função de ordem” (DOSSE, 1993, p.129). O psicanalista reivindicava a Antropologia e, sobretudo, a Linguística, como ciência piloto, em seu fazer científico. A partir de suas reflexões, nasce a máxima de que “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”, que o leva a declarar que “A ciência de que depende o inconsciente é certamente a linguística” (LACAN apud DOSSE, 1993, p.151).

Com a base de uma leitura crítica do pensamento saussuriano, Lacan *retorna* a Freud, deslocando conceitos do Curso de Linguística Geral, como a indissociabilidade entre significante e significado. O deslocamento reside na ideia de que existe uma preponderância do significante sobre o significado, cuja consequência seria o descentramento do sujeito, que se torna “efeito de significante que remete ele próprio para um outro significante, é o produto da linguagem que fala nele” (DOSSE, 1993, p.132).

Em meio a tais subversões teóricas, enquanto Lacan contestava o revisionismo da Associação Psicanalítica Internacional, Althusser confrontava-se com a direção do Partido Comunista Francês (PCF). Os trabalhos orientados pelo filósofo relacionavam-se a conflitos internos do partido, de que eram membros o próprio Althusser e alguns de seus alunos, sendo que os demais se preparavam para nele ingressar. Entre os althusserianos, havia uma pretensão de mudança de orientação política da direção do partido por meio da ciência: a predisposição militante e o engajamento político incorporados à vida acadêmica eram características marcantes em tais estudiosos.

Nesta conjuntura histórica, encontrava-se Michel Pêcheux, filósofo que coloca à prova as reflexões a que se filiou, tornando-se um dos fundadores da Análise de Discurso¹. A

¹Com as mesmas preocupações teóricas, utilizando-se do método harrisiano para análises discursivas, encontrava-se o linguista Jean Dubois, pesquisador não menos importante para a constituição da teoria que surgia. No artigo *Sobre a (des)construção das teorias linguísticas*, Pêcheux reconhece o engajamento precursor de Dubois na Análise de Discurso (PÊCHEUX, 1998, p.39).

seguir, trabalharemos com a *mudança de terreno* proposta pelo teórico, com suas críticas ao processo de constituição da Linguística, com a (des)construção da Análise do Discurso na França e com as noções em que fundamentamos a presente pesquisa.

1.2 *Mudança de terreno: reflexões e proposições de Pêcheux e seu Grupo acerca dos problemas da Linguística*

Os debates baseados na releitura althusseriana de Marx e na releitura lacaniana de Freud exerceram bastante influência sobre as reflexões de Pêcheux. Para a constituição deste novo campo de saber, o teórico partiu do cerne de polêmicas latentes nos estudos da linguagem². Questões recobertas, esquecidas ou mesmo excluídas foram resgatadas a partir de uma releitura de Saussure marcada por uma fundamentação marxista e psicanalítica.

Muitas das escritas polêmicas de Pêcheux direcionavam-se para o modo como as outras disciplinas apropriavam-se da metodologia saussuriana. Embora entendesse que havia uma necessidade de *mudança de terreno* teórica, Pêcheux (2011a, p. 69) considerava um absurdo *censurar a Linguística devido à delimitação de seu objeto*; afinal, havia, sim, uma necessidade de que fosse realizada a *circunscrição*, a *definição* e a *descrição* da língua enquanto objeto teórico (RUWET apud HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY, 2011, p.13). Neste aspecto, houve um avanço não somente para uma Teoria Geral da Língua, mas para as Ciências Humanas e Sociais como um todo: a partir desta inovação, a Linguística tornou-se efetivamente a ciência piloto das ciências.

Os estudiosos das Ciências Humanas e Sociais elegeram a Linguística como a portadora da *metodologia geral das humanidades*, entretanto havia um duplo impasse: a “intervenção científica da linguística no trabalho científico das outras ciências e o que se inscreve na exploração ideológica de suas dificuldades, sob o pretexto de lhes trazer uma ‘solução.’” (PÊCHEUX, 2011a, p.63). No que diz respeito a este impasse, conforme apresentamos anteriormente, o método saussuriano foi estendido a toda e qualquer ciência humana, o que desencadeava um empirismo formalista, aplicação ideológica de uma metodologia que não se propunha a abranger a totalidade dos problemas das humanidades.

Maldidier (1994) delimita os diferentes trajetos percorridos por Dubois e Pêcheux, que tinham em comum o interesse pelo marxismo e pela política: o primeiro, estudioso de linguística, a que chega passando anteriormente por estudos sobre literatura e gramática; o segundo, filósofo, membro do grupo da Rua Ulm, engajado no campo da história das ciências, pesquisador do C.N.R.S. *Trata-se de um encontro intelectual que não passou por um encontro pessoal* (MALDIDIER, 1994).

² Para mais informações sobre o modo como Saussure foi lido por Pêcheux, ver: PUECH (2005), CRUZ (2005), PIOVEZANI (2008).

Ocorria que uma amplidão de problemas acabava por ficar descoberta pela referida abordagem metodológica. Havia por parte dos estudiosos das outras ciências uma cobrança para que a Linguística resolvesse uma série de questões que não estava a seu alcance, desde que Saussure operou o polêmico, embora necessário, corte. Uma imensidão de problemas tratados pelas Ciências Humanas e Sociais, ciências que se apoiavam na metodologia da linguística estrutural, estavam *descobertos* e à espera de solução.

Conforme Paul Henry (2010), Pêcheux, em seus primeiros trabalhos, questiona a prática das ciências sociais, cujo estado era considerado pré-científico e carente de instrumentos. Para Pêcheux, a simples aplicação da metodologia da linguística não bastava para conferir cientificidade ao trabalho das ciências sociais: a atividade científica enquanto prática se daria por meio da apropriação, da reinvenção e da interpretação dos mesmos instrumentos utilizados para a pesquisa. Portanto, Pêcheux relacionava a atividade das ciências sociais a uma demanda do modo de produção capitalista condizente com a manutenção das relações de produção, relacionada a uma necessidade de que se mantivesse a mesma estrutura. Sendo assim, as ciências sociais voltavam-se para uma prática política específica fundada em uma ideologia de adaptação ou readaptação das relações sociais. E Henry (2010), parafraseando Pêcheux, acrescenta: “Ele (Pêcheux) diz que a prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (HENRY, 2010, p.24).

Para Pêcheux, a relação entre as ciências sociais e a prática política estava oculta. O mascaramento desta relação se passava com a associação da psicologia social e da sociologia a um prolongamento das ciências naturais. A concepção de linguagem como instrumento de comunicação era uma das manifestações desta ideia de prolongamento. Se a sociedade humana se organizasse tal como as sociedades animais, a linguagem humana estaria destituída do político, do ideológico, seria mero suporte de informações. Esta era a razão pela qual Pêcheux defendia a renúncia desta concepção, embora reconhecesse sua alta complexidade, elaboração e performance. O filósofo sustentava que a linguagem humana era, sim, meio de comunicação, mas esta seria apenas *a parte emersa do iceberg* (HENRY, 2010, p.26).

Segundo Henry (2010, p. 28-29), os estruturalistas que simplesmente aplicaram os métodos da linguística a seus trabalhos não se desfizeram da prática de tornar a natureza ou espírito humano um princípio explicativo, herança da teologia cristã e da filosofia clássica. Partindo desta colocação, podemos compreender a posição de Althusser, Lacan, Foucault e Derrida, enquanto estruturalistas especulativos (PAVEL, 1990) e anti-humanistas teóricos, já

que, por meio de suas reflexões, deslocou-se o sujeito do centro do saber e a linguagem de uma suposta transparência veiculadora do puro pensamento humano. Seguindo a mesma tendência, Pêcheux apoiou-se fundamentalmente em Althusser para conceber o sujeito como *efeito ideológico elementar*, relacionando linguagem e ideologia.

As orientações althusserianas despertaram em Michel Pêcheux reflexões acerca do atravessamento do ideológico nos usos da língua. Fundamentalmente, questões sobre o papel do Estado passam a ser discutidas pelo filósofo e membros de seu grupo e a concepção sobre a interpelação sofrida pelo indivíduo em sua constituição como sujeito fora incorporada ao novo dispositivo teórico e analítico desenvolvido no interior do novo campo que se instaurava: a Análise de Discurso.

Na esteira de Althusser, Pêcheux escreve o livro considerado o manifesto de lançamento da teoria do discurso: o AAD69. Na obra, o autor trata de questionar os procedimentos de leitura adotados pelos estudiosos da linguagem, que continuavam a basear-se em métodos anteriores ao marco do Curso de Linguística Geral. Tais pesquisadores entendiam o texto como um objeto encerrado em si, cujos sentidos, passíveis de interpretação, estariam localizados, ou melhor, fixados nas próprias palavras. Questões sobre a significação de textos encontravam-se destituídas de uma reflexão sobre a espessura histórica da língua. Sendo assim, Pêcheux realizou uma crítica ao método pré-científico que persistia: o teórico considerava que o texto em si não poderia ser pensado como objeto de estudo; mas a língua, por seu turno, é que deveria ser concebida como materialidade própria do discurso e os processos discursivos, materializações da ideologia (PÊCHEUX, 2010).

Em AAD69, Pêcheux entende que Saussure, apesar de não adentrar questões de semântica, já indicava o caminho, considerando que a concepção de língua como sistema possibilitava o deslocamento referente ao estudo do funcionamento de partes que tinham valor somente em oposição a outras:

[...] a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela se torna objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento (retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure para pensar o objeto da linguística, diremos que não se deve procurar o que cada parte significa, mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte, quer se realize ou não) (PÊCHEUX, 2010, p. 60).

O caminho indicado está contido na concepção de língua enquanto sistema: a teoria do valor, concebida por Saussure, poderia ser deslocada da esfera estritamente linguística para a esfera discursiva, mesmo porque tais esferas são indissociáveis. As regras que tornam possível que determinado dizer venha à tona são regras da língua em uso inscrita na história. Estas regras podem ter seu funcionamento descrito e esta constatação fora

entendida primeiramente por Saussure, ainda que este não tivesse formulado uma teoria do discurso.

O analista elencou os métodos voltados para estudos semânticos, disponíveis em Ciências Humanas, apontando as razões pelas quais seus fundamentos não sustentariam uma análise de funcionamentos discursivos. Os métodos *não linguísticos*, chamados pré-saussurianos, utilizavam-se de conceitos desatualizados com relação à linguística de Saussure, apoiavam-se na psicologia e na sociologia e negligenciavam a questão do signo; já os métodos “paralinguísticos” reclamavam a linguística moderna e buscavam sentidos nos textos, práticas da etnologia e da crítica literária.

Para o analista, a própria teoria saussuriana acabava por abrir brechas para determinados problemas, ainda que os colocasse em suspenso. A oposição língua-fala possibilitava o retorno de uma subjetividade cujo estudo não era objetivo de pesquisa. Sendo a língua considerada social e a fala individual, Saussure abria uma margem de interpretação para que os leitores e estudiosos de linguística pensassem uma liberdade do indivíduo com relação à língua³. Pêcheux entendia que a exclusão da *fala* e das *instituições “não semiológicas”* trazia as seguintes consequências para as teorias linguísticas:

[...] esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição; em outros termos, tudo se passa como se a linguística científica (tendo por objeto a língua) liberasse um resíduo, que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, enquanto uso da língua, aparece como um *caminho da liberdade humana* (PÊCHEUX, 2010, p.70).

Prioritariamente, a contribuição da ruptura saussuriana concerne ao abandono da noção de língua como nomenclatura e à inovação no que se refere à teoria do valor. Contudo, conforme Haroche, Pêcheux e Henry (2011), o centro da ruptura, o princípio da subordinação da significação ao valor, era exatamente o que gerava a exclusão dos problemas semânticos. Se o valor é da ordem da língua e a significação é da ordem da fala, como a fala não estava no centro das atenções da pesquisa saussuriana, as questões referentes a significação, sentido, semântica, foram colocadas em suspenso. Por isso, Pêcheux propôs uma anulação de distinção entre as categorias *valor* e *significação*.

Inicialmente, Pêcheux chamou um debate sobre a Semântica: esta seria um nível de estudo linguístico imediatamente superior à Fonologia-Morfologia-Sintaxe? Por que leis

³Em *Categorias de pensamento e categorias de língua*, Benveniste (2005) sustenta que o sujeito falante pode *tudo dizer e como quiser*. Roman Jakobson partia da ideia de que no nível fonológico há uma possibilidade de criatividade praticamente nula por parte do sujeito, sendo que ocorre um crescendo do nível morfológico ao sintático. De certa forma, não poderíamos compreender que se apoiaram nas “brechas” saussurianas para desenvolver tais argumentos?

semânticas gerais não poderiam ser aplicadas a mais de uma língua, tal como as leis dos demais segmentos da linguística? Quais eram as dificuldades nascidas da própria prática dos linguistas, que perpetuavam a exclusão das reflexões sobre o sujeito, a ideologia e a história?⁴

A política e a produção científica eram domínios cujas problemáticas não poderiam ser concebidas como exclusivamente linguísticas. Sendo assim, os linguistas acabavam por justificar e entender o *exterior linguístico* pautando-se nos campos da Filosofia, da Sociologia, da Psicologia, da Antropologia, dentre outros; contudo, não havia por parte dos estudiosos da linguagem a compreensão de que toda a problemática da *exterioridade* estava materializada na própria língua. Por esta razão, Pêcheux defendia que o campo dos estudos linguísticos reclamava uma *mudança de terreno* despida de provincialismos ou puritanismos teóricos. Objetivamente, o teórico explanou em que consistia o deslocamento proposto:

[...] essa mudança de terreno consiste em se desembaraçar da problemática subjetivista centrada no indivíduo, fonte dos gestos e das falas, ponto de vista sobre os objetos e sobre o mundo, e em compreender que o tipo de concreto com o qual lidamos e sobre o qual pensamos é precisamente o que o materialismo histórico designa pelo termo de relações sociais, que resultam de relações de classe características de uma dada formação social (por meio do modo de produção que a domina, da hierarquia das práticas das quais necessita esse modo de produção, dos aparelhos mediante os quais se realizam essas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que dependem dessa formação social) (PÊCHEUX, 2011a, p.72).

Embora os pesquisadores, linguistas e não linguistas, fossem tentados a caracterizar a Semântica como um simples *prolongamento ou coroamento dos níveis inferiores da linguística* (PÊCHEUX, 2011a, p.67), havia um ponto essencial: “*não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também e sobretudo das construções nas quais essas palavras se combinam* na medida em que essas construções determinam a significação que as palavras terão” (PÊCHEUX, 2011a, p.73, grifo do autor). Um entendimento dos fatos linguísticos fundamentado no materialismo histórico estava lançado: as palavras não têm sentidos fixos, dados de antemão, mas móveis, flexíveis, a depender das posições ideológicas daqueles que as empregam. Ao sustentar este pensamento, Pêcheux instaura a delimitação de um novo objeto teórico: o discurso, lugar de encontro entre a língua e a história, onde a ideologia se materializa.

Buscamos percorrer as questões colocadas por Pêcheux acerca da necessidade de um deslocamento a partir do campo da Linguística, cuja metodologia era aplicada ao conjunto

⁴Estas e outras questões são detalhadamente debatidas por Michel Pêcheux, em seus artigos *Língua, linguagem, discurso*, publicado no jornal L’Humanité, no ano de 1971, e *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso* (este em parceria com Claudine Haroche e Paul Henry), publicado no número 24 da Revista Langages, organizado por Julia Kristeva, também em 1971.

das Ciências Humanas e Sociais. As críticas do filósofo francês ao modo como se desenvolviam os estudos linguísticos prosseguiram: trataremos em seguida de outras contribuições de Pêcheux e seu Grupo à Linguística.

1.3 Contribuições de Michel Pêcheux aos estudos linguísticos

À medida que se instaurava o campo de saber da Análise de Discurso, Pêcheux desenvolvia valiosas contribuições sobre a epistemologia da Linguística. A história epistemológica da Linguística foi uma preocupação recorrente nos trabalhos de Pêcheux. Além de *AAD69, Língua, linguagem e discurso* e *A semântica e o corte saussuriano*, são importantes referências: *Remontemos de Foucault a Spinoza, Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo?*, *La langue introuvable*, *Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso* e *Sobre a (des)construção das teorias linguísticas*. Tomando por base algumas questões dos referidos textos, trataremos de certas ideias fundamentais que impulsionaram o deslocamento teórico gerado no interior da Linguística por meio da constituição da AD⁵.

Fundamentando-se no marxismo, Gadet e Pêcheux entendiam que a formulação das teorias linguísticas não se dava por acaso; e não só das teorias linguísticas, posto que esta preocupação poderia ser e era estendida a toda e qualquer ciência. Em muitos de seus trabalhos, percebemos a recorrência da problematização sobre a verdade absoluta do sujeito universal do modo de produção capitalista, amparado juridicamente, concebido como dotado de liberdade e de consciência e tido como estável e eterno. A partir destas reflexões, os analistas compreendem que há uma gestão ideológica das massas refletida na própria ciência:

É um acaso se o distribucionalismo se desenvolve em uma época em que as necessidades do comércio, e depois da guerra, exigem procedimentos rápidos e maciços de aprendizado de línguas? Se os procedimentos markovianos de comunicação encontram as exigências de uma circulação da informação em um aparelho administrativo, integrado e homogêneo? Se a gramática gerativa coincide com a extensão comercial e estatística do cálculo eletrônico com finalidades administrativas, voltado para a análise de experiências, para a análise documental e para o tratamento de imensos sistemas de dados? Se a renovação dos estudos semânticos, nesse mesmo contexto, aparece com acentuadas exigências tecnológicas (comunicação homem-máquina) e jurídicas (automatização das decisões

⁵ O livro *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar* (INDURSKY; FERREIRA, 2005) reúne valiosas leituras acerca de textos como *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours* (1971), *Analyse automatique du discours* (1969), *Remontémons de Foucault a Spinoza*, *La langue introuvable*, dentre outros. Já em *Estudos da Lingua(gem): Michel Pêcheux e a Análise de Discurso* (FONSECA-SILVA; SANTOS, 2005), encontramos o artigo *Michel Pêcheux e a História Epistemológica da Linguística*, leitura sobre *Remontons de Foucault à Spinoza, Y-a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme*, *Sur la (dé)construction des théories linguistiques*, *Sur les contextes epistemologiques de l'analyse de discours*, em meio a outras leituras dos trabalhos de Pêcheux.

judiciárias)? Se o florescimento da sociolinguística se encontra ao lado do surgimento de uma nova gestão política das “diferenças” sociais? (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.21)

Assim como outros campos teóricos e políticos, a Linguística seguia os rumos de uma lógica voltada para a manutenção das políticas do Estado capitalista, já que as vertentes das pesquisas desenvolvidas em seu interior pareciam voltadas exclusivamente para as leis de mercado. Por conseguinte, não havia problematização de questões sociais inerentes ao Estado associada ao estudo da língua. Ainda que no interior dos estudos linguísticos houvesse divergências referentes a posicionamentos ideológicos sobre o papel político das pesquisas linguísticas para a sociedade, a incongruência política entre as correntes da área manifestava-se apenas aparentemente: “diferentes “soluções” que as sociedades de classe não cessam de inventar para se eternizarem” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.21).

Segundo Pêcheux e Gadet (2011b), a história dos estudos linguísticos estava centrada na luta entre o *logicismo* e o *sociologismo*, correntes que negligenciavam as contribuições dos conhecimentos sobre o *continente História*, tal como concebido por Marx; correntes que dissimulavam sob suas pesquisas as mazelas sociais do Estado; correntes que, no máximo, tangenciavam questões de ordem política, mas não intervinham de modo a propor uma ruptura com a ordem vigente; a não tomada de posição política constituía, sim, uma tomada de posição, mas em favor da ideologia burguesa dominante e hegemônica.

A oposição que existia entre as duas vertentes residia na *querela primeira* da Linguística, referente à *natureza* ou à *convenção*: o *logicismo* instaurava uma teoria gramatical em busca de universais na língua e defendia a autonomia da Linguística; o *sociologismo* trabalhava com descrição de línguas com base em estudos empiristas e, sendo essencialmente interdisciplinar, amparava-se na Etnologia, na Antropologia e na Psicologia Social.

Em *A língua inatingível*, Gadet e Pêcheux retomam as reflexões sobre os rumos tomados pela Linguística, localizando uma filiação mais distante dos estudos da linguagem, tanto às Ciências Naturais quanto à Filosofia Clássica. As diferentes influências que sofreram os estudiosos da linguagem também podem explicar os diferentes caminhos percorridos por eles, ainda que subjugados a uma mesma ideologia.

No que concerne à filiação aos estudos das Ciências Naturais, a corrente naturalista em linguagem sustenta que:

[...] uma atividade natural que reflete o ajuste harmonioso do homem com a natureza: as palavras são imitações do mundo, reproduzem-no por onomatopéia e simbolismo sonoros. A linguagem humana é, assim, o produto de uma relação natural de expressão que une o macrocosmo ao microcosmo; as “formas originais”,

os “sons primitivos” da língua aparecem, através das interpretações etimológicas livres, como traços visíveis dessa mesma harmonia” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.29).

Quanto ao convencionalismo, retomada das ideias aristotélicas na obra *De Interpretatione*, há uma defesa de que:

[...]a relação entre as palavras e as coisas, longe de ser um fato natural, resulta de uma convenção arbitrária. A língua é um código que forma sistema, um simbolismo superposto ao mundo exterior por efeito de atos humanos relacionados ora às convenções tácitas do uso, ora a um exercício legislativo explícito (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.29).

Segundo Pêcheux (2011b), a corrente *logicista*, também chamada *lógico-formalista*, existe desde os primórdios dos estudos da linguagem, tendo como alguns de seus representantes os estóicos, a gramática de Port-Royal e a gramática clássica. Os estudiosos desta corrente baseiam-se na “concepção filosófica segundo a qual a língua é uma estrutura atemporal, garantida, por sua vez, pela estrutura do ser e do pensamento” (PÊCHEUX, 2011b, p.179). Partindo desta concepção, formula-se o inatismo da língua, localizada no cérebro do indivíduo, suporte através do qual a linguagem se manifestaria.

A corrente *sociologista*, ou da mudança social na história, tem como primeiros expoentes os estudiosos de teologia crítica de textos sagrados, de filologia, de estudos neogramáticos e de linguística comparada, que defendem, em oposição à primeira corrente, que “as línguas se formam, se diferenciam, evoluem e morrem historicamente, como as espécies vivas” (PÊCHEUX, 2011b, p.179).

Embora haja uma contradição entre as concepções, Pêcheux não descartou a existência de uma terceira via ou inúmeras vias nos estudos linguísticos, a referência a estas duas correntes se dá por uma questão de dominância de determinados temas em detrimento de outros. No que diz respeito à nomenclatura, os termos *logicismo* e *sociologismo* foram eleitos também por uma questão de dominância de determinadas noções em cada uma das correntes, não por considerá-las puras e homogêneas com relação a suas formulações. Para além das diferenças, Pêcheux e Gadet (2011a) afirmam que não se dá uma invalidação de teorias no interior dos estudos linguísticos, na medida em que conceitos científicos são produzidos contra outros com os quais passam a coexistir, até mesmo em uma relação de complementaridade.

Quando Pêcheux aborda o tema das correntes linguísticas, podemos observar que o pesquisador não restringe seu olhar aos estudos da linguagem desenvolvidos após o lançamento do Curso de Linguística Geral. Em *A língua inatingível*, Gadet e Pêcheux (2004) afirmam que as reflexões sobre a linguagem não têm registro histórico assinalável, embora

houvesse linguistas que sonhavam com um reencontro com a Babel perdida. E, desde os primórdios dos estudos da linguagem, já havia esta aparente divisão: fosse para a lógica, fosse para a mudança ao longo da história, uns defendiam a difusão das leis universais da língua, outros o respeito às diferenças apesar da existência das leis.

Gadet e Pêcheux elencaram em mais de um trabalho as diferenças que poderiam ser destacadas entre o *logicismo* e o *sociologismo*, entretanto não se contiveram em realizar descrições do que se passava nas pesquisas linguísticas. A contribuição dos pesquisadores implica uma crítica a um modo de fazer pesquisa, que não está restrito aos estudos da linguagem, mas pode ser estendido a toda e qualquer ciência. Para eles, há uma relação entre a história e o surgimento de determinadas concepções científicas e não de outras. Nos estudos sobre a língua(gem), especificamente, há uma *denegação da política* por parte de todas as áreas de pesquisa, ainda que a façam por diferentes caminhos. As concepções estão centradas em uma lógica em que se formam linguistas para atuar no mercado de trabalho, tendo por base as leis jurídicas do sistema capitalista, sempre colocadas como naturais e inerentes ao modo de vida de todo e qualquer sujeito – ideologia própria do Humanismo Burguês Clássico. Por estas razões, as correntes dominantes da Linguística apresentam formas aparentemente contraditórias para recobrir a questão do Estado:

O logicismo recobre a questão do Estado considerando as determinações jurídico-políticas inscritas no funcionamento do aparelho do Estado como se se tratasse de propriedades psicológicas e morais inerentes a uma “natureza humana” universal e eterna;

O sociologismo recobre também a questão do Estado substituindo a análise das relações de produção por uma teoria das relações sociais que não é outra coisa que uma psicossociologia das relações inter-individuais (status, papel, prestígio, atitude, motivação...). Como se espantar, nessas condições, que a sociolinguística fique quase sem voz diante do fenômeno do neo-colonialismo que não tem a concretude psicossocial das relações de parentesco, de idade, de sexo, de raça, de nível cultural...? (PÊCHEUX;GADET, 2011b, p.307)

Assim, os autores acabam por relacionar a preocupação *logicista* referente à formulação de projetos voltados para a busca de uma língua universal, bem como a dedicação *sociologista* com relação à instauração e à *standartização* das línguas nacionais, com uma divisão de trabalho de natureza política:

Uma corrente subentendida pelo ideal humanista de uma difusão universal da democracia burguesa, das ciências e das técnicas; uma corrente se dando por tarefa remediar as resistências externas e internas que esta difusão encontra (PÊCHEUX; GADET, 2011b, p.306).

Os teóricos propunham um avanço materialista nos estudos linguísticos, apresentando duas teses a partir das quais fundamentavam suas críticas às concepções dominantes em Linguística:

Tese I

Nem uma nem outra das duas tendências, em suas relações atuais, é suscetível de constituir o detonador de um ponto de vista materialista sobre a língua, os fenômenos da linguagem e as práticas linguísticas; além disso, nenhuma síntese entre as duas tendências pode constituir esse detonador.

Tese II

Não se trata de fazer saltar de uma cartola mágica uma “linguística proletária” qualquer que não poderia ser nada além de um substituto simétrico da “linguística burguesa”; isto não quer dizer que não seja possível, na situação atual, um avanço materialista” (PÊCHEUX; GADET, 2011b, p.301).

Gadet e Pêcheux defendiam que a Linguística poderia, de fato, dizer algo sobre a língua e as formações sociais. Seguindo esta linha de raciocínio, criticavam Chomsky, afirmando que este se engajava como filósofo e ideólogo, mas não como linguista. Mas como seria engajar-se no interior da Linguística?⁶

O primeiro passo seria reconhecer que havia uma aparente contradição entre as duas tendências dominantes nos estudos linguísticos. Ambas pautadas no Humanismo Teórico⁷, o *logicismo* e o *sociologismo* denegavam a política. Fortemente influenciados pelas reflexões althusserianas, os estudiosos consideravam ser necessário operar uma *mudança de terreno*: o atraso do Terceiro Mundo é inerente à essência do modo de produção capitalista, não uma falha do sistema, portanto não poderia ser remediado pelas *boas intenções* das correntes *logicistas* ou *sociologistas* da Linguística ou de qualquer ciência que se propusesse a desenvolver tal tarefa.

O exercício da crítica sobre a epistemologia da Linguística esteve marcado em toda a produção acadêmica de Michel Pêcheux. O teórico não se limitava a aplicar a metodologia da linguística estrutural, que não dava suporte para as reflexões políticas e filosóficas insufladas pela própria materialidade da língua. Em vez de recortar, afastar o olhar de determinados problemas teóricos, em seu trajeto de pesquisa, Pêcheux buscava partir das lacunas abertas pela própria teoria linguística.

Em *Sobre a (des)construção das teorias linguísticas*, Pêcheux (1998) problematiza até mesmo o termo *epistemologia*, que para ele funcionaria como *terrorismo político-filosófico*, algo como um dispositivo que cerceasse teorias por meio de *prevenções filosóficas* e *precauções metodológicas*. Partindo desta problematização, o analista avança

⁶Os linguistas precisavam desembaraçar-se também da sonhada autonomia da Linguística inaugurada por Saussure.

⁷ Com base na leitura da obra de Marx, Althusser classifica o Humanismo Teórico como um estatuto mistificador da classe dominante, em nome do qual se dá centralidade ao indivíduo em detrimento da História. Na esteira de Althusser, Pêcheux combatia este Humanismo Teórico que recobria as mazelas do sistema capitalista sob a autoridade das Ciências Humanas (DOSSE, 1993).

sobre uma avaliação que abrange o pensamento saussuriano e sua repercussão dos anos 1920 aos anos 1980, discorrendo sobre as aproximações e diferenças epistemológicas entre os períodos da história da Linguística.

Ainda neste texto, Pêcheux faz referência ao artigo de Émile Benveniste, *Saussure após meio século*⁸, que responde a Antoine Meillet sobre o cumprimento de destino do linguista genebrino: “Não há um só linguista hoje que não lhe deva algo” (BENVENISTE, 2005, p.34). Nesta intervenção, Benveniste defende o pioneirismo de Saussure no que diz respeito à instauração dos fundamentos da Linguística como ciência autônoma, mesmo porque seu objeto de estudo, a língua, *apresenta propriedades que não se podem encontrar em outro lugar a não ser nela*. Benveniste destaca ainda a genialidade de Saussure, que se dá desde sua entrada na ciência, com a publicação de *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*, em que levanta problemas ainda não formulados pela gramática comparativa. Esse trabalho pode ser considerado um prenúncio de que Saussure ainda estava por marcar definitivamente os rumos das pesquisas linguísticas. Benveniste defende que Saussure cumpriu, sim, seu destino, inaugurando a Linguística como ciência autônoma.

Contudo, Pêcheux (1998, p.37) afirma que o destino da linguística saussuriana não se cumpria ainda, provocando uma série de *diásporas e reunificações enganosas* no interior da ciência: nos anos 20, os Círculos Linguísticos de Praga, Viena e Copenhague propagam uma série de formulações *psicologistas, sociologistas, logicistas*, que reivindicavam como fundamento o Curso de Linguística Geral; nos anos 50, o estruturalismo saussuriano é aplicado, sobretudo, às teorias sobre a sintaxe, onde parecia melhor adequar-se; nos anos 60, por um lado, a aparição da Teoria Gerativista, por outro, a emergência de releituras de Freud, Saussure e Marx, colocavam um panorama de confronto entre estas teorias, contemporâneas e incongruentes entre si; nos anos 80, a predominância de um anti-saussurianismo, um anti-chomskysmo e um anti-estruturalismo – os linguistas passam a questionar a linguística formal.

Evocar, como se fez aqui, o risco de uma “des-construção das teorias lingüísticas” não visa portanto a fazer planar uma suspeição geral sobre o fato que hoje muitos lingüistas concentram seus esforços na pragmática e na enunciação (com que direito, aliás, uma tal suspeição?), mas somente a interrogar a modalidade dominante sob a qual se desenvolve esse novo interesse: se em tais matérias o linguista cede de antemão tudo à psicologia do sujeito senhor de si e responsável por suas escolhas, o que resta do real da língua enquanto ele “faz irrupção pelo real de uma falta” (MILNER, 1982: 337)?(PÊCHEUX, 1998, p.52).

⁸Fruto de conferência realizada em Genebra, na ocasião de comemoração de aniversário de 50 anos da morte de Saussure, em 22 de fevereiro de 1963. Publicado em BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

A questão essencial direcionava-se ao fato de as ciências humanas e sociais em geral apoiarem-se na psicologia social⁹, de linha behaviorista, em busca de soluções de problemas que não estavam localizados na esfera de um indivíduo consciente de si. Ainda que fossem árdias as críticas de Pêcheux a esta vertente da psicologia, ele não se furtou a explicar que todo sujeito, em algum momento, punha-se a imaginar-se como tendo domínio de seu saber inconsciente. Como disciplinas de interpretação, a AD e a psicologia social são conflitivas. No que concerne ao método, Pêcheux (2011c) afirma que a psicologia social baseia-se em situações experimentais, a-históricas e analisa “estratégias” dos sujeitos em seus atos de fala, negligenciando o golpe freudiano no narcisismo humano ocidental de cada indivíduo considerar-se “mestre de sua morada”. O autor elucida sobre o problema desta perspectiva narcísica, dizendo que:

No espaço desse mito psicológico, a história não é outra coisa do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas, a língua não é outra coisa que uma (fraca) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente não é outra coisa que a não-consciência afetando negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas e/ou sociais mencionadas nesse instante. (PÊCHEUX, 2011c, p. 289)

Em contraposição, explica o propósito da Análise de Discurso, diante da crítica realizada ao arcabouço metodológico das Ciências Humanas:

A análise de discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (PÊCHEUX, 2011c, p.291).

Muitos são os conflitos e divergências no campo das humanidades, alguns se conciliam e convivem, negam-se e complementam-se, mas a busca pela cientificidade é inerente a todos. O diferencial do grupo da ENS e, em especial, de Michel Pêcheux, foi deslocar-se do papel de intérprete de um código perfeito dado de antemão. Pêcheux e seu Grupo lançaram um novo olhar sobre a língua, um objeto tão estudado, mas, ainda longe de ser compreendido em sua infinitude de problemas, mais especificamente, no que diz respeito ao campo da semântica.

A jornada teórica dos analistas desse Grupo é marcada por formulações e reformulações não apenas sobre as teorias a que lançavam suas críticas, mas também sobre o próprio processo de construção da Teoria do Discurso. Passaremos, então, pelas fases de que se formou o trajeto teórico dos analistas do Grupo de Pêcheux, considerando seus principais movimentos sobre a teoria.

⁹ Em Sobre os Contextos epistemológicos da Análise de Discurso, quando afirma que a AD é um trabalho de linguistas, historiadores e psicólogos, Pêcheux especifica que estes últimos estudiosos eram aqueles em ruptura crítica com a Psicologia Social. (PÊCHEUX, 2011c, p.283).

1.4 As fases da Análise do Discurso na França

Em *A inquietação do discurso. (Re)ler Michel Pêcheux hoje*, Denise Maldidier (2003) retrata o percurso de construções e desconstruções epistemológicas por que se enveredou a Análise de Discurso realizada por Michel Pêcheux e seu Grupo¹⁰. Nesse texto, a autora, como membro do grupo de analistas de discurso precursores na teoria, revela o olhar de quem participou ativamente dos acontecimentos que marcaram a história da Análise de Discurso e a edificação de seu reconhecimento enquanto campo de saber.

Maldidier dividirá em uma sequência histórica a *aventura teórica* da AD: “O tempo das grandes construções 1969-1975”, “Tentativas – 1976-1979” e “A desconstrução domesticada 1980-1983”. Nestas três fases, podemos observar os questionamentos teóricos que os pesquisadores lançavam sobre seu próprio fazer científico, reformulando continuamente a teoria e a abordagem do objeto de estudo, o discurso.

Na década de 60, sob a confluência da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise, Michel Pêcheux publica pela Editora Dunod *A Análise Automática do Discurso* (1969)¹¹, concebendo uma máquina discursiva que se pretendia uma máquina de guerra, cujo bojo retomava discretamente categorias marxistas, como condições de produção e ideologia. Contudo, a instauração desse novo dispositivo teórico não implicava a superação da Linguística saussureana, tida como um dos pilares da teoria que despontava.

Embora pilar, Saussure não ficou imune a críticas. Em *Língua, linguagem e discurso*, publicação de 1971, questionou-se o lugar da semântica nos estudos linguísticos. Ao excluir o sujeito e a fala, negligenciava-se o sentido. E por muitas vezes, nas diferentes fases, seria retomada a questão pecheutiana “O que trabalha a Linguística?”, em *Semântica e Discurso* (1975), em *Remontemos* (1977) e em *La langue introuvable* (1981).

O nó língua-história-sujeito configurava-se como a peça chave para a construção da teoria e da análise de discurso, sendo assim o quadro epistemológico ficaria definido da seguinte forma: “o materialismo histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias; a linguística como teoria ao mesmo tempo dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso como teoria da determinação dos processos semânticos” (MALDIDIER, 2003, p.38).

¹⁰Já em 1983, Michel Pêcheux faz um balanço das chamadas três épocas da AD, no artigo intitulado *A Análise de discurso: três épocas* (in GADET; HAK, 2010).

¹¹ Segundo MALDIDIER (1994), AAD69 é um programa teórico e prático que considera o discurso junto ao dispositivo de análise, uma obra fundadora da AD, ao lado de *Lexicologia e análise de enunciado*, de Jean Dubois, apresentado no Colóquio de Lexicologia Política de Saint-Cloud, em abril de 1968.

Na fase das Tentativas, a complexidade do objeto *discurso* tornava-se ainda mais pujante. Um encontro mais engajado com a História aproxima os historiadores Jacques Guilhaumou e Régine Robin, dentre outros, que colocariam suas reflexões sobre ideologia e discurso no cerne de suas pesquisas. O *assujeitamento* passa a ser concebido diferentemente, com sua *reprodução das relações de produção capitalistas*, entretanto, como marxistas, os teóricos inserem na problematização da teoria a noção de resistência das ideologias dominadas face às ideologias dominantes.

Quando o tempo d'a *Desconstrução Domesticada* chega, as materialidades discursivas, a memória discursiva, o debate sobre o *corpus*, a presença de *não-ditos* na construção dos dizeres, a noção de arquivo, dentre outras discussões, são lançadas e desestabilizam o que já estava dito no interior da própria AD.

A noção de formação discursiva inserida em formações ideológicas pertencentes a formações sociais torna-se problemática e explicita cada vez mais a constatação de não fechamento da maquinaria discursiva. Passa-se a aprofundar a ideia de *interdiscurso* e a dialogar com a noção de *heterogeneidade*, considerada contribuição de Authier-Revuz, fruto de suas leituras bakhtinianas.

Como implodida por sua própria reflexão teórica, a AD reerguia-se sobre as ruínas de seus conceitos deslocados. O trabalho de reconstrução da teoria era o exercício de reflexão que Pêcheux e seu grupo deixavam para todos aqueles que se engajavam na *aventura teórica* do discurso. Seguimos com a ideia sobre a qual não houve reconsiderações:

O conceito de *discurso* é forjado a partir de uma reflexão crítica sobre o corte fundador operado por Saussure e não sobre sua superação. Baseando-se na língua (compreendida como sistema no sentido saussuriano), o discurso reformula a fala, esse “resíduo filosófico”, cujas implicações subjetivistas devem ser eliminadas (MALDIDIER, 2011, p.44).

Este fundamento constitui uma constante nos trabalhos de linha peuchetiana, sob sua égide empreendemos nossa pesquisa: os sujeitos não falam por si, a história fala através dos sujeitos. Por essa razão, quando analisamos os pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores, não nos referimos ao indivíduo dotado de certas características empíricas (sexo, idade, procedência geográfica e social etc), mas às posições discursivas assumidas e sustentadas por esse sujeito.

Abordaremos, adiante, algumas das noções da AD que nortearam este trabalho.

1.5 Algumas noções fundamentais da Análise do Discurso

Desde a segunda fase do desenvolvimento dos trabalhos sobre o discurso na França, o conceito de FD tem sido colocado em causa devido às problematizações emergentes e intrinsecamente necessárias ao próprio fazer científico em Análise do Discurso – a metodologia da área sempre foi pautada não apenas no questionamento dos *discursos* em circulação, mas no repensar seu próprio discurso teórico. Desta maneira, imerso em uma *desconstrução teórica dirigida* (MALDIDIER, 2003), o grupo de analistas em torno de Pêcheux repensou a noção de FD, passando a voltar-se, sobretudo, para a ideia de explosão da maquinaria discursiva.

Que elemento desestabilizaria a homogeneidade de uma formação discursiva de forma a ocasionar tal explosão? Os estudiosos atentaram-se para o fato de que cada FD traz em si mesma o germe de sua contradição. Considerando não haver univocidade entre linguagem, pensamento e mundo, pela pressuposição da inexistência de um sujeito cartesiano e com base na influência advinda da orientação althusseriana, os analistas passaram a defender que a interpelação ideológica poderia ser vislumbrada na língua, sob a forma de *assujeitamento* dos indivíduos falantes à forma-sujeito histórica do Capitalismo. Este processo transborda as fronteiras do sistema linguístico, instaurando a confluência da língua com a história.

É por sua inscrição na história que a língua faz sentido, obrigando determinado indivíduo a falar de determinada forma seguindo a orientação ideológica da FD em que se inscreve para significar. Há que se observar que o caráter de classe poderia ser tido como fundamental para a produção de efeitos de sentido, ou seja, indivíduos inseridos em diferentes segmentos sociais poderiam falar a mesma língua, contudo seus posicionamentos ideológicos determinariam a discursivização a respeito das coisas do mundo – em uma mesma base linguística imbricariam sentidos em conflito, tal como em suas relações sociais. Porém não ocorre uma determinação de forma tão exata e linear.

Sim, os posicionamentos ideológicos determinam a discursivização das coisas do mundo, mas não tem relação direta com a classe social a que pertence cada indivíduo. Um sujeito inscrito em um sistema que o oprime pode sustentar em seu discurso a defesa deste mesmo sistema. Portanto, o que define como cada sujeito fará uso da língua é a orientação ideológica a que se filia seu dizer.

As *formações discursivas*, inseridas no interior de *formações ideológicas* (FI), determinam o que pode e deve ser dito, mas justamente no lugar do equívoco, da resistência,

do conflito, da falha e da contradição, no âmago do paradoxo, irrompe o que se vem a denominar posteriormente como *interdiscurso*. Este *todo complexo com dominante* das *formações discursivas* incide sobre cada uma delas e faz com que elas sejam constitutivamente heterogêneas, frequentadas pelo seu outro. E, ao negar o outro, elas o retomam, desencadeando o processo discursivo, marcado por uma historicidade herdeira e deflagradora de sentidos.

No capítulo II de *Análise do Discurso Político – o discurso comunista dirigido aos cristãos*, Courtine elucida as relações entre as FD e as FI:

As FD são componentes interligados das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas, ... mantém entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD, isto é, em sua materialidade linguística. Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina “o que pode e deve ser dito” (o que equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido da FD na qual são produzidas), convém acrescentar que essa característica não é isolada das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD. (COURTINE, 2009, p.73)

Já que é a história a provedora desses conflitos, pois é movida e desencadeada pela contradição, nada impede que as FD estabeleçam entre si relações conflituosas, mas, pelo contrário, tais relações são resultantes de disputas ideológicas que se entranham e se manifestam a partir da língua. Courtine (2009) ressalta também que, assim como as FD estão inseridas nas FI, as FI inserem-se em Formações Sociais. Este emaranhado de ligações não é estanque, fechado em si mesmo, mas completamente exposto às influências das movências de sentidos engrenadas pelos processos históricos.

Embora tenha havido empréstimo do termo *formação discursiva* empregado por Foucault (2005, p.53) pelos analistas de discurso (PÊCHEUX, 2011b), sua interpretação foi concebida no interior do paradigma marxista, que atribui à noção de *ideologia* um papel fundamental para a concepção do processo discursivo. Segundo Sargentini (2011), seguindo conceitos do Materialismo Histórico, Pêcheux e Robin operaram uma reconfiguração teórica no termo com o qual haviam tido contato n’*Arqueologia do Saber*, produzindo uma mudança substancial não apenas na concepção de discurso, mas também na concepção de *corpus*.

Apesar de reconhecer a grande utilidade do pensamento de Foucault, Pêcheux (2011b) - antes de incorporar efetivamente o pensamento de Foucault à AD em textos posteriores - propõe uma reequação daquilo que governa o uso do termo FD, explicando o motivo pelo qual insere a teoria foucaultiana naquilo que denomina como *reformismo teórico*: “A ausência da categoria da contradição em Foucault é responsável pelo retorno de noções como aquelas de estatuto, norma, instituição, estratégia, poder etc. que contornam

indefinidamente a questão do poder do Estado como lugar da luta de classes [...]” (PÊCHEUX, 2011b, p.188).

Foi pela deflagração da discussão sobre a luta de classes materializada na língua que os precursores da AD inseriram a reflexão sobre *ideologia* no interior da reconfiguração teórica proposta para o conceito de FD. Por esta razão, os estudos sobre como as *ideologias* manifestam-se linguisticamente desenvolveram-se, e, como consequência de uma série de questionamentos, o arcabouço teórico da AD acabou por desconstruir a noção de maquinaria discursiva pautada na homogeneidade, reconstruindo o *modus operandi* em voga na área.

Tendo ainda como pilares Marx e Engels – que apesar de não terem produzido de forma organizada estudos sobre língua, ideologia e discurso, deixaram um legado de análises cuja metodologia tomava a literatura socialista e comunista como um processo sem sujeito (PÊCHEUX, 2011b, p. 192) –, os analistas consideraram que as *ideologias dominadas* não nascem independentemente das *ideologias dominantes*, mas sua emergência se dá por meio de sua contraposição com *ideologias* hegemônicas materializadas nos discursos em circulação na sociedade, como um *novo nascendo do velho*, respondendo àquilo que não é consenso.

Em *O Estranho Espelho da Análise do Discurso*, Pêcheux afirma que:

[...] parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante, constituiriam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real histórico que, no interdiscurso, funciona como causalidade heterogênea, e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da sequência intradiscursiva (PÊCHEUX, 2009, p. 25-26).

A luta ideológica materializa-se discursivamente na língua, diferentes indivíduos falam sobre “as mesmas coisas” de posições e formas distintas, conforme sua inscrição enquanto sujeitos ideológicos em determinada FD – assim se configura o *assujeitamento*, quando o sujeito enunciador se inscreve no interior de uma FD, identificando-se ao sujeito universal daquela formação. Entretanto, o pertencimento a uma determinada classe social não impede que um indivíduo se inscreva em uma FD adversa ideologicamente à sua origem socioeconômica. Ou seja, a origem sócio-econômica não é determinante exclusivo para o modo de inscrição do sujeito na língua.

Podemos rememorar que “uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 2011b, p.187). Se uma ideologia traz contradição em seu interior ou uma FD é atravessada pelo paradoxo, um sujeito falante,

ao se inscrever na língua e na história para significar, veicula igualmente contradições inerentes ao processo histórico de produção de sentidos.

As *ideologias* são forças colocadas em oposição umas contra as outras, nascem da mesma luta que as movimenta, a qual determina quem serão as dominantes e as dominadas, embate imerso nas formações sociais. Pêcheux discorre sobre tal processo com mais detalhes:

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento capaz de intervir como uma força que é confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento. Cada formação ideológica constitui, assim, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem “universais”, mas que se relacionam, mais ou menos diretamente, às posições de classes em conflito umas com as outras. (...) As formações ideológicas assim definidas implicam, necessariamente, formações discursivas como um ou vários de seus componentes (PÊCHEUX apud BRANCA-ROSOFF, 2011, p.234).

A noção de *ideologia* agregada à concepção do *discurso* trouxe à tona a equivocidade como fator constitutivo dos processos discursivos materializados na língua. Sendo assim, a FD se deslocou teoricamente à medida que os estudiosos em AD conceberam uma sua relativa fragilidade conceitual. A língua inscrita na história é constituída por falhas, descontinuidades, rupturas, retomadas, reformulações e apagamentos, razão pela qual as FD são marcadas pelo equívoco.

Segundo Gregolin (2005), a primeira reformulação da noção de FD se dá em *Semântica e Discurso*. A partir de então, quando se fala em teoria materialista do *discurso*, surge a necessidade de se pensar também a materialidade do *interdiscurso* (dissimulado no interior das FD), a *heterogeneidade* e, conseqüentemente, a instabilidade dos processos discursivos. Para a autora, tal teorização implicou o refinamento da teoria e da análise de discurso, posto que foram aprimorados os seguintes conceitos:

a) **A relação entre FD e interdiscurso:**[...] os sentidos, no interior das FDs, estão sob a dependência do interdiscurso. Em outras palavras, o interdiscurso é o lugar em que se constituem, para um sujeito que produz uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse enunciador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, por meio das quais o sujeito enunciador dará coerência a seu propósito no interior do intra-discurso, da seqüência discursiva que ele enuncia. Essa formulação será aprofundada por Courtine (1981); b) **A relação entre intradiscurso e interdiscurso:** é na relação entre o sistema da língua (base comum de processos discursivos diferenciados) e a FD (aquilo que determina o que pode e deve ser dito, em uma determinada formação ideológica, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada determinada pelo estado da luta de classes) que se realizam as práticas discursivas, os processos discursivos diferenciados, por meio dos quais os sujeitos produzem e reconhecem os sentidos na história (GREGOLIN, 2005, p.4-5).

Todas estas relações não se processam de forma homogênea, mas são construídas historicamente conforme as posições-sujeito ocupadas pelos indivíduos, cujo *assujeitamento* à *ideologia* se dá pela história e se materializa privilegiadamente no discurso, que se materializa

na língua, por sua vez. Assim se dá a interpelação ideológica, processo também acometido por uma falha: a resistência.

Em *A língua inatingível*, Pêcheux e Gadet refletem sobre o artigo *Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Althusser, que consiste numa retificação da obra marxista, rotulada por adversários políticos de *sociologia funcionalista*, por enfatizar, segundo esses críticos, a questão da reprodução das relações de produção capitalistas. Deslocando a crítica, os autores afirmam:

Analisando o objetivo desse famoso artigo, no entanto, não há como não notar o fato de que considerar a ideologia do ponto de vista das “relações de reprodução” necessariamente implica, para um marxista, em também considerá-la do ponto de vista da resistência à reprodução, ou seja, da perspectiva de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente. Portanto, isso implica em considerar as ideologias dominadas não como micro-organismos ideológicos pré-construídos com a tendência para se desenvolver de tal forma que venham a substituir simetricamente a dominação da ideologia dominante. Em vez disso, implica em considerá-las como uma série de efeitos ideológicos que emergem da dominação e que trabalham contra ela por meio das lacunas e das falhas no seio dessa própria dominação (PÊCHEUX; GADET, 2011a, p. 96-97).

Tal pluralidade de efeitos ideológicos gera a dificuldade de selecionar, descrever e analisar um *corpus*, cuja gama de problemas sempre reclama sentidos históricos. A opacidade da história, da língua e dos sentidos torna insustentável qualquer formulação teórica que pressuponha transparência entre a rede de significados existente entre pensamento-linguagem-mundo. Não sendo individuais ou universais, as ideologias têm esse papel de estabelecer a forma pela qual os indivíduos se relacionam com a realidade social que os circunda. A determinação ideológica é tanto mais eficiente quanto menos consciência os indivíduos tenham de sua condição sócio-histórica no mundo.

Entendemos que os lugares sociais podem determinar ou controlar os dizeres dos sujeitos, mas os sujeitos também poderão deslocar esses lugares conforme a resistência que confrontem ao processo de interpelação. Assim se movimenta a história:

A materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos/outros lugares, outras posições. É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados *ad eternum*, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. Porque é histórico é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sentidos e sujeitos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o determinado é que trabalha a análise do discurso. A determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica (ORLANDI, 2006, p.20).

A despeito de sua origem ou classe social, um sujeito empírico pode identificar-se e posicionar-se ideologicamente contrariando a lógica de sua existência no cerne do turbilhão da luta de classes. O paradoxo é inerente ao processo discursivo, pois em sua dinâmica não se

encontram sujeitos falantes livres em oposição, mas *posições-sujeito* a que os sujeitos se filiam na instância de uma enunciação. A materialidade do lugar ocupado pode, sim, determinar o modo de um sujeito se posicionar ideologicamente na língua, mas esta relação não é unívoca.

No simpósio *O discurso político: teoria e análises*, ocorrido no México em 1977, Régine Robin e Jacques Guilhaumou expuseram suas reflexões sobre os entrelaçamentos entre discurso e ideologia; e Michel Pêcheux, no que diz respeito à sensibilidade quanto à presença do fator ideológico na língua, acrescentou como contribuição para a teoria do discurso a categoria marxista de *contradição* (MALDIDIER, 2003). Entendemos que somente o fator histórico poderá responder de que forma se dá a incorporação da *ideologia dominante* pela *ideologia dominada*, operando a construção do lugar do contraditório.

Maldidier discorre a respeito dessa intervenção feita por Pêcheux em *Remontemos...*:

Ao contrário de uma concepção tradicional que coloca face a face ideologia dominante e ideologia dominada, colocando-as em uma relação de exterioridade, Michel Pêcheux acentua a “dominação interna” da ideologia dominante face à ideologia dominada. Uma maneira abstrata de dizer que é preciso ler no próprio interior do discurso da ideologia dominada, na própria maneira como ele organiza a dominação da ideologia dominante (MALDIDIER, 2003, p. 65).

Neste mesmo texto, a autora afirma que em outra conjuntura se daria o encontro do grupo com Authier-Revuz e a noção de *heterogeneidade*; portanto, entendemos que a defesa da categoria marxista da *contradição* já era o prenúncio da possibilidade desse encontro.

Conforme se pôde observar, nossa pretensão aqui não foi a de responder a todas as questões decorrentes das reflexões sobre a relação entre *ideologia e formações discursivas*, mas somente a de empreender uma breve ponderação acerca de aspectos dessa relação, no intuito de buscarmos compreender o processo de reconfiguração epistemológica por que passou a Análise de Discurso na França em suas considerações sobre como se dá o atravessamento da luta ideológica entre as classes no discurso.

Para o encerramento provisório desta discussão, colocamos a citação de Pêcheux sobre a difícil empreitada de análise das FD, com conseqüente proposição do que pode ser feito no âmbito da AD:

Caracterizar uma formação discursiva classificando-a, entre outras, por qualquer tipologia que seja, é estritamente impossível. É necessário, ao contrário, definir a relação interna que ela estabelece com seu exterior discursivo específico, portanto, determinar as invasões, os atravessamentos constitutivos pelos quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses que colocam em causa a luta

ideológica de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento em uma dada formação social (PÊCHEUX, 2011b, p.191).

Concordamos que a delimitação das FD em forma de tipologia seja inviável, pela presença do paradoxo no interior de qualquer que seja o processo discursivo. Portanto, consideramos imprescindível a consideração da heterogeneidade discursiva, das contradições que existem entre e que constituem as FD, instaurando o equívoco, a descontinuidade, a chamada explosão da maquinaria discursiva.

No próximo capítulo, apresentamos mais discussões teóricas em que sustentamos nossas análises: abordamos a caracterização do discurso político, a noção de *porta-voz*, a espetacularização da política, os trabalhos brasileiros sobre o discurso político nacional e as novas perspectivas para o estudo do discurso político.

CAPÍTULO II
SOBRE OS MODOS DE DIZER DO DISCURSO POLÍTICO

II SOBRE OS MODOS DE DIZER DO DISCURSO POLÍTICO

Conforme expusemos na introdução deste trabalho, esta pesquisa versa sobre o discurso político do presidente Lula, particularmente aquele materializado em seus pronunciamentos a trabalhadores. Neste capítulo, abordamos uma caracterização do discurso político, a função do *porta-voz*, a *espetacularização* do discurso político, obras de autores brasileiros sobre o discurso político nacional¹² e novas perspectivas sobre o trabalho com o discurso político.

Fizemos uma seleção não exaustiva, mas significativa, da produção sobre estes temas e procedemos a uma sua exposição. Essa apresentação visa a dar a conhecer a nosso leitor alguns dos estudos destinados às diferentes formas e manifestações da fala pública e a melhor fundamentar nosso próprio trabalho, na medida em que pretendemos incorporar algumas das contribuições.

2.1 O discurso político: breve caracterização

São muitas as concepções construídas sobre o discurso político. Dentre as mais abrangentes, algumas formulam que um discurso político consiste em qualquer dizer proferido por um sujeito chamado convencionalmente de “político”: “ ‘discurso político’ remete ordinariamente apenas aos profissionais da política” (LE BART apud PIOVEZANI, 2009, p.145). Sendo assim, somente as declarações de um “político” seriam discurso político, excluindo-se então todas as falas que não estariam inseridas em lugares institucionais investidos de poder. Entretanto, Le Bart utiliza o termo “ordinariamente”, ou seja, de forma comum, trivial, é que se costuma fazer tal afirmação.

Em nosso trabalho, temos a necessidade de especificar as características que tornam político o dizer de um sujeito. Sabemos que todo dizer pode ser/é político, contudo, neste caso, não nos referimos a uma conversa cotidiana entre cidadãos. Centramos nossa atenção em torno daqueles que efetivamente detém ou pretendem deter o domínio das decisões políticas, ainda que se sustente, segundo as regras do jogo da democracia representativa, que todos participam da vida política de um país, por meio do voto, que seria o meio de eleger representantes.

¹²Optamos pelo recenseamento do campo discursivo político brasileiro, tendo em vista a inscrição de nosso objeto de pesquisa neste campo.

Aqueles que gerenciam as decisões políticas situam-se comumente entre governantes e opositores. A disputa travada por estes sujeitos movimenta a vida política de um Estado. Desde as campanhas eleitorais ao exercício do poder, um emaranhado de dizeres não deixa de se desenrolar, já que, os sujeitos políticos que não ocupam o principal lugar de poder na cena política, almejam ocupar. Cabe aos governantes articular de modo permanente a legitimação de suas conquistas políticas, tornando “natural” o fato de que ocupem lugares de liderança: a “escolha do povo” seria acertada, eles teriam plena capacidade para governar, o futuro reservaria boas novas para a população, dentre outras formulações.

Para Le Bart, existem modos de legitimar a ordem política que podem ser identificados no discurso político:

O discurso político contribui para legitimar a ordem política, amarrando os fios de uma intriga de quatro tempos, cuja trama pode ser enunciada da seguinte maneira: 1) A realidade social é transparente; 2) A autoridade política é legítima; 3) Ela controla os fenômenos sociais; 4) A soma dos cidadãos constitui uma comunidade. Propriedades obrigatórias do discurso político, essas quatro proposições revelam, ao se cruzarem, o indizível e, provavelmente, o impensável do discurso político: eu não sei de nada; não tenho nenhum direito de governar; não posso fazer nada por vocês; vocês são apenas uma soma de indivíduos diferentes (LE BART apud PIOVEZANI, 2009, p.132).

Acreditamos que tal *intriga de quatro tempos* seja uma das principais características desse tipo discurso, pois se dá constantemente nos dizeres dos sujeitos políticos uma predisposição à busca pela legitimação. Como Le Bart afirma, seria inconcebível que um sujeito político anunciasse fracassos políticos, incapacidade ou impossibilidade de governar. Sabemos que, no regime democrático, as decisões políticas não dependem de um único sujeito e, ainda assim, os governantes ou candidatos a governantes sustentam uma suposta capacidade para operar verdadeiras transformações sociais, quase milagres.

Portanto, “Anunciar-se como sendo aquele que sabe e pode promover a eleição ou o abrandamento da insatisfação que, de fato, lhe é estrutural e necessária, parece ser uma das características do discurso do campo político” (PIOVEZANI, 2009, p.136). A insatisfação social, a mesma que gera as desconfianças direcionadas ao discurso político, funciona como uma espécie de mola propulsora para que adversários inferiorizem seus rivais, apoiando-se em suas falhas e fracassos e, conseqüentemente, alavanquem seus próprios dizeres. Devido a estes embates, o sujeito político está em uma constante busca pela legitimação de seu dizer. As desconfianças que rondam os discursos políticos são propulsoras deste anseio por legitimar-se, segundo Piovezani:

Constantemente submetido a desconfianças, denúncias e acusações, visto que a origem de sua força é também o princípio de sua debilidade, ou seja, visto que suas *fides* e *autorictas* advêm de onde brotam dúvidas, dívidas e descréditos, o campo político caracteriza-se por uma incessante busca de legitimidade [...] (PIOVEZANI, 2009, p.133).

Sendo assim, a fala pública não consiste apenas em meras declarações sobre o fazer político, mas caracteriza-se por uma espécie de autodefesa, visto que o sujeito enuncia inserido em uma história marcada pelas incertezas que cercam o campo do político. E, além das falas enunciadas pelos sujeitos políticos, outras falas circulam sobre os saberes e fazeres da vida política.

Para Charaudeau (2008), existem três lugares de “fabricação” do discurso político, o da *governança*, o da *opinião* e o da *mediação*, que correspondem respectivamente às instâncias *política*, *cidadã* e *midiática*. Cabe à *instância política* a proposição de programas políticos para candidaturas em eleições, a justificativa de decisões políticas, a defesa de sua própria legitimidade, as críticas às propostas dos opositores políticos como forma de sustentar suas propostas, a busca pelo consenso social e pelo apoio dos cidadãos (CHARAUDEAU, 2008, p. 56). A *instância cidadã* seria aquela cuja opinião se formaria fora do governo: “É o lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes” (CHARAUDEAU, 2008, p. 58). A *instância midiática* intermediaria as demais *instâncias*, construindo ou desconstruindo opiniões, colocando à prova as proposições políticas de representantes e candidatos, também fora da *governança*.

De Charaudeau (2008, p.65), adotamos também a noção de *legitimidade* como qualidade do sujeito cuja ação se encontra bem fundamentada. Por meio do compartilhamento de valores, um sujeito passa a ser reconhecido por seus pares, sendo a ele atribuídos direitos e poderes em consequência desta legitimidade adquirida ou conquistada:

A legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um estatuto (ser reconhecido como sábio), em nome de um saber-fazer (ser reconhecido como especialista) (CHARAUDEAU, 2008, p.67).

Na esteira de Rosanvallon, Charaudeau (2008, p.67) trabalha com as noções de legitimidade por *filiação*, que se dá quando o sujeito é “bem nascido”, seja em uma família tradicional, seja em um grupo social do qual espere alguma consideração; por *formação*, que diz respeito a um nível mínimo exigido de titulação – esta “confere” ao sujeito certa imagem de capacidade para atuar em determinadas situações que se propõe a confrontar ou solucionar; e por *mandato*, quando a legitimidade é atribuída pela “tomada de poder pelo povo”, nos

moldes do regime democrático. Em nosso *corpus*, buscamos apreender a construção da legitimidade do sujeito enunciador, observando que tipo de legitimidade prevalece em seu dizer. O discurso político do presidente Lula se sustenta em uma legitimidade por *filiação*, por *formação* ou por *mandato*? Quais são indícios linguísticos, enunciativos e discursivos que podemos apontar para chegar a alguma possível conclusão a respeito dessa questão?

A legitimidade pode ser conquistada ou atribuída, ainda que por força, usurpada, por golpe de Estado, mas sempre será projetada na identidade social do sujeito político:

a legitimidade social é importante porque é a que dá a toda instância de palavra uma autoridade de dizer [...] é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo. Ela depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo status e poderes a seus atores (CHARAUDEAU, 2008, p.65).

Legitimidade diferencia-se também de credibilidade, posto que esta seria uma capacidade de dizer ou fazer, não estaria mais somente na esfera do direito de dizer; sendo assim, tanto a legitimidade quanto a credibilidade de um sujeito podem ser questionadas. Para legitimar-se, o sujeito é interpelado por seu direito de dizer; para credibilizar-se, o sujeito é questionado por sua própria capacidade (CHARAUDEAU, 2008, p. 67). Portanto, a legitimidade e a credibilidade são almejadas nos discursos políticos – em função de ambas, são construídos pronunciamentos; alcançadas, servem de sustentação para as práticas daqueles que as reivindicam; questionadas, podem fazer desmoronar desde representantes a regimes de governo. Em nossa pesquisa, buscamos analisar em que se fundamenta a legitimidade e a credibilidade do enunciador, como são construídas discursivamente, como são retomadas, reformuladas, transformadas e apagadas ao longo do recorte histórico de curta duração que adotamos.

Como anunciamos anteriormente, trava-se uma luta entre governantes e opositores, contudo, quando delimitamos e circunscrevemos o discurso político, referimo-nos também àquele que afirma a impotência interventora do fazer político. Com este entendimento, concebemos também como opositores os sujeitos inscritos em processos discursivos que se situam fora da esfera da burocracia política e que se empenham em problematizar a capacidade política daqueles que governam, tendo como justificativa a ideia de que o próprio sistema de governo é falho e/ou falido. Este tipo de discurso se diferencia do dizer do sujeito político opositor que não desmerece a função política exercida, mas tão somente aquele que ocupa tal função, ou seja, não questiona a ordem estabelecida, somente disputa pelos lugares de poder ocupados.

Conforme Piovezani:

se outros discursos são capazes de elucidar as complexidades do mundo e até mesmo de declarar a impotência do universo político, e se há, ainda outros tipos de legitimidade e intervenção sociais que não se restringem ao campo propriamente político, a reivindicação, velada ou explícita, de um monopólio do poder efetivo e eficaz de ação e decisão sobre a sociedade parece ainda consistir em uma das características do discurso desse campo (PIOVEZANI, 2009, p. 136-137).

O autor reafirma como mais uma característica do campo discursivo do político a vontade de um certo *monopólio*, traço que converge para nossa percepção de que, no funcionamento discursivo de dizeres políticos, a assunção de uma posição superior cuja legitimidade se sustenta em um suposto domínio de solução sobre mazelas sociais é bem marcante. Quanto mais marcada esta posição assumida, maior a adesão dos interlocutores. Neste sentido, lembramos Foucault que, vislumbrando o *controle*, a *seleção*, a *organização* e *redistribuição da produção de discursos* em uma sociedade, discute o conceito de *interdição*: “sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2005, p. 09). Para dizer o que quer que seja um sujeito necessita estar autorizado a fazê-lo, sendo assim o discurso em si passa a representar também *aquilo pelo que se luta*. Segundo o autor, o sujeito enuncia inserido em uma *ordem de discurso*, submetido a *exigências*, sendo devidamente *qualificado* para falar (FOUCAULT, 1996, p.37).

Sendo o discurso político fala pública, que promove *troca simbólica entre sujeitos coletivos* (PIOVEZANI, 2009, p.137), ocorre ainda a sustentação do discurso político por meio de um “nós”, explicitado ou não, que indica que aquele sujeito busca legitimação em uma coletividade. Para Piovezani (2009, p.137), referir-se ao plano individual sem que haja correlação discursiva com o coletivo pode ser estranho ou interdito, já que “A fala política dá-se a partir da posição de um porta-voz, cujo discurso é a manifestação de crenças e desejos coletivos” (PIOVEZANI, 2009, p.137). Sendo assim, a figura do *porta-voz*, além de representar, instaura identidades e busca identificação com os interlocutores. Entendemos que, além das características supracitadas, a inscrição do sujeito político em um papel de *porta-voz*, sujeito autorizado a falar em nome de uma coletividade, parece ser um dos traços fundamentais do discurso político, considerando que a inscrição nesta função se processa discursivamente.

Como o discurso político é atravessado pela ambivalência da confiança e do descrédito, torna-se também paradoxal como um sujeito político é alçado à função de *porta-*

voz, uma de suas fundamentais funções discursivas. Ele fala aos seus e debate com os adversários, pertence aparentemente ao grupo, mas também o transcende, sua visão e visibilidade mostram o que seria invisível aos demais. A seguir, veremos como a função de *porta-voz* pode deslocar-se conforme se desloca discursivamente o sujeito político que a assume.

2.2 A noção de *porta voz*

Como afirmamos anteriormente, dentre os elementos que estabelecem relação intrínseca com os processos discursivos em que se inscrevem os sujeitos políticos, encontramos a função do *porta-voz*. Segundo Pêcheux, a dissimulação por meio das palavras e a observância das classes dominadas para fins de dominação relacionam-se ao poder ditatorial da burguesia, apresentado como regime democrático. Sendo assim, a função de *porta-voz* surge como forma de impedir que o povo assumira seu dizer enquanto locutor, tal função seria anulada caso o povo pudesse falar por si mesmo (PÊCHEUX, 1990, p. 18).

Em *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*, Pêcheux (1990) apresenta, a partir de uma abordagem histórica, como se deu o surgimento da função de *porta-voz* na sociedade. Primeiramente, o autor elucida que as revoluções Francesa (1789), Socialistas (século XIX) e aquelas do século XX, *derivadas de 1917*, tiveram em comum a frustração das camadas populares, tendo em vista que estas nunca chegaram ao poder. O “povo”, as “massas”, o “proletariado”, a “luta de classes” eram as abstrações (PÊCHEUX, 1990, p.8) presentificadas nos discursos em circulação na época das revoluções¹³, entretanto, o ideal de que uma sociedade dividida em classes ou segmentos sociais em conflito deixasse de existir nunca fora alcançado.

Especificamente, no que concerne à Revolução Francesa (ou Burguesa), em que houve uma aliança entre a burguesia e as camadas populares para a derrubada do regime feudal-monárquico, deslocou-se a ideia de que o soberano era o detentor da história, que poderia exercer sua hegemonia por meio da religião e do poder (PÊCHEUX, 1990, p.10). Esta quebra de paradigma encaminhou a sociedade feudal monárquica a transformar-se em uma sociedade fundada na construção de legitimidade daquele que toma a palavra em nome de outros. Os líderes da revolução passam a ser instituídos como *porta-vozes* de uma sociedade

¹³ Não pretendemos adentrar a discussão sobre as referidas revoluções, mas somente abordar de onde parte Pêcheux (1990) para situar sua discussão sobre a função de *porta-voz*.

anônima e abstrata, falando *em nome* daqueles que dizem representar, de modo que este é um dos principais fundamentos da República.

A transformação de regime feudal-monárquico a regime republicano implicou a reorganização de diferenças e conflitos sociais em uma só língua. Neste sentido, formações ideológicas distintas passam a referenciar objetos idênticos de formas antagônicas (PÊCHEUX, 1990, p.12), ou seja, a depender da posição ideológica do sujeito que enuncia, determinado referente terá um determinado sentido, as palavras não dispõem de significação fixa. Após abordar o tema das revoluções e das transformações operadas por elas, Pêcheux afirma que:

O resultado do que acabamos de lembrar brevemente consiste em uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas: não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República (PÊCHEUX, 1990, p.11).

Sendo assim, a República manifesta seus ideais por meio da língua, tal como o regime antecessor, contudo, baseia-se em leis formuladas no interior do Direito, apagando diferenças entre grupos sociais e defendendo princípios de “igualdade para todos”, ainda que estes princípios nunca tenham chegado a se concretizar. Segundo Pêcheux (1990, p.10), há uma tendência de absorção das diferenças por meio da universalização das leis jurídicas, que dissimulam as relações de poder e força existentes na sociedade. Como as fronteiras existentes entre grupos sociais, suas lutas ideológicas, constituem-se então no interior da própria língua, as palavras passam a significar conforme a inscrição ideológica dos sujeitos, cuja materialização se dá no discurso.

Nestas circunstâncias, surge o *porta-voz* que retoma o dizer da multidão representada, relatando supostamente seus anseios e suas necessidades, já que seu papel consiste em intermediar conflitos sociais, confrontando-se com um poder instaurado diante daqueles que representa:

Ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pelo qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto. O porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PÊCHEUX, 1990, p.17).

O “nós em formação” diz respeito a um grupo social de onde o *porta-voz* emerge, de onde ele se destaca para poder enunciar. O pertencimento a tal grupo é mais ou menos

imprescindível para a legitimação de sua condição, entretanto, este sujeito não se confunde em meio à multidão: enquanto negociador, ele ocupa um espaço privilegiado no jogo político. Quanto a seu relato, este não se dá como retomada fidedigna do dizer daqueles que lhe delegaram a palavra, pelo contrário, ele existe justamente para que *o povo não ocupe o papel de orador*.

Se o *porta-voz* exerce um papel de mediador entre “poder” e “povo”, o que ocorre quando este *porta-voz* chega ao “poder”? A função exercida seria anulada? Partindo desta reflexão, Zoppi-Fontana¹⁴ (1997), em seu trabalho intitulado *Cidadãos Modernos: discurso e representação política*, estudou pronunciamentos de Raúl Alfonsín, durante seu mandato, que perdura de 1983 a 1989, na Argentina, além de matérias jornalísticas da época, pronunciamentos dos dois principais candidatos que, em setembro de 1987, disputaram o governo do estado de Buenos Aires e o filme *La República Perdida* (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.47-48).

Com a mudança de papel social, de *mediadores* entre o povo e o governo para *representantes* democraticamente eleitos, conflitos instaurados discursivamente deslocavam seu direcionamento, abandonava-se o conflito com o governo e iniciava-se um conflito com abstrações, como “a fome”, “a inflação”, “o desemprego”, dentre outras mazelas sociais (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.20). Mais especificamente, ao deslocar-se do papel de mediador (entre o povo argentino e o Estado ditatorial) para a função de presidente, Alfonsín passa a apagar discursivamente conflitos sociais entre povo e poder, reportando suas críticas àquelas abstrações. A autora trabalha com *discursos sobre a modernização que atravessam o cenário político da América Latina e processos discursivos que produzem no discurso uma ilusão de exterioridade para o sujeito do discurso em relação a sua inscrição no acontecimento discursivo* (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.13-14), operando alguns deslocamentos sobre a teoria do *porta-voz* (PÊCHEUX, 1990) devido às condições de produção dos processos discursivos em análise.

Como dissemos, o presidente argentino era um sujeito político que se confrontava com o governo vigente no período ditatorial na Argentina, que se torna presidente. Após sua chegada ao poder, ocorrem transformações significativas no funcionamento discursivo de seu dizer político. Legitimado como mediador e negociador, falando *em nome* do povo argentino,

¹⁴Esta autora filia-se à Semântica Histórica da Enunciação, sob a perspectiva de “uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua concreta situação de enunciador”. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.29)

de onde emerge, passa, na condição de presidente, a falar *para* o povo argentino. Sendo assim, deixa de haver uma função de mediação na fala do sujeito político para haver uma função de destinação, anulando-se discursivamente um confronto entre povo e governo.

Como *porta-voz*, possui um *excedente de visão*, uma *identificação com o sujeito do saber, conduta ética exemplar e é modelo de comportamento democrático* (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.83). Tais características, construídas discursivamente, são fundamentais para que o sujeito exerça a função de mediador que assume, como se precisasse estar devidamente “qualificado” para falar daquele lugar.

No caso do discurso alfonsinista, o papel de *porta-voz* funciona como algo desde sempre legitimado ou que lança para o futuro a instância legitimadora de sua prática política do presente (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.158), já que seu enunciador se representa como herdeiro das lutas da história do povo argentino. A esse respeito, Zoppi-Fontana acrescenta a noção de *déixis fundadora*, concebida sob o seguinte modo:

ponto de condensação de uma série de mecanismos de presentificação, produz o efeito de uma história que se repete indefinidamente, ou, dito de uma outra maneira, de um passado presentificado que funciona como princípio legitimador da prática política defendida pelos enunciados do DAL (ZOPPI-FONTANA, 1997, p.180)

O principal meio pelo qual o *porta-voz* se legitima é seu próprio dizer: falando seja em nome de uma história vivida junto a seus interlocutores ou por uma história ainda por ser vivida, ele alcança sua legitimidade sustentando-se em abstrações. Seguindo estas orientações teóricas acerca do *porta-voz*, desenvolveremos um aspecto fundamental de nossa pesquisa.

Partimos da hipótese de que Lula, enquanto presidente, continua¹⁵ a enunciar a partir da função de *porta-voz*, considerado o deslocamento discursivo de que passa a falar *para* os trabalhadores, em uma função de destinação, destacando-se e delimitando-se dos seus interlocutores, os trabalhadores, em função do papel social assumido. E por que anunciamos que o pressuposto é “falar para” e não “falar em nome de”? Com base em Zoppi-Fontana (1997), trabalharemos com o deslocamento que sugere a transformação do dizer do sujeito político que chega ao poder. Por não estar mais em situação de mediação entre um poder

¹⁵Entendemos como “continuação” do exercício da função de *porta-voz* já que outros trabalhos, como CAZARIN (2005), demonstraram que, no período que antecede seus dois mandatos como presidente, Lula enunciava como *porta-voz* dos trabalhadores. É importante ressaltar que a autora explicita de modo rigoroso que a assunção desse papel se dá de diferentes modos, nas diferentes circunstâncias enunciativas: há o nós do *porta-voz*, o nós do *porta-voz* sindical e o nós do *porta-voz* petista. Também defendemos que a função de *porta-voz* exercida por Lula não passou intacta à sua chegada à presidência.

instaurado e o povo que representa, entendemos que este sujeito enuncia “para” seus interlocutores, no sentido de apaziguar conflitos sociais e direcionar seu dizer não mais ao governante, posto que ele próprio ocupa o lugar de governante.

Devemos lembrar também que o funcionamento discursivo da função de *porta-voz* não passa incólume aos fenômenos de *espetacularização* do discurso político. Ela se adapta e se reinventa conforme a conjuntura histórica, provocando deslocamentos na fala pública devido às transformações históricas em que se inscreve. Para elucidar rapidamente a questão da *espetacularização* do discurso político, apresentamos o próximo tópico.

2.3 A *espetacularização* do discurso político

O fenômeno da *espetacularização* da política está estritamente relacionado com as transformações por que passou o discurso político, sobretudo, nas últimas décadas. Para Courtine (2003, p.21) a constatação de que, nas sociedades ocidentais, o discurso político está em crise, é uma afirmação *banal* mas *inevitável*. A crescente desconfiança dos americanos com relação às instituições governamentais, a incredulidade materializada no alto índice de abstenções dos franceses em pleitos eleitorais são exemplos dados pelo autor de como o discurso político vem atravessando um período crítico. Estes dados podem ser observados, também, dentre grande parte dos brasileiros, que também problematizam a pressuposição de verdade engendrada pelos discursos políticos de seus representantes.

Seguindo Courtine, Piovezani (2009) apresenta o modo como estão correlacionadas as metamorfoses do discurso político e a *espetacularização* da política:

As metamorfoses do discurso político estão condensadas no fenômeno da “espetacularização da política” que, por seu turno, envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a queda dos regimes totalitários, o “fim das ideologias”, a despolitização e a dissolução das massas, a intensificação do individualismo, o predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública, o advento de novas tecnologias que acelerou os ritmos de vida e diminuiu os espaços do mundo, a apropriação de estratégias publicitárias pela fala política, as mudanças retóricas e as novas configurações semiológicas do discurso político-televisivo (PIOVEZANI, 2009, p. 172)

Entendemos que o conjunto dos fatores implica transformações no discurso político, e que, sobretudo, o advento das novas tecnologias afeta diretamente a forma pela qual o discurso político passa a ser pronunciado. Os novos meios de comunicação acabam por flexionar e tornar mais fluidos os modos de intervenção política. O tempo passa a ser

contabilizado, o orador deixa de ter à sua frente uma assembleia que permaneça atenta a seus apelos ou uma de que deva conquistar a atenção. A audiência torna-se invisível e individualizada, cada interlocutor em sua casa, a ver e/ou ouvir seus representantes ou candidatos a representantes pela televisão, pelo rádio, pelo aparelho celular, pela internet. E ainda que tenhamos hoje diversos desses meios pelos quais se propagam os discursos políticos, a tevê foi o primeiro através do qual a fala pública dos sujeitos políticos foi substancialmente modificada (COURTINE, 2003, p.22). Neste sentido, Courtine afirma que:

Uma forma de fala pública, constituída com a Revolução Francesa, fundada sobre os antigos oradores, concebida sobre o modelo do teatro e que há pouco tempo fazia a ligação entre o homem político e o cidadão, acabou por se apagar sob nossos olhos, não sem nostalgia nem desequilíbrio. Ela cede seu lugar a estilos de comunicação radicalmente novos (COURTINE, 2003, p. 22).

Quais seriam estes estilos? A fala pública tende agora a ser breve, sob forma de frases pequenas, fórmulas fluidas, dialógicas, descontínuas, fragmentadas, feitas de jogos de linguagem, presas ao instante, sustentadas pelo imediatismo, em que *a astúcia verbal* se sobrepõe à *estratégia discursiva*, sendo que as novas formas “submetem os conteúdos políticos a exigências das práticas de escrita e de leitura próprias ao aparelho audiovisual de informação” (COURTINE, 2003, p.22-23).

Não podemos desconsiderar que estas formas novas continuam a dividir a concorrer por espaços com as formas tradicionais. Os pronunciamentos que analisamos nesta dissertação, por exemplo, são proferidos por um mesmo sujeito em diferentes meios: em palanque, rádio e tevê. Em nossas análises, observamos diferenças significativas de como este sujeito pronuncia seu dizer inscrito nestes diferentes aparelhos; embora esta a caracterização desta diferenciação não esteja contemplada em meio aos objetivos de nossa pesquisa, não deixamos de notar a marcação destas diferenças, que, por sua vez, provocam diferentes efeitos de sentido nos pronunciamentos.

A coexistência das falas proferidas em palanque, em rádio, em tevê, em redes sociais, dentre outros suportes, promovem um hibridismo de traços, pois não existe quebra repentina ou ruptura com os antigos meios por que se faziam pronunciamentos políticos, mesmo que haja predominância e progressiva superposição de umas formas de fala com relação a outras.

Dos traços mais marcantes do fenômeno de espetacularização da política, o *falar verdadeiro* e o *falar franco* passam a ser primordiais para a construção dessa nova forma de

fala pública, que em determinados meios pode ser impressa, ouvida repetidas vezes, submetida a um olhar e/ou uma escuta minuciosa do interlocutor.

O discurso político é assim submetido a uma dupla exigência; de uma parte, uma injunção à verdade: ele é então o “falar verdadeiro” e exprimiria em sua transparência as próprias coisas. De outra parte, um imperativo de simplicidade: ele é então o “falar francamente”, língua ordinária, banalização cotidiana das idéias políticas. A maioria dos governantes se aplicam a falar línguas mínimas, *basics* (COURTINE, 2003, p. 23).

Devido a esta necessidade de que seu dizer pareça franco e verdadeiro ainda nos novos meios de comunicação, torna-se imprescindível o trabalho do sujeito político não somente sobre o que diz, mas sobre sua própria imagem. Conforme Courtine (2003, p.23), o discurso político torna-se então um *produto homogeneizado de consumo de massa*. Surge então uma nova modalidade de apresentação de um sujeito para a vida pública: a exploração de sua própria vida privada.

A exposição da vida íntima de um candidato ou representante, ou *life style politics*, diz respeito a uma “política da vida privada, exibição da intimidade doméstica e psicológica na qual a política se banaliza nas pequenas coisas cotidianas, se enuncia nos discursos ordinários, se dissemina nos traços quase imperceptíveis da fisionomia” (COURTINE, 2003, p. 24). Esta exibição distancia-se bastante da exibição em palanque de outrora, já que deixa de haver a chamada *distância próxima* para dar lugar a uma *proximidade distante*: o sujeito político parece estar diante do interlocutor, mas seu corpo está ausente, eles não podem interagir de imediato naquela instância enunciativa. Assim, Courtine (2003, p.27) afirma que as eloquências entre estes tipos de falas públicas também são diferentes, reclamando da Análise do discurso novas perspectivas para o estudo das novas formas do discurso político:

Isso implica, ao que me parece, uma inflexão das problemáticas, dos métodos e dos objetos que foram aqueles da Análise do Discurso. Esta última deverá, antes de tudo, voltar-se para o estudo do fluxo das formas breves, dialógicas e conversacionais, para os novos modos personalizados da enunciação, e desconstruir os múltiplos recobrimentos da fala pública pelo discurso do consumo e pela sua retórica publicitária. Ela deverá ainda desvencilhar-se do preconceito filológico que a cerceia desde muito tempo e que a levou a privilegiar, de modo quase exclusivo, o domínio das palavras, ao passo que é impensável que pretendamos ainda hoje separá-las das imagens – imagens fixas e imagens em movimento – e que não consagremos ao funcionamento das imagens e à sua relação com o discurso a mesma atenção minuciosa que dispensamos aos enunciados verbais (COURTINE, 2003, p.17).

As transformações do discurso político junto à espetacularização da fala pública reclamam por novas abordagens. E se o discurso político se espetaculariza, como foi estudada

a fala pública nacional, como foram consideradas as transformações históricas em outros momentos de apreensão da teoria do discurso?

2.4 Trabalhos brasileiros sobre o discurso político nacional

Dentre os primeiros trabalhos filiados à Análise de Discurso no Brasil, diversos são os estudos desenvolvidos e diversificadas são as abordagens lançadas sobre o dizer político. Em algumas das obras, observamos uma heterodoxia teórica própria de uma experimentação com novas formas de olhar o objeto de pesquisa. Os analistas não tinham um comprometimento com uma única tendência que os impedisse de trabalhar com diferentes teorias sobre as manifestações da fala pública. No primeiro trabalho de que trataremos aqui, é possível observar a articulação de estudos sobre a fala pública oriundos de distintas orientações com postulados e noções da AD. Em seu desenvolvimento, contamos a presença da retórica clássica, da pragmática, de estudos enunciativos e argumentativos.

Desde a Antiguidade Clássica, os mesmos filósofos que se dedicavam ao exercício da fala pública teorizavam sobre o *falar em público*. Em meio a uma gama de renomados filósofos dedicados aos estudos da linguagem, encontramos Aristóteles. Apesar da antiguidade de seus escritos, o discípulo de Platão continua a inspirar linguistas e literatos quando se trata de refletir sobre as estratégias nos usos da língua(gem) no campo político. Haqira Osakabe¹⁶, primeira de nossas referências sobre estudo do discurso político, mostra-se fortemente influenciado pela retórica aristotélica, a que dedica parte de sua obra *Argumentação e Discurso Político*. Com base nas ideias de Aristóteles, o linguista concebe discurso como ação sobre um ouvinte:

O discurso de um orador é uma ação em direção ao ouvinte; o objetivo desta ação é a persuasão que só se faz à medida que o discurso tenha um valor demonstrativo, revele o caráter do autor e chegue a tornar o ouvinte disponível à persuasão. O domínio da Retórica seria assim o domínio dos meios para se atingir a persuasão. Sua relação com a Dialética, de um lado, e com a Política, de outro, justifica-se pela natureza “ativa” de seu objeto: o orador é, ao mesmo tempo, um *agenciador* político e um mestre do *raciocínio*, e seu conhecimento não é, portanto, senão um meio da sua ação (OSAKABE, [1979] 1999, p.158).

Pela posição teórica assumida por Osakabe, notamos que o sujeito enunciativo, chamado orador, declarado como *mestre do raciocínio*, não tem relação com a concepção de

¹⁶Haqira Osakabe, dos primeiros pesquisadores brasileiros a preocupar-se com a problemática do discurso, ainda nos anos 70, trabalha com linguística descritiva, análise do discurso e retórica em suas análises (OSAKABE, [1979] 1999, p. 1), analisando pronunciamentos de Getúlio Vargas.

sujeito formulada por Pêcheux, na esteira de Althusser. No que diz respeito a este domínio, entendemos que não houve incorporação das ideias de Pêcheux por parte do autor.

Osakabe concebe discurso como realidade empírica, delimitável no tempo e no espaço, observável, compreensível e analisável em seus elementos recorrentes (OSAKABE, [1979]1999, p.8). Embora haja alguma semelhança com a ideia de regularidade em meio a uma dispersão de enunciados, Osakabe entende discurso como “ato de argumentação”, acrescentando que o “ato de discursar” é o “ato de argumentar” (OSAKABE, [1979]1999, p.109), sendo este constituído por três outros momentos: a promoção do ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política, a anulação da possibilidade de crítica proveniente desse ouvinte, devido a seu envolvimento, e o seu engajamento na mesma tarefa política do locutor (OSAKABE, [1979]1999, p.110).

Em sua obra, o autor considera como métodos linguísticos fundamentais de análise de discurso aqueles formulados por Harris, Pêcheux, Longacre e Slakta, desconsiderando os trabalhos de lexicologia e análise de conteúdo. Devido à nossa filiação aos fundamentos de Michel Pêcheux, optamos por apresentar somente a crítica de Osakabe a esse analista. No que concerne à metodologia pecheutiana, por um lado, o linguista reconhece um rigor de aparelhagem conceitual, uma não-ortodoxia na utilização da técnica distribucional, uma preocupação com a semântica e com *o todo* do discurso; por outro, observa que “esse trabalho coloca em evidência tão-somente uma função informativa do discurso e deixa de lado, tal como ocorre nos trabalhos anteriores, os processos de relação pessoal do discurso que, como dissemos, parecem definir o próprio discurso” (OSAKABE, [1979]1999, p.35). A preocupação recorrente com relações pessoais no discurso se deve ao entendimento do autor de que é a instância discursiva que confere sentido aos indicadores de pessoa, tempo, lugar.

Neste sentido, o linguista segue a perspectiva de Émile Benveniste, afirmando que a visão deste estudioso é “mais abrangente em termos teóricos” (OSAKABE, [1979]1999, p.15). Sendo assim, considera indispensável a menção a um jogo de relações intersubjetivas que se estabelecem no discurso:

Do ponto de vista de sua natureza, o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu; em segundo lugar, o discurso caracteriza-se por uma maior ou menor presença de indicadores de situação; em terceiro lugar, tendo em vista sua pragmaticidade, o discurso é necessariamente significativo na medida em que só se pode conceber sua existência enquanto ligada a um processo pelo qual eu e tu se aproximam pelo significado; e, finalmente, o discurso tem sua semanticidade garantida situacionalmente, isto é, no processo de relação que se estabelece entre suas pessoas (eu/tu) e as pessoas da situação, entre seus

indicadores de tempo, lugar etc. e o tempo, lugar da própria situação (OSAKABE, [1979] 1999, p.20-21).

Certamente, a centralização de *sujeitos em interação* em uma instância discursiva como pilares da constituição do discurso afasta-se das ideias de Pêcheux sobre como um indivíduo é interpelado como sujeito pela ideologia no uso da língua, materializando discursos em circulação em uma sociedade. Osakabe defende um deslocamento do jogo de imagens formulado por Pêcheux, sugerindo que se enfatize a relação atuacional e pragmática existente entre A e B, pautando-se em um novo questionamento: “o que A pretende de B para que lhe fale assim?” (OSAKABE, [1979]1999, p.54-55).

As concepções de discurso dos dois autores divergem, trata-se de duas noções completamente distintas, até mesmo opostas. Contudo, ainda que haja discordância teórica com Pêcheux, Osakabe é um dos primeiros autores no Brasil a trabalhar com a noção de *condições de produção* aliada ao *tratamento linguístico da organização argumentativa* (OSAKABE, [1979]1999). Seu trabalho tem por objetivo:

Investigar a importância que tem do ponto de vista da língua e do discurso a subjetividade que este último revela; pretende-se equacionar do ponto de vista desta subjetividade a importância e a propriedade que têm as contribuições hoje um tanto desprestigiadas da Retórica, no que diz respeito aos gêneros (OSAKABE, [1979] 1999, p.40).

Argumentação e Discurso Político propõe uma teoria linguística que vise ao discurso, fundamentada para além do estruturalismo e da linguística gerativo-transformacional, voltada para os modos de elocução do discurso e sua organicidade. (OSAKABE, [1979]1999, p.40-41). É assim que estabelece a análise de pronunciamentos de Getúlio Vargas.

A obra *O regime de 1964: discurso e ideologia* de José Luiz Fiorin¹⁷ constitui outro clássico dentre os estudos sobre o discurso político no Brasil. A atenção à discursivização dada aos acontecimentos do regime militar foi a mola propulsora de trabalho com a qual o livro se tornou referência não somente para linguistas e/ou analistas, mas para o conjunto de estudiosos das humanidades, cujo interesse incide sobre o discurso político brasileiro. A contribuição histórica do autor diz respeito a seu questionamento sobre as relações de força e os efeitos de sentido envolvidos na discursivização ou não de um fato, sendo os detentores do poder aqueles cujos pronunciamentos poderiam colocar um discurso em evidência ou apagá-lo.

¹⁷ Fiorin baseia-se em trabalhos de Linguística e Semiótica para analisar os *níveis narrativo e discursivo do discurso chamado revolucionário*. O trabalho analítico deste autor centra-se mais especificamente nas invariantes do discurso analisado, como forma de identificar a “coerência interna” dos pronunciamentos e a “visão de mundo” por eles apresentadas (FIORIN, 1988, p. 1-2).

Esse trabalho procura estudar as invariantes do discurso do golpe de 64, como sua coerência interna e sua visão de mundo são construídas. Ao mesmo tempo, mostra suas contradições internas e a não-correspondência entre esse discurso e outros discursos que desvelam diferentes ângulos da realidade. Revela ainda o lugar social em que o discurso do golpe foi produzido. Trata, pois, este estudo não de fatos ocorridos, mas de fatos relatados, contados, narrativizados. Com base em trabalhos de Linguística e Semiótica, analisa os níveis narrativo e discursivo do discurso chamado “revolucionário”, sua sintaxe e sua semântica, para revelar a inconsistência do seu referente interno e a ordem de necessidades a que se vincula sua construção semântica. (FIORIN, 1988, p.12)

Como linguista preocupado com a materialização do social e do político na língua, Fiorin aborda a questão da insuficiência da teoria saussuriana para tratar de questões de significação, traçando um panorama sobre duas vertentes predominantes no seio da Linguística: aquela dos formalistas, que consideram a linguagem como um sistema fechado em si mesmo; e a dos ideologistas, que associavam aspectos de textos a estruturas sociais (FIORIN, 1988, p.5). Para ele, “o primeiro problema da Linguística é, pois, perceber que a linguagem goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais, mas, ao mesmo tempo, sofre determinações históricas.” (FIORIN, 1988, p.5) A discussão sobre este aspecto social da língua converge com as reflexões do grupo de Michel Pêcheux na França. Afinal, que língua não atualiza história, materializando discursos atravessados pelo ideológico?

Fiorin toca na questão de que, para Saussure, a fala é o domínio da liberdade, da criação, de modo a afastar-se dessa ideia e aproximar-se daquela segundo a qual não é *o sujeito que fala, mas ele é falado por determinado discurso*. Assim como na Análise de Discurso pecheutiana, podemos compreender que Fiorin entende que o sujeito não tem plena liberdade para dizer o que diz, não diz um referente correspondente exato para o mundo e não é origem de seu dizer. O autor também sustenta que as classes se manifestam de diferentes formas sobre a materialidade da língua ao expor suas representações ideológicas.

Em suas colocações sobre a ideologia manifestada na língua, Fiorin expressa certa aproximação com os trabalhos de Michel Pêcheux: suas formulações sobre formações discursivas e formações ideológicas baseiam-se na ideia do jogo de imagens formulado pelo filósofo francês. Entretanto, a essa noção, Fiorin acrescenta que a determinação do discurso é dotada de uma complexidade que reside entre a manipulação consciente e a determinação inconsciente. Entendemos que o linguista avança na seguinte questão: até que ponto um sujeito é completamente determinado a dizer o que diz e quando se utiliza deliberadamente de estratégias para atingir determinados fins? Percebemos que nas discussões filiadas aos estudos

da retórica aristotélica e da pragmática aderiam voluntariamente à ideia da consciência e das estratégias de um locutor que tenta persuadir. Em seus últimos trabalhos, Pêcheux questionava-se mais acerca do total, completo e perfeito processo de interpelação do sujeito pela ideologia. E, então, como poderia a história se movimentar se não houvesse falhas nesse processo?

Fiorin concebe ideologia como “conjunto de representações elaboradas a partir da aparência do real, o conjunto de racionalizações que justificam, no nosso caso, a sociedade burguesa” (FIORIN, 1988, p.13), sendo assim, o autor se coloca na esteira de Karl Marx, já que concebe ideologia como aquela da classe dominante que subjuga as demais em uma formação social. Ele complementa afirmando que a ideologia é “visão de mundo, que não é senão o ponto de vista de uma classe social. Assim, poder-se-ia historicizar o conceito de ideologia: são representações que se elaboram a partir da realidade, seja de suas formas aparentes, seja de suas formas essenciais” (FIORIN, 1988, p.13).

Neste sentido, o autor considera que visões de mundo manifestam-se na língua, acrescentando que o discurso não é lugar de liberdade, mas de determinações sociais: um indivíduo não fala o que quer, mas fala segundo as formações sociais, ideológicas e discursivas nas quais se inscreve.

Para a constituição do *corpus* de sua pesquisa, Fiorin selecionou pronunciamentos do ex-presidente Castelo Branco, como representativos do discurso do movimento militar de 1964, buscando invariantes e contradições existentes no discurso “revolucionário”. O autor defende que não há neutralidade científica, sendo assim assume abertamente uma posição política quanto a seu objeto de pesquisa: pretende mostrar que *o discurso de golpe de 64 tenta fazer crer que formas aparentes do real constituíam a realidade total* (FIORIN, 1988, p. 20).

Para ele:

O discurso político é essencialmente persuasivo. Distingue-se em discurso político da situação e da oposição [...] Situação e oposição desejam fazer com que o povo atribua a um partido e não a outro o poder. A eleição é, antes de mais nada, um conflito de manipuladores, em que o povo escolhe um deles (FIORIN, 1988, p.23).

A problemática da intenção de um locutor dirigida ao domínio de um auditório, bem como a questão da persuasão, é mais ou menos discutida em Análise de Discurso, não ficando restrita aos estudos de retórica. O posicionamento teórico de voltar-se pouco à questão da intenção se deve às primeiras reflexões em AD relacionadas ao entendimento de que *o indivíduo é interpelado como sujeito pela ideologia*, portanto, não seria origem de seu

dizer, nem teria domínio sobre o que diz. Embora dialogue com a AD pecheutiana, Fiorin não se priva de tratar o discurso político nestes termos: persuasão que visa ao poder.

Quanto ao funcionamento do discurso militar, Fiorin afirma que ele se caracteriza pela produção dos seguintes efeitos:

[...]instauração do “povo” como o destinador do querer depor Goulart, a validade da desqualificação de Goulart e da qualificação das Forças Armadas, uma oposição entre povo brasileiro e comunismo e seus agentes, o conteúdo semântico da “ordem” e do “caos” e a existência ou não de uma revolução. (FIORIN, 1988, p. 36)

Segundo Fiorin, cada um dos problemas apontados converge para a colocação do povo brasileiro como operador de um movimento arquitetado pelas Forças Armadas, que depuseram Goulart, atribuindo poder aos militares, à revelia desse mesmo povo. O poder incorporado pelos militares desconsiderava as divergências existentes entre as classes, apresentando os objetivos da classe dominante como objetivo de todos os brasileiros. Um discurso sobre a “nação” era atualizado como forma de ocultar a luta de classes, assim como um discurso sobre o governo ser sempre bom, por “encarnar os interesses da nação”.

O linguista acrescenta que o setor das Forças Armadas era oriundo das classes médias, portanto era porta-voz das classes dominantes. As classes médias se encontram entre a burguesia e o proletariado e temem uma proletarização; almejam uma ascensão social pautada na crença da meritocracia, ou seja, acreditam que os melhores e mais capazes sobem na escala social. Na esteira de Chauí e Poulantzas, Fiorin sustenta que a classe média é essencialmente reacionária e autoritária, devido ao anseio de manter um modelo de poder, cuja “revolução” não significa ruptura, mas manutenção de uma ordem idealizada pelas elites econômicas.

Fiorin fundamentou sua análise em uma leitura de temas e figuras recorrentes nos pronunciamentos analisados, que manifestavam a posição de classe do narrador e do narratário. Segundo ele, o discurso militar é predominantemente não-figurativo, as figuras são apresentadas para uma construção de verdade em uma ancoragem espaço-temporal aos temas, de modo que as configurações temáticas prevalecem. Os percursos temáticos mais recorrentes são *moralização, modernização, ascensão social, redistribuição de renda pelo mercado e manutenção da ordem* (FIORIN, 1988, p.122). O autor acrescenta que:

As configurações temáticas e os percursos temáticos indicam que o discurso propõe, fundamentalmente, a contenção das camadas populares para que se dê um aumento acelerado da mais-valia. Por isso, ele só pode estar vinculado à formação ideológica da burguesia associada ao capital multinacional e não à formação ideológica de proletariado (FIORIN, 1988, p.121-122).

Segundo o autor, dentre os procedimentos discursivos utilizados para a legitimação do dizer político do regime militar estão: a certeza, a seleção de qualificações semânticas, a mudança semântica, o uso de eufemismos e de diferentes variantes linguísticas adotadas de jargões econômicos. Ocorre uma sacralização do discurso político, que toma como parâmetro o discurso religioso, aquele que proclama o fim da história e apresenta-se como detentor absoluto da verdade:

Como no discurso religioso, no discurso “revolucionário”, resta ao homem o domínio do dever, pois o querer, o poder e o saber pertencem, respectivamente, a Deus e ao Estado-Nação. Os dois discursos querem induzir o indivíduo a aceitar seu papel dentro das relações sociais de produção e a executar os atos correspondentes a esse papel. A liberdade aí é a de aceitar uma ordem social estática, a de reconhecer que as coisas são de uma maneira e não de outra e a de submeter-se à autoridade constituída (FIORIN, 1988, p.147).

Fiorin contribui com a análise de discurso de forma crítica, assumindo uma posição política em seu fazer acadêmico. Portanto, o linguista não se limita a uma pretensa neutralidade cientificista de desconsiderar fatos históricos cruciais para a constituição da sociedade brasileira manifestada nos usos da língua, nos dizeres sociais, que parecem não ter memória, mas ressoam uma história bem recente de medos silenciados. Como contribuição deste autor, no que concerne à circulação do discurso dominante, destacamos a seguinte citação: “A finalidade última do discurso é repetir sempre o mesmo, é reproduzir as relações de produção” (FIORIN, 1988, p.153). Neste caso, o autor referia-se ao discurso de dominação.

No domínio da Análise de Discurso pecheutiana, *A fala dos quartéis e outras vozes*, de Freda Indursky, revela-se como mais uma obra marcante para a compreensão dos processos discursivos instaurados com a tomada de poder pelo regime militar. O tema versa sobre *o Golpe Militar de 1964, a ruptura com o pacto populista de Vargas mantido por Goulart e a suspensão das formas constitucionais de representatividade substituídas pelo exercício do poder das Forças Armadas* (INDURSKY, 1997, p.15). A autora deflagra uma discussão a respeito de como o discurso sobre *o combate à corrupção, à desordem, ao desmando, ao comunismo, pelo bem da pátria*, constituiu uma política de autoritarismo exercida pelas Forças Armadas.

Indursky delineou um percurso com base em questionamentos acerca de regularidades, diferenças e transformações entre os discursos dos presidentes militares, além de questões sobre possíveis relações existentes entre o discurso militar com outros discursos, sob forma de confrontos ou apagamentos. A primeira abordagem, sendo interna, centrou-se

em comparações entre os discursos produzidos do interior do discurso militar, foi chamada pela autora de exame endógeno de *corpus*. A segunda, fixada na atenção ao discurso-outro, aquilo de exterior que poderia atravessar os discursos presidenciais, foi chamada de exame exógeno de *corpus*.

Freda Indursky apresenta o quadro epistemológico geral da Análise de Discurso, derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux, rememorando sua constituição pelo materialismo histórico, pela linguística e pela teoria do discurso, aliadas à teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. A autora realiza uma revisão bibliográfica retomando as obras *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, os *Aparelhos Ideológicos do Estado*, de Althusser, e *Vérités de la Palice* de Michel Pêcheux para tratar da noção de ideologia. Sobretudo, destaca as duas principais teses de Althusser, a saber “1) não existe prática senão através de e sob uma ideologia; 2) não existe ideologia senão através de sujeito e para o sujeito” (INDURSKY, 1997, p.19); trazendo a retomada crítica de Pêcheux, para quem os AIE trazem em si o germe da contradição, constituindo o lugar e as condições ideológicas que modificam as relações de produção (idem). Indursky acrescenta que o discurso não se relaciona com a ideologia como algo exterior, mas é constituído por ela; em sua perspectiva marxista, a AD concebe ideologia como representação da relação imaginária como o mundo real, concretizada nos processos discursivos (INDURSKY, 1997, p.20).

No que diz respeito à ligação da AD com a Linguística, a autora elucida que a língua não se confunde com o discurso; este se relaciona com a linguagem, razão pela qual Courtine (apud INDURSKY, 1997, p. 23) sustenta que a validação da análise discursiva se faz por meio da Linguística:

A concepção de sentido estabelece a fronteira e a intersecção dos objetos da linguística e da AD: a primeira interessa-se pelos sentidos estabilizados, que mostram a língua como produto sedimentado, enquanto a segunda interessa-se pelo trabalho do sentido sobre os sentidos, que mostra a língua como processo (INDURSKY, 1997, p. 27).

Segundo Indursky (1997), Harris, em seu trabalho *Discourse analysis* (1952), inseriu noções como *sujeito* e *situação*, pois a AD também se delimita da Linguística no que concerne a estas noções de *sujeito* e de *situação*. Apropriando-se dessas e de outras contribuições vindas do distribucionalismo de Harris, a partir de uma sua interpretação materialista, a AD concebe o sujeito, distanciando-se, por exemplo, do *sujeito* da Teoria da Enunciação, que se apropria da língua para produzir um discurso. O *sujeito* da AD é interpelado ideologicamente e se inscreve em diferentes posições ideológicas, não é livre para dizer o que diz. Conforme a autora, a Teoria da Enunciação formulou uma concepção de

sujeito como portador soberano e consciente de intenções e responsável pelo que diz, ou seja, preocupou-se com a subjetividade, mas desconsiderou processos ideológicos constitutivos de tal subjetividade. Quanto à noção de *situação*, esta se deslocou em AD para *condições de produção*: igualmente constitutivas do dizer do *sujeito*, elas não são apenas exteriores à língua, tendo em vista que se manifestam nela.

Quanto à teoria do discurso, Indursky afirma que a contribuição deste campo nasce da articulação do materialismo histórico com a Linguística. Os processos discursivos materializam-se na língua; por isso, a análise de discurso depende da análise linguística, contudo aquela não se encerra nesta. Os métodos da Linguística não contemplam a problemática da AD, cujo objeto extrapola as fronteiras da língua.

Seguindo os conceitos da AD pecheutiana, Indursky constitui seu quadro teórico de referência. Destacamos como principal noção tomada pela autora aquela de Formação Discursiva, baseada na concepção contida em *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, agregada ao deslocamento teórico proposto por Michel Pêcheux, de pertencimento da FD às *formações ideológicas*. Na esteira de Courtine, a autora trabalha com as noções de *interdiscurso*, *pré-construído*, *enunciado dividido* e *memória discursiva*, além da noção de *heterogeneidade*, seguindo Authier-Revuz. A partir destas noções, complementares entre si, Indursky analisa seu *corpus*, trabalhando do seguinte modo:

Por um lado interessa-nos examinar o discurso do ciclo militar em sua concepção de “*corpus fechado*”, homogêneo; por outro lado, propomo-nos a verificar como tal homogeneidade é desestabilizada pela invasão de elementos que lhe são estranhos, aí instaurando a heterogeneidade. Trata-se, pois, de considerar a noção de FD em suas duas fases teóricas, tomando-as em uma relação de complementaridade (INDURSKY, 1997, p.34).

Demonstrando inegável rigor metodológico, a autora explicita os passos de sua análise: diferencia *corpus empírico* (totalidade de pronunciamentos produzidos pelos presidentes durante a República Militar Brasileira) de *corpus discursivo* (material analisado, que passa pela abordagem teórica); seleciona *seqüências discursivas* conforme seus objetivos de pesquisa, que constituem os *recortes discursivos* e compõem o *corpus discursivo*; delimita o *campo discursivo de referência* no interior do período de 1964 a 1984, sendo que este é composto por cinco *domínios discursivos*, os discursos políticos produzidos pelos presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

As regularidades no funcionamento discursivo dos pronunciamentos dos presidentes militares são encontradas com base nos seguintes critérios: questões que determinaram o sujeito do discurso; a construção do outro no espaço discursivo; e, a análise do processo de interlocução discursiva travada. A pesquisadora percebe a recorrência do

aparecimento da não-pessoa discursiva no dizer político militar, como simulação do não-preenchimento e apagamento da forma-sujeito a que se filiavam os sujeitos políticos enunciantes, ou seja, uma das marcas de seu autoritarismo. Para tanto, diferencia *quarta-pessoa discursiva de não-pessoa discursiva*:

É preciso salientar que a **quarta-pessoa discursiva** distingue-se da **não-pessoa discursiva**. Inicialmente, diremos, apenas, que a **não-pessoa discursiva** remete para grupos lexicalmente não-nomeados que se associam ao sujeito do discurso, enquanto a **quarta-pessoa discursiva produz a impessoalização desse sujeito: ele abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento discursivo**. Ou seja, não há inclusão do outro nessa forma de representação. Através dela, *o sujeito representa-se como se fosse o outro* (INDURSKY, 1997, p.76, grifos da autora).

A *quarta-pessoa discursiva* funciona, especificamente, por meio do apagamento do sujeito do discurso, que se distancia de seu dizer, pela não assunção da primeira pessoa do singular. Como exemplo, temos um sujeito político hipotético que enuncia “O governador vai tomar todas as medidas cabíveis para a resolução do problema”, em vez de “Eu vou tomar todas as medidas cabíveis para a resolução do problema”.

Segundo Indursky (1997, p.79), a ausência do sujeito do discurso provoca efeitos de sentidos diversos, dentre os mais evidentes, ela destaca uma perda de reversibilidade entre sujeitos, tendo em vista que a anulação do “eu” implica a anulação de um “tu” com quem esse primeiro sujeito estabelecerá uma relação de intersubjetividade (ainda na esteira de Benveniste, 1966); e, efeito de *palavra única, final e verdadeira* pela ausência de interlocução instaurada, “produzindo o que Fiorin designou de efeito de monologismo” (INDURSKY, 1997, p.79). Para a fundamentação sobre a emergência do discurso do mediador, em substituição à voz do povo, isto é, a falta de reversibilidade do discurso autoritário, a autora baseia-se também nos trabalhos de Osakabe (1979) e Orlandi (1983). Dentre outras características do discurso militar, Indursky aponta a referência ao outro como interlocutor indeterminado; o recurso ao discurso relatado com abertura de espaço para o discurso do outro, porém afetado pela não explicitação do outro; e a desconstrução do discurso do outro.

Sem restringir-se a uma mera apropriação passiva das noções em AD, Indursky propõe deslocamentos e reflexões sobre alguns conceitos, tal como ocorre nesta colocação, realizada na esteira de Courtine:

Pêcheux (1975:144-8) afirma que a FD que veicula a forma-sujeito é a FD dominante e que as demais formações discursivas que constituem seu interdiscurso – constituído de um todo complexo com dominante – determinam a dominação da formação discursiva com dominante. Acredito necessário rever esta forma de conceber a FD dominante, pois, a partir do que acabamos de expor, a FD dominante é, por sua vez, dominada pela FD antagônica, já que é ela que, de fato, determina a direção a ser tomada pelo sujeito do discurso. Desse modo, entendemos que um discurso é duplamente

determinado: primeiro, pela FD que o engendra e determina o que pode e deve ser dito e, segundo, pela FD antagônica que determina o que deve ser refutado (INDURSKY, 1997, p.243).

Além desta proposição, a autora realiza uma observação acerca da necessidade de diferenciação entre *discurso relatado*, aquele que retoma o *discurso outro* para refutá-lo, e *incisivas discursivas*, que se apropriam de aspectos positivos do discurso antagônico, ambos presentes no funcionamento discursivo militar. Tais processos direcionam-se a um apagamento do outro, que provoca o efeito de monologismo, tal como se o sujeito enunciador fosse origem do que diz e como se os sentidos não pudessem ser outros. Indursky conclui que o discurso militar em seu funcionamento revela o que tanto se empenhou em ocultar.

Partindo também da AD peuchetiana, Cazarin (2005), em sua tese *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*, aborda como ocorre o processo de inscrição e identificação do discurso de Lula com a *formação discursiva* dos trabalhadores, não homogênea, repleta de contradições, como toda FD, mas dotada de uma certa unidade. A análise da autora abrange o período de 1978 a 1998, desde a época em que o ex-presidente se constituía enquanto líder sindical até sua antepenúltima candidatura: Cazarin afirma existir uma identificação do sujeito-enunciador à forma-sujeito da FD dos trabalhadores. A análise tem como objetivo:

compreender como ocorre, na FD dos trabalhadores brasileiros, a instauração da posição-sujeito em que o DL vai se inscrever e como se dá o processo de identificação e representação política do sujeito enunciador desse discurso a essa FD. Ao mesmo tempo, tendo em vista que a unidade da forma-sujeito é ilusória, uma vez que se leva em conta as diferentes posições-sujeito que com ela se relacionam, meu interesse é observar como diferentes posições-sujeito coexistem e se relacionam com a forma-sujeito que organiza os saberes dessa FD. (CAZARIN, 2005, p. 31-32)

A autora entende que Lula fala a partir de um grupo heterogêneo, marcado por contradições internas, cujos saberes organizam-se sob uma unidade somente quando de sua enunciação. Ainda assim, o dizer do sujeito político emerge marcado por estas contradições, características do discurso político, que ecoam sob forma de *interdiscurso*. O sujeito enunciador destaca-se do grupo de trabalhadores que representa, acima das diferenças existentes entre eles, enunciando como *porta-voz*.

Seguindo Buarque de Holanda, Cazarin afirma que a constituição da FD dos trabalhadores brasileiros se deu com escravos libertos, trabalhadores livres e trabalhadores estrangeiros (estes impulsionaram a organização sindical), que sempre mantiveram relações distintas com a forma-sujeito enquanto três posições-sujeito diferentes (CAZARIN, 2005, p.85). A autora entende que há uma FD dos trabalhadores brasileiros que se confronta com a

FD patronal governamental brasileira (CAZARIN, 2005, p.87), remetendo sempre a uma heterogeneidade constitutiva das FD, que abrangem diferentes posições-sujeito em seu interior.

Para organizar o procedimento de análise do discurso de Lula, Cazarin opera três recortes por meio de três acontecimentos históricos: 1) a eclosão das greves do ABC paulista (1978); 2) a fundação do PT (1980); 3) a decisão do PT de disputar eleições (1982) (CAZARIN, 2005, p. 114). A análise é centrada na instauração da FD dos trabalhadores e da *posição-sujeito* em que o DL se inscreve, sendo que a “eclosão das greves do ABC paulista” é tomada como efeito de surgimento desta *posição-sujeito*, pois, para a autora, o acontecimento pode ocorrer independentemente do sujeito, mas só se torna fato histórico quando é por ele simbolizado (CAZARIN, 2005, p.48). Após estas considerações, a análise se encaminha para o entendimento de que “o discurso de Lula se produz justamente no entremeio da atividade sindical e da político-partidária, as quais constituem a cena discursiva na/pela qual o sujeito enunciador se constitui, se identifica e se representa como um sujeito político.” (CAZARIN, 2005, p.67)

Segundo a autora, em 1978, o DL confrontava-se com a posição-sujeito do sindicalismo atrelado ao Estado e à FD patronal, mas, ao mesmo tempo, gerava expectativa favorável por parte dos empresários e desconfiança da esquerda, por não ter filiação partidária (CAZARIN, 1997, p. 116). Com base nestas reflexões, podemos entender que a liderança de Lula, alçado naquela circunstância histórica a porta-voz dos trabalhadores, não era um consenso no interior da Formação Discursiva dos trabalhadores, ou seja, o fato de enunciar em nome daquele grupo social não implicava a constituição de uma unanimidade entre os trabalhadores. Assim como Cazarin afirma em seu trabalho, diversas eram as *posições-sujeito* que coexistiam no interior da FD dos trabalhadores. Supomos que, para que obtivesse aquele lugar de destaque, Lula representasse algo de dominante no cerne das diferenças existentes na FD a partir de onde enunciava.

E não somente as FD são consideradas heterogêneas nesse trabalho, mas também as *posições-sujeito* enquanto regiões internas de uma FD (CAZARIN, 2005, p. 143):

A distinção entre a heterogeneidade da FD e a da posição-sujeito reside no fato de que a contradição interna desta última se dá pela *diferença* e não pela *divergência*, marcada entre diferentes posições-sujeito e, muito menos, pelo *antagonismo*, como é o caso entre distintas FDs (CAZARIN, 2005, p.145).

Para Cazarin, as *diferenças* remetem a vários *pontos de vista* que habitam uma mesma *posição-sujeito*; em contrapartida, as *divergências* referem-se a discordâncias entre posições que podem se afastar progressivamente, são conflitos no cerne das FDs (CAZARIN, 2005, p.60-61). Neste sentido, compreendemos que as divergências podem desenvolver-se a ponto de provocar rupturas no interior de uma FD, instaurando, por sua vez, FDs distintas e antagônicas.

No entanto, a autora entende que quando da participação do Partido dos Trabalhadores em processos eleitorais, não se dá uma *flexibilização* com relação à Formação Discursiva patronal, opositora da FD dos trabalhadores, embora haja uma extensão de saberes e de fronteiras afetando a Formação Discursiva dos trabalhadores (CAZARIN, 2005, p.161). Na esteira de Pêcheux, ela afirma que, caso haja uma *contra-identificação* tão forte entre o sujeito enunciador e a forma sujeito em que se inscreve, ocorre uma *desidentificação*, sendo que este sujeito passa a se inscrever numa outra FD ou instaura uma nova (CAZARIN, 2005, p.190).

Além de apropriar-se de conceitos de Pêcheux para a conceituação de *identificação*, Cazarin baseia-se em noções de Warnier, Hall e Rajagopalan para distinguir *identificação* de *identidade*, tendo em vista que seu objetivo não seria discutir a identidade do sujeito político em questão, mas sua identificação política (CAZARIN, 2005, p.181). Com Rajagopalan, ela afirma que a *identidade* se constrói por meio da língua, não há sujeito com *identidade fixa anterior* com relação à sua inscrição na língua (CAZARIN, 2005, p.182). Fundamentada nesse e nos demais autores acima referidos, a analista concebe identificação como um *processo em andamento*, agregando estas leituras aos conceitos com que trabalha em Análise do Discurso.

Sendo assim, em *Identificação e Representação Política*, a *posição sujeito* considerada para fins de análise do *processo de identificação* é aquela que reúne saberes e demandas dos trabalhadores brasileiros, em especial, metalúrgicos, tendo o DL como efeito de unidade discursiva. E o sujeito político Lula é tido, a partir da eclosão das greves do ABC, como liderança interna, destacada, e porta-voz externo, legitimado pela liderança (CAZARIN, 2005, p.189). Para a fundamentação acerca do exercício do papel de porta-voz pelo sujeito, a autora se baseia em Pêcheux (1990), afirmando que:

O sujeito enunciador do DL, na função enunciativa de porta-voz, compromete-se com a defesa dos saberes e das demandas da classe trabalhadora, bem como com a luta pela redemocratização do país. Ao mesmo tempo, o lugar social em que esse sujeito está inscrito lhe impõe e lhe permite enunciar tanto para os trabalhadores, estabelecendo a interlocução interna com os diferentes e com os divergentes, como para os contrários, na função enunciativa de porta-voz externo (CAZARIN, 2005, p. 190).

Nesta colocação, percebemos como o conceito de Pêcheux (1990) fora trabalhado, tendo em vista que a autora anuncia o pertencimento daquele sujeito político ao segmento dos trabalhadores em posição de destaque: em função desta condição, ele está autorizado a falar *em nome* daqueles que representa. É sob o olhar do grupo a que pertence, que ele se confronta com o poder instaurado; a mediação entre forças antagônicas é, portanto, a principal característica do *porta-voz*, o *potencial negociador*.

Quanto ao processo de identificação do sujeito com a *posição sujeito* e *forma sujeito* inscritas na FD dos trabalhadores, Cazarin entende que:

A identificação política do sujeito enunciador do DL modifica-se, na medida em que se modificam as condições histórico-sociais, ao longo do processo discursivo em análise. E a própria idéia de processo não permite que se pense em uma identidade pronta, acabada, e sim em uma identificação do sujeito enunciador do discurso a uma posição-sujeito e, por conseguinte, a uma FD, no caso, a FD dos trabalhadores brasileiros (CAZARIN, 2005, p.227).

Daquelas circunstâncias históricas, Cazarin destaca múltiplas *posições* convivendo no interior de uma FD. Em conflito ou convergência, as *posições* mobilizavam os limites discursivos e ideológicos, contudo, não deflagravam quebras nas fronteiras em que residiam. Partindo de outro contexto histórico, em seu artigo *A migração do discurso de Lula de uma para outra posição-sujeito*, a autora aborda o problema da turbulência de saberes e sentidos instaurados pela posse de Lula: aquele que outrora se apresentava como legítimo representante dos trabalhadores *chegava ao poder*. No entanto, a autora entende que não ocorre *desidentificação* do sujeito Lula com relação à FD dos trabalhadores, apenas uma sua migração de *posição-sujeito* (CAZARIN, 2006).

Em nossa pesquisa, entendemos que, para que Lula enuncie do lugar de presidente, deve haver uma identificação com esse lugar que assume, ainda que se apresente como “trabalhador” quando se dirige a trabalhadores. Consideramos justamente sua forma de enunciar como um dos meios de legitimação do dizer do presidente. É o que pretendemos demonstrar com os pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores em eventos de Primeiro de Maio.

Ao cabo desse nosso percurso acerca desses trabalhos que tratam do discurso político brasileiro, reiteramos que ele se fez necessário para nosso melhor entendimento dos diversos procedimentos de legitimação do dizer político presentes nos pronunciamentos de Lula. Buscamos evidenciar em nossas análises tais procedimentos, considerando que estes integram discursividades anteriores, que ressoam nas declarações do presidente Lula a trabalhadores.

Antes de passarmos ao item seguinte, apresentamos aqui um breve quadro que expõe alguns dos conceitos com que trabalharemos em boa parte de nossas interpretações.

Tais conceitos provêm das obras que recenseamos no decurso deste tópico: do trabalho de Osakabe ([1979] 1999), resgatamos a noção peuchetiana de *condições de produção*, contudo seguindo contribuições propostas por Jean-Jacques Courtine ([1981] 2009); de Fiorin (1988), adotaremos a noção de procedimentos discursivos utilizados para a legitimação do dizer político, mais especificamente, aquele da *sacralização do discurso político*; de Indursky (1997), reflexões sobre o procedimento discursivo da *negação* e do uso de *não-pessoa* e *quarta-pessoa discursivas*; e, assim como CAZARIN (2005), adotaremos a noção peuchetiana de *porta-voz* em nosso trabalho analítico.

Entendemos que esses autores nem sempre falam a partir dos mesmos lugares teóricos e apresentam diferentes apropriações da teoria do discurso, em diferentes momentos históricos (anos 1970, 1980, 1990 e 2000). Portanto, seguindo uma perspectiva peuchetiana em AD, adotaremos somente o que se inscreve ou está em consonância com esta teoria.

Na próxima seção, apresentamos algumas das novas reflexões sobre o estudo do discurso político, com diferentes propostas a respeito da apreensão da teoria do discurso e sua articulação com outros campos teóricos, em que também fundamentaremos parte de nossas análises.

2.5 O estudo do discurso político: transformações metodológicas e novas perspectivas

Como temos abordado, em toda sua história, a Análise do Discurso tem repensado o conjunto de seu escopo teórico e suas problemáticas. As primeiras discussões deflagradas pela teoria do discurso já apontavam para o fato de que a língua não poderia ser isolada em si, se o objetivo consistisse em interpretar o processo de materialização das ideologias nos discursos em circulação numa sociedade.

No que diz respeito ao discurso político, diversas são as variáveis que constituem a construção de um de seus gêneros privilegiados, a saber, o pronunciamento: a expressão facial do sujeito que enuncia, a localização de seu corpo frente a seus enunciatários (se presente em tribuna ou por meio de um suporte midiático), a forma como se veste e se comporta, o uso que faz de sua própria voz e do silêncio, dentre outros elementos passíveis de análise. Quando o pesquisador volta seu olhar a práticas sociais materializadas, revela-se a

complexidade de um problema que não é de natureza estritamente linguística; por esta razão, a AD nunca esteve fechada para o diálogo com outros campos teóricos.

Devido à complexidade de se trabalhar com o discurso político, que requer, além da preocupação com a materialidade linguística, um olhar crítico sobre a constituição dos sujeitos inseridos em uma história, Jean-Jacques Courtine¹⁸ deu ênfase a algumas reflexões que com certa frequência não estavam recebendo a suficiente atenção nas pesquisas sobre o discurso político.

Segundo o autor, particularmente na França, o afastamento de muitos trabalhos de AD das questões político-sociais promoveu uma gramaticalização da área. A restrição a estudos cuja atenção se detém exclusivamente na materialidade linguística denega uma série de fatores que, por sua vez, também são determinantes para o condicionamento da atualização histórica da língua pelo enunciador. A língua materializa discursos e, com ela, a voz, o rosto, o corpo, os gestos, dentre outros elementos, carregam sentidos, ainda que silenciosos (ou não), reconhecidos e compartilhados por grupos sociais. Por esta razão, Courtine propõe que sejam repensadas metodologias em função das transformações ocorridas na própria materialização significativa do objeto de análise:

Para “fazer uma história” da análise do discurso, bem como para fazer uma história de qualquer ciência humana, não é preciso postular a independência e a neutralidade dos métodos, constituídas à distância do objeto estudado. Os métodos da análise do discurso são, à sua maneira e nas suas transformações, um reflexo das mutações do próprio objeto, nas suas modalidades de existência material, nas suas percepções individuais e coletivas. Não fazemos a mesma análise do discurso político quando a comunicação política consiste num comício que reúne uma multidão em torno de um orador e quando essa comunicação toma a forma de shows televisivos, aos quais cada um assiste em domicílio. Tampouco fazemos a mesma análise do discurso independentemente das crenças, das segmentações sociais e ideológicas, das polêmicas antigas ou recentes; elas exercem suas coerções sobre o discurso das ciências humanas, sobre as escolhas dos sujeitos, sobre a definição dos objetivos e sobre a reprodução dos cortes formais (COURTINE, 2006, p.50).

A questão da gramaticalização recai sobre o problema de redução da espessura histórica do discurso. Como conceber uma teoria que considere exclusivamente a língua como objeto para a descrição/interpretação de acontecimentos discursivos? Estes estão historicamente marcados nas mais diversas representações sociais, instigando o analista a

¹⁸ Autor de *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, publicado pela primeira vez na revista *Langages* (1981) e traduzido e publicado no Brasil em 2008 pela EdUFSCar, Courtine se inscreve atualmente no campo da Antropologia Cultural, no entanto não tem deixado de propor deslocamentos e novas perspectivas em AD, como em *Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública* (2006).

debruçar-se sobre diferentes materialidades e a pensar novas metodologias para suas análises, tendo em vista que não somente a língua materializa discursos, mas todo o aparato em que se sustenta uma declaração política: imagens, gestos, vozes, pessoas presentes, objetos, meios de transmissão, dentre outros meios. Este conjunto de elementos inscreve-se em uma história, posto que seu uso não é atualizado de forma aleatória, mas inserido em uma cadeia de práticas socialmente compartilhadas. Devido a uma necessidade de se considerar representações sociais compostas por diferentes materialidades, Courtine propõe um projeto que restitua a espessura histórica às discursividades, considerando as dificuldades para lidar com estes novos objetos que se colocam para o analista (COURTINE, 2006, p.56-57).

Tal projeto traz como concepção a ideia de que os discursos são formulados não somente via verbo, mas também através de imagens, suportes, práticas sociais, corpos, vozes, etc. Não se restringe a propagação dos discursos ao uso da língua. Ademais, os meios não são simplesmente canais por onde passam os discursos, mas eles próprios afetam o modo de emergência das discursividades. Ou seja, a ocorrência de um determinado discurso em um pronunciamento proferido em um palanque se daria de modo diferente caso fosse realizada na tevê, sendo assim, o discurso materializado em pronunciamentos pode tomar diferentes formas conforme o dispositivo por meio de que é veiculado, por exemplo.

Para o analista filiado à AD, com preocupação sobre como a História atravessa os discursos¹⁹, a metodologia busca contemplar a singularidade do tempo histórico estudado e detalhes das práticas discursivas analisadas:

Se os discursos traçam fronteiras históricas (das quais somente um sujeito soberano pode escapar) e se o objeto de análise em sua materialidade (seja linguística, imagética, arquitetural) não se separa do quadro formal de que provém, é importante analisarmos nas pesquisas esses discursos, considerando: (i) a fresta por onde podemos olhar sua singularidade a cada tempo histórico e (ii) a necessidade de partir dos detalhes de práticas discursivas e não universais. Isso define uma metodologia na qual, para se fazer a Análise do Discurso, exige-se pensar a espessura histórica presente na discursividade (SARGENTINI, 2010, p.102).

Partindo destas reflexões sobre a articulação da AD com a História, o desafio posto para os pesquisadores é justamente o fato de que diversos são os *media* pelos quais os discursos circulam. Sendo assim, a preocupação com os desdobramentos das teorias do discurso trouxe à tona novas perspectivas que se impunham para o avanço das pesquisas, trazendo novos questionamentos teóricos: que seria da língua sem a voz que a veicula e o corpo que a sustenta, por exemplo? O entrelaçamento da Análise do Discurso com outros

¹⁹A autora citada, Sargentini (2010, p.101), apóia-se nas formulações de Michel Foucault para a conceituação de *discurso e a priori histórico*.

campos teóricos, como a Antropologia Cultural e a Semiologia Histórica, torna-se cada vez mais produtivo e norteador de novos horizontes para as pesquisas²⁰.

No campo da política, a dedicação das assessorias ao cuidado com as imagens de seus clientes no que diz respeito a orientar a polir dentes afiados, abrandar olhares, suavizar vozes, moderar gestos, evitar ou utilizar-se de silêncios quando necessário, dentre outras orientações, remetem a práticas de contenção corporal, que podem ser encaradas como um governo de si, já que “o governo dos homens não é dissociável do governo de si próprio” (COURTINE, 1995, p.9).

Tanto trabalho dispensado a construir determinada imagem para um político merece toda atenção, posto que vivemos o chamado *paradigma da expressão* (COURTINE, 1995): a noção de civilidade do homem moderno está estreitamente vinculada ao domínio de si, ao controle das paixões, que, por sua vez, relaciona-se à arte de governar. A construção de identidade para um governante não se dá de forma aleatória, mas depende da observação da própria sociedade objeto de seu interesse. O conhecimento sobre o outro se mostra fundamental para a construção de uma imagem de si. Segundo Courtine, o poder político “esteve frequentemente atento ao desenvolvimento e às formas tomadas pela sociedade civil, dedicando-se e sonhando domesticá-las” (COURTINE, 1995, p.229). Muitos trabalhos (COURTINE, 1995; COULOMB, 2011; ROSANVALLON, 1998) dedicaram-se a descrever/interpretar esse sonho de domesticação política na Europa, mas como se dá esse processo em nossa realidade latino-americana ou, mais especificamente, na realidade brasileira?

Filiado à Análise do discurso e incorporando contribuições da Semiologia Histórica, da História Cultural e da Antropologia Histórica, em *Verbo, Corpo e Voz: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político*, Piovezani (2009,

²⁰Courtine é um dos estudiosos que se lança na empreitada de mais uma vez deslocar questões teóricas: “como é que o corpo se tornou, em nossos dias, um objeto de investigação histórica?” (COURTINE, 2008b, p.7). A questão colocada em *História do Corpo* é um ponto de partida para outros percursos teóricos que reiteram a centralidade dada ao corpo pelos trabalhos realizados pela Psicanálise no século XX. A pesquisa histórica da referida obra aborda o “corpo material: corpo orgânico, de carne e sangue, corpo agente e instrumento de práticas sociais, corpo subjetivo, enfim, eu-pele, envoltório material das formas conscientes e das pulsões inconscientes” (COURTINE, 2008b, p. 10), tratando das metamorfoses sofridas pelos corpos com observância das transformações do olhar de seus expectadores. O olhar do homem comum, o olhar da medicina, o olhar das artes, uns regidos por ideologias dominantes, outros regentes de rupturas com tais ideologias. Estas diferentes visões sobre o mesmo objeto, compreendidas em um longo período histórico, permitem vislumbrar um fio discursivo de noções que circulam sobre o referente. O corpo fala? Sobre o corpo se fala? O que seria um corpo ideal? Quais são os traços físicos característicos de determinado tipo psicológico? Embora não haja nenhuma credibilidade ou comprovação científica sobre julgamentos morais pautados em marcas ou sinais corporais, observamos como ainda persistem retomadas das ideias dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX na sociedade do século XXI.

p.281) analisa os programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral dos candidatos à presidência da República nas eleições de 2002, Luís Inácio Lula da Silva e José Serra. Ao tratar de transformações históricas por que passou a fala pública, o autor discorre sobre certas características do discurso político contemporâneo. Na seguinte passagem, Piovezani sustenta a necessidade de se considerar o corpo sem descurar a materialidade linguística e sem incorrer nos equívocos das pseudo-ciências do passado:

Interessar-se atualmente pelo corpo, pelos gestos e pela voz, elementos constitutivos das práticas discursivas orais ou oralizadas, não implica necessariamente a repetição dos erros e das crenças do passado, nem a legitimação da “ciência” da alma e da “polícia” das identidades, nem tampouco o completo abandono ou a dissolução do real da língua (PIOVEZANI, 2009, p. 192).

Diante de um *corpus* constituído por pronunciamentos veiculados pela tevê, Piovezani analisa, além da materialidade linguística dos dizeres, os gestos corporais e as vozes dos candidatos à presidência, discutindo quais são os efeitos de verdade produzidos nas declarações. Devido a sua orientação teórica, o autor entende que a tevê não se limita a um simples *médium*, mas ela própria regula práticas, representações sociais e condiciona a circulação de sentidos na sociedade, além de ser também um dos fatores responsáveis pela relativa homogeneização dos discursos políticos contemporâneos (PIOVEZANI, 2009, p.246-249).

Assim, Piovezani aponta traços acentuados na fala pública dos sujeitos políticos que atualmente dispõem de novas materialidades por meio das quais produzem seus discursos:

Nas discursividades políticas contemporâneas predominam: 1) a ideologia do apagamento da ideologia; 2) a formulação multissemiótica fragmentada, que se manifesta em gêneros, sequências verbais e imagéticas, fórmulas e expressões que privilegiam a velocidade e a autorreferência entre diferentes setores da mídia; e 3) os suportes nos quais essas discursividades materializam-se e mediante os quais elas circulam rapidamente na sociedade (PIOVEZANI, 2009, p.275).

O predomínio destas características está associado tanto às condições de produção, emergência e circulação destas novas discursividades quanto ao invento de novas tecnologias que permitem a rapidez de acesso e propagação de pronunciamentos, mesmo que, de certa forma, afetem o modo de emergência destes discursos.

Neste sentido, alguns traços se repetem independentemente da filiação partidária de seus enunciadores, visto que estes estão inscritos e regidos por algumas condições históricas que os levam a retomar, ainda que seja para deslocar, determinadas “fórmulas” em

seus pronunciamentos. Com Le Bart, Piovezani entende que a sustentação do discurso político se dá por meio de *quatro ilusões*, que lhe são necessárias:

a) supõe uma visão transparente e ordenada da complexa realidade social; b) busca constantemente a legitimidade, repetindo por diversas vias e maneiras que o agente político cumpre uma missão atribuída pelo “povo” e destinada ao “povo”; c) advoga uma hegemonia dos atores do campo político no que se refere ao governo e à gestão da sociedade; e d) esquece ou pretende fazer esquecer a diversidade das individualidades pessoais, em nome de “interesses coletivos” (PIOVEZANI, 2009, p.139).

A *busca incessante pela legitimidade* é uma característica marcante dos discursos políticos levada em consideração para a compreensão dos processos discursivos imbricados nas falas dos candidatos, ademais, a legitimação é concebida como um processo que não depende exclusivamente dos sujeitos políticos (PIOVEZANI, 2009, p.135). Tal característica constitui um dos principais aspectos que nos interessa em nosso trabalho analítico. Analisaremos os mecanismos discursivos de busca pela legitimação nos pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores em Primeiro de Maio (2003-2010), tendo em vista as ancoragens discursivas em que se sustenta o dizer do presidente, no espaço, no tempo e nas pessoas presentes em suas condições de produção.

Em nossa pesquisa, destacamos um fenômeno político recente relativo à emergência de governantes que rompem com o paradigma do corpo político “masculino, branco, heterossexual” (COULOMB, 2011), uma tendência à eleição de presidentes que de alguma forma se assemelham ao povo que representam. Podemos citar alguns casos recentes como Evo Morales, *líder sindical cocalero e primeiro presidente indígena* da Bolívia; Fernando Lugo, presidente paraguaio, *bispo dos pobres e vítima de perseguição política pela ditadura paraguaia*; Rafael Correa, presidente equatoriano, *humanista cristão de esquerda*; Hugo Chávez, *militar e militante de esquerda*, presidente da Venezuela; Lula, o *presidente operário* do Brasil, cuja sucessora é a *primeira mulher a chegar à presidência* no país, Dilma Rousseff.

Para Coulomb (2011), ocorre atualmente um processo de ruptura com o passado: no Antigo Regime, a legitimidade do corpo do príncipe dependia de sua carne e de seu sangue, era inconcebível que um filho “bastardo” exercesse o poder numa monarquia; com o advento da República, o corpo do representante ausentou-se e iniciou-se uma nova época, a do lugar vazio, sendo que através da escrita se exercia o poder político; com a Democracia, devolveu-se a centralidade ao corpo político, sobretudo no fim do século XX - novas tecnologias promovem diversas formas de circulação de imagens. Neste último regime:

Desenvolve-se uma concepção de representação fundada numa encarnação identitária na qual os representantes menos se identificam (ou simplesmente não se identificam) com uma sensibilidade política do que representam uma categoria singular: as mulheres, os jovens, os gays, as lésbicas e outros LGTB, os negros, os filhos dos magrebinos e outras “minorias visíveis”. O corpo do “demos” nada mais é que o universalismo republicano e a abstração, que é seu corolário. A pregnância desses corpos, que permaneceram durante muito tempo pouco visíveis e, até mesmo, invisíveis na cena política, vai contribuir para revelar o corpo dos representantes e vai revelá-lo como um corpo heterossexual, masculino e branco, bem distante de sua neutralidade presumida (COULOMB, 2011).

A emergência de gestores representativos de minorias permite-nos observar o quão excludente é o regime “democrático”: passaram-se séculos até que pudessem chegar à presidência representantes com as características do povo, este que supostamente poderia exercer sua soberania sob a democracia. Contudo, tal acontecimento instiga-nos a refletir: tamanha representatividade não seria também mais uma modalidade de dominação, considerando que continuamos a viver sob o mesmo modo de produção capitalista?

Compreendemos que existe uma co-construção das imagens dos políticos (COULOMB, 2011): a mídia, os eleitores, o partido, os opositores, o candidato/governante em questão, dentre outros atores sociais, atuam no sentido de conceber imagens uns sobre os outros. Sendo assim, as identidades não podem ser de todo controladas.

Uma Análise do discurso do discurso político contemporâneo que não descure da dimensão histórica deve, sem dúvida, as *posições-sujeito*, *formações discursivas* e as *ideologias*, mas não pode prescindir de considerar as metamorfoses desse discurso, sua *espetacularização*, as novas formas de construção histórica das identidades de enunciadores e alocutários políticos. No *corpus* do presente trabalho, podemos constatar mediante nossas análises das algumas das formas pelas quais se constrói uma *identidade de trabalhador* em um discurso presidencial a partir das referidas categorias. Adiantamos aqui um aspecto geral de umas das formas de construção dessa identidade: Lula, enquanto ocupava o *lugar social* de presidente, não apenas falava e portava-se como trabalhador, sindicalista, operário ao dirigir-se a trabalhadores brasileiros, mas reforçava discursivamente tal imagem diante de seus enunciatários através de retomadas de acontecimentos históricos, como a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista.

Nestas circunstâncias, a figura do *porta-voz* é construída discursivamente como aquele que representa, mas não se confunde com os representados: “O porta-voz pode ser considerado a partir das diversas formações discursivas nas quais se inscreve e não ilusoriamente apenas na expressão de uma voz de consenso” (SARGENTINI, 2006, p.80).

Inclusive, devido a sua ascensão ao lugar de presidente, é possível que sua função possa se deslocar de *porta-voz* dos trabalhadores a *porta-voz* da equipe administrativa governo.

Entendemos que ocorre uma “turbulência” ideológica quando da inscrição da *posição-sujeito* de Lula no discurso, pois se dá um processo de inscrição em uma ideologia dominante, correspondente ao *lugar social* ocupado, presidente, envolta em materialidades significantes, tais como a norma e o registro linguístico, o corpo e os gestos, que apontam para uma *identidade operária*. Temos presente que não existe discurso homogêneo, imune a paradoxos, mas objetivamos evidenciar tais contradições, com o propósito de problematizar discursos hegemônicos que circulam sobre esta nova forma de governar, como, por exemplo, a ideia de que os trabalhadores já poderiam sentir-se contemplados por estarem finalmente *representados*.

Partimos, então, ao terceiro capítulo, para iniciarmos a exposição de nossas análises sobre os procedimentos de legitimação do dizer político de Lula a trabalhadores em eventos de Primeiro de Maio, em seus dois mandatos, de 2003 a 2010, com base nas formulações teóricas abordadas nos dois primeiros capítulos.

CAPÍTULO III

**PROCEDIMENTOS DE LEGITIMAÇÃO DO DIZER
POLÍTICO: ANÁLISE DE PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE LULA A TRABALHADORES EM EVENTOS DE
1º DE MAIO**

III PROCEDIMENTOS DE LEGITIMAÇÃO DO DIZER POLÍTICO: análise de pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores em eventos de 1º de maio

Neste capítulo, tratamos de analisar os pronunciamentos de Luís Inácio Lula da Silva²¹, dirigidos a trabalhadores, em eventos de Primeiro de Maio, no período de 2003 a 2010, quando dos seus dois mandatos como presidente da República.

A partir de uma filiação à Análise do discurso derivada de Pêcheux e seu Grupo, sustentamos nossas análises em seus postulados, noções e procedimentos metodológicos, agregando contribuições oriundas dos estudos sobre o discurso político, de que tratamos no capítulo anterior.

Sempre situados teoricamente nessa posição, incorporaremos eventualmente outros autores, tal como ocorre, por exemplo, com Charaudeau (2008), que refletiu sobre o discurso político, considerando sua busca por legitimação, uma vez que este fenômeno constitui-se como o escopo desta pesquisa.

Encaminhamos nossa análise partindo das seguintes questões: a) Como a materialidade linguística do discurso nos pronunciamentos do presidente produz efeitos de legitimação de seu dizer político b) Se, assim como quando líder sindical (CAZARIN, 2005), Lula continua a posicionar-se na função de *porta-voz* (PÊCHEUX, 1990) c) Quais são as ancoragens discursivas espaciais e temporais que permitem ao sujeito estabelecer-se como *porta-voz* da classe trabalhadora? A seguir, apresentamos as etapas teórico-metodológicas do trabalho analítico.

3.1 A construção do *presidente operário*: a incessante busca por legitimidade

3.1.1 Problemática e reflexões

Conforme anunciamos anteriormente, o *corpus* da presente pesquisa abrange pronunciamentos de Luís Inácio Lula da Silva, quando presidente (2003-2010), dirigido a trabalhadores brasileiros, em eventos de Primeiro de Maio. Escolhemos tal objeto devido à

²¹Coletamos pronunciamentos do presidente Lula no site da Presidência da República em um link destinado a “discursos” de ex-presidentes. Anexamos a esta dissertação os textos de que retiramos os excertos para nossa análise. Para acesso, ver: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos>>.

intensa e frequente circulação de discursos sobre a ascendência de Lula da “classe trabalhadora”: seja para refutação, seja para adesão, retoma-se e/ou reformula-se o enunciado *Lula, o primeiro operário a chegar à presidência da República*. De que modo emerge um enunciado como esse? Em que medida Lula, enquanto presidente, está *autorizado* a falar para trabalhadores em eventos de Primeiro de Maio?

Pressupomos que se construiu uma identidade de *metalúrgico, operário, trabalhador, sindicalista*, para Luís Inácio Lula da Silva, de modo que, ainda que de formas antagônicas, divergentes e algumas vezes compatíveis entre si, tal construção relaciona-se a uma suposta identificação do povo brasileiro com sua imagem. Sendo assim, não consideramos que a identidade de *trabalhador* fora “criada” pelo sujeito enunciativo que levamos em consideração para a pesquisa, mas entendemos que se processa uma *co-construção de identidade* (COULOMB-GULLY, 2011), que se funda em várias *instâncias* (CHARAUDEAU, 2008). Quem são os atores políticos participantes deste processo de *co-construção*? Se nos limitarmos ao Brasil, aos agentes brasileiros que produzem esses dizeres que constroem essa identidade, temos o Partido dos Trabalhadores e seus partidários, partidos de oposição ao governo petista, distintos setores da mídia, diversos segmentos da sociedade brasileira e o próprio Lula.

Poderíamos associar partidários e opositores do PT à *instância política*, já que eles travam lutas políticas entre si pelos cargos de governo; a sociedade brasileira, à *instância cidadã*, que elege e julga seus representantes, mas não participa do governo; e, *tevé*, jornais, revistas, sites jornalísticos, dentre outros meios de comunicação, à *instância midiática*, cujo papel seria mediar as relações entre *instância política* e *instância cidadã*. É preciso compreender também que a distinção não corresponde a fronteiras absolutamente rígidas e à completa independência de uma *instância* em relação às outras.

Especialmente quando pensamos na propaganda política do *presidente operário*: tal presidente, construído à *imagem e semelhança* de um povo, seria considerado tão distante da maioria de seus representados quanto seus antecessores? Ou gozaria de alguma legitimidade em função de sua imagem? E em que se sustenta tal legitimação? Apresentamos em nossas análises os processos discursivos nos quais se inscreve o sujeito enunciativo Lula e por meio dos quais busca produzir efeitos de legitimação de seu dizer político, valendo-se de certos procedimentos para tanto.

Além de Charaudeau (2008), Osakabe ([1979]1999), Fiorin (1988), Indursky (1997), Cazarin (2005), Courtine (2006, 2008a, 2008b, [1981]2009) e Piovezani (2009), autores cujas obras abordamos no capítulo precedente, perpassam nossas análises na medida

em que incorporamos em alguma proporção as lições dadas por cada um acerca da investigação sobre o discurso político. Deste modo, trabalhamos com a noção de *porta-voz*, *formações discursivas*, *condições de produção*, dentre outras formulações fundamentais para nosso trabalho. A noção de *legitimidade* (CHARAUDEAU, 2008) é associada aos demais conceitos peuceutianos pela sua importância e pertinência no que diz respeito ao trabalho sobre o discurso político.

Partimos da hipótese de que as sequências discursivas de referência (SDR)²² coletadas dos pronunciamentos do presidente Lula são dominadas pela FD capitalista, ainda que o enunciador construa para si (junto a outros *co-construtores*, conforme expusemos anteriormente) uma forte imagem de *trabalhador*, *operário*, *sindicalista*. Nosso *corpus* não reúne SDR da conjuntura que antecede o período da presidência, entretanto entendemos que o processo de identificação de Lula ao papel social de presidente é construído antes de sua chegada ao posto presidencial. Sendo assim, nos pronunciamentos, temos pelo menos duas *identidades* em disputa, que concorrem por um espaço nos processos discursivos conforme a conjuntura histórica. Quanto de presidente há no trabalhador e quanto de trabalhador há no presidente? Certamente não podemos responder a esta questão, mas tentamos traçar um percurso por meio do qual se pode chegar a uma reflexão sobre as transformações por que passaram os discursos políticos para que obtivessem adesão frente à perda de credibilidade cada vez maior que vêm sofrendo.

Acreditamos que, para que o sujeito enunciador chegasse a ser presidente, fez-se necessário que se projetasse em tal posição, nas circunstâncias de sua candidatura ao cargo. Por esta razão, consideramos que, sendo presidente, identifica-se ideologicamente à FD correspondente ao lugar social ocupado, FD capitalista. Seguindo Courtine (2009), consideramos tal FD como heterogênea, constituída por contradições, atravessada pelo interdiscurso de FDs antagônicas, de modo que não pretendemos caracterizá-la como um bloco homogêneo em oposição à FD dos trabalhadores, pelo contrário: tratamos de evidenciar como o discurso transversal dos trabalhadores é materializado no interior da FD capitalista como forma de conferir coerência a ela. Diferentemente do que ocorre com o *corpus* discursivo analisado por Cazarin (2005), recortado de condições de produção distintas,

²²“A sdr será relacionada a um sujeito de enunciação como a uma situação de enunciação determináveis em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e mais geralmente circunstanciais (tempo da enunciação, lugar da enunciação, circunstâncias da enunciação, que incluem a presença de alocutários determinados...)” (COURTINE, 2009, p.108).

quando Lula inscrevia-se na FD dos trabalhadores, nosso *corpus* remete a um sujeito que ocupa o lugar de presidente.

Qual a relação entre este lugar ocupado empiricamente e uma certa *posição sujeito* ideologicamente inscrita na FD capitalista? Entendemos que, para que o sujeito assumira esse lugar, deve se filiar a essa *posição*; no mínimo, ocorre uma identificação ideológica com o papel institucional assumido. A razão pela qual concebemos esta questão desta forma concerne ao fato de que o regime de governo da democracia representativa está intrinsecamente relacionado ao modo de produção capitalista. O fato de um trabalhador ter chegado ao poder não significa que exista um governo *dos* ou *para* trabalhadores, já que, nesta modalidade de regime, governa-se *para todos*, e o próprio slogan²³ do governo Lula, “Um país de todos”, reafirma esta posição. Por “todos” podemos entender “trabalhadores”, mas também “empresários”, por exemplo.

Compreendemos as relações entre trabalhadores e empresários como antagônicas, por esta razão, entendemos que estamos diante de um presidente conciliador, que apazigua possíveis conflitos sociais entre esses segmentos, por meio desta relação de identificação que estabelece discursivamente com os trabalhadores. Demonstraremos estas proposições na materialidade linguística do discurso nos pronunciamentos de Primeiro de Maio de Lula do presidente Lula a trabalhadores. Trata-se um presidente “trabalhador” falando a trabalhadores no Primeiro de Maio, sim. Estas são especificamente as *condições de produção*. Contudo, não concebemos que simplesmente por estas razões não haja filiação à FD capitalista, embora percebamos o quanto o presidente Lula *sabe mostrar, sabe parecer* enquanto sujeito político. Courtine retoma Machiavel para demonstrar como os governantes sempre estiveram preocupados com o *mostrar*, com o *aparentar*:

A arte de governar sempre soube tirar partido da aparência, reconheceu essa necessidade na origem da reflexão moderna sobre política: “Não é necessário, portanto, a um Príncipe, ter todas as qualidades acima nomeadas, mas apenas que ele pareça tê-las... como parecer ser compassivo, fiel, humano, íntegro, religioso; e de fato o ser, detendo porém o teu espírito àquilo que porventura não seja preciso sê-lo, tu possas e saibas usar do contrário” (MACHIAVEL, 1962, p.125) (COURTINE, 2003, p. 132)

A relação entre *aparentar* e *ser* é extremamente complexa e escapa dos nossos objetivos de pesquisa, porém não deixa de estar correlacionada com a questão que

²³ Orlandi (2012, p.123-124) explora a cadeia de sentidos em que se inscreve o slogan do Governo Lula, em seu artigo *Propaganda Política e Língua de Estado: Brasil, um país de todos*. Segundo a autora, a cadeia de enunciados desse governo constrói um discurso “edificante” articulado ao mito persistente da cidadania, por meio dele se nega o pré-construído de que o Brasil não é um país de todos, apagando-se diferenças e conflitos sociais.

apresentamos acima: o fato de que se tenha o presidente “trabalhador” não significa que haja um governo *dos/para* os trabalhadores. Não pretendemos adentrar em uma investigação psicológica sobre quem é o “verdadeiro” Lula, mas evidenciar que o mesmo discurso que o afirma como aquele que faz um governo para os trabalhadores, silencia saberes sobre transformações sociais que efetivamente estão relacionadas com os interesses de seus representados.

Para a seleção do corpus, trabalhamos sob a perspectiva de Courtine, quando se dedicou a analisar o discurso comunista do Partido Comunista Francês dirigido aos cristãos, no período de 1936 a 1976. Em seu trabalho, o autor indica um possível percurso para a constituição do corpus de pesquisa, segundo a seguinte orientação:

Tratar-se-á de determinar as condições de produção, assim como as condições de formação de tais discursos; de formular hipóteses específicas relativas ao corpus; e, depois, de descrevê-lo, apresentá-lo e organizá-lo (COURTINE, 2009, p.123).

Nesta seção, juntamente com a justificativa para a constituição do corpus, evidenciamos as hipóteses desta pesquisa. Partimos então para a descrição das condições de produção, que nos provê de subsídios para a descrição, a apresentação e a organização do material a ser analisado, considerando também transformações por que passou o discurso de Lula de 2003 a 2010.

3.1.2 Condições de produção

Trabalhamos com determinadas coerções sobre o *corpus* para que obtivéssemos a partir de sua materialidade certa homogeneidade e certa representatividade para a demonstração ou refutação de nossas hipóteses de pesquisa. No quadro metodológico apresentado em *Análise do discurso político: o discurso comunista dirigido aos cristãos*, Courtine (2009, p. 150) apresenta uma proposta de direcionamento sobre a construção de um dispositivo que considera a variação de conjunturas, a variação de lugar do sujeito enunciador, a variação do próprio sujeito enunciador, a variação dos alocutores e a variação das circunstâncias enunciativas. Voltando nosso olhar ao *corpus* de nossa pesquisa, temos:

a) Variação de conjuntura:

2003 - Pronunciamento na “Missa dos Trabalhadores”, São Bernardo do Campo - SP, 1º de maio de 2003. Lula faz seu primeiro pronunciamento em Primeiro de Maio, como presidente da República.

2004 -Pronunciamento na “Missa dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, Igreja Matriz de São Bernardo do Campo – SP, 1º de maio de 2004.

2005 - Pronunciamento à nação em cadeia de rádio e televisão, 30 de abril de 2005;

Pronunciamento na “Missa de celebração do Dia do Trabalhador”, 1º de maio de 2005.

2006 - Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e televisão, em 30 de abril de 2006;

Pronunciamento na “Missa em homenagem ao Dia do Trabalhador”, São Bernardo do Campo - SP, 1º de maio de 2006.

2007 - não houve pronunciamento sobre o Dia do Trabalhador.

2008 -o presidente se pronunciou, mas sobre a Carteira de Trabalho Informatizada e sobre o Cartão de Identificação do Trabalhador.

2009 - não houve pronunciamento sobre o Dia do Trabalhador.

2010 – Pronunciamentos nas comemorações: 1º de maio unificado da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), São Paulo – SP, 1º de maio de 2010; 1º de maio da Central Única dos Trabalhadores (CUT); 1º de maio da Força Sindical e da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB);

Pronunciamento na comemoração de 1º de maio, promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo-SP; e Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, 1º de maio de 2010.

- b) Variação de lugar do sujeito enunciador e de circunstâncias enunciativas: pronunciamentos na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo, eventos de centrais sindicais e em cadeia nacional veiculados por rádio e televisão;
- c) Variação de sujeito enunciador: não há. O sujeito enunciador da presente pesquisa é somente o presidente Luís Inácio Lula da Silva;
- d) Variação do alocutor: os pronunciamentos são dirigidos a trabalhadores, mas se dá na presença de outros alocutores, como ministros, deputados, padres, prefeitos, etc. Também se dá uma extensão imensurável da heterogeneidade deste alocutores, quando em pronunciamentos veiculados em cadeia nacional de rádio e televisão.

A seguir, apresentamos as análises, com excertos extraídos de todos os pronunciamentos mencionados, sendo que, para a análise referente ao ano de 2010, consideramos como representativos, de como o presidente Lula busca legitimar seu dizer político, os fragmentos da declaração intitulada “Pronunciamento na comemoração de 1º de maio, promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo - SP”. Ademais, explanamos que não houve publicação de todas as declarações de 2010 referentes ao Primeiro de Maio daquele ano no site da Presidência da República, de onde coletamos a totalidade do *corpus*. Ressaltamos também que não visamos à exaustividade de demonstrações.

3.2 Análises

Para demonstrar o processo discursivo em que se inscreve o presidente Lula quando se dirige a trabalhadores, nossa análise focalizou alguns procedimentos de legitimação de seu dizer político, a partir da análise de *seqüências discursivas de referência* recortadas de oito pronunciamentos selecionados (de 2003 a 2010). Daremos o seguinte tratamento ao *corpus* discursivo: iniciaremos pela análise do primeiro pronunciamento, observando os traços que o caracterizam como discurso político e dispensando especial atenção aos procedimentos discursivos por meio dos quais esse dizer produz efeitos de legitimidade; em seguida, abordaremos a totalidade do *corpus* por meio de temas de discurso, tendo em vista nossas questões de pesquisa e as contribuições dos autores de que tratamos principalmente no capítulo II.

Optamos por trabalhar primeiramente com o primeiro pronunciamento de Lula como presidente em Primeiro de Maio, seguido pelos demais pronunciamentos tratados sob o parâmetro dos seguintes temas: a identidade de Lula como trabalhador; a identidade de Lula como presidente; e, os Primeiros de Maio memoráveis. Por fim, tentaremos apresentar as regularidades e transformações por que passou o dizer político em questão.

3.2.1 O primeiro pronunciamento do presidente Lula em Primeiro de Maio

O primeiro pronunciamento de Luís Inácio Lula da Silva a trabalhadores em Primeiro de Maio, como presidente da República, intitulado *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na missa dos trabalhadores: “A esperança é fruto de*

nossa resistência”. São Bernardo do Campo – SP, 1º de maio de 2003, conforme anuncia sua própria denominação, fora proferido em São Bernardo do Campo/SP, na tradicional missa dos trabalhadores, em 1º de maio de 2003. A declaração do presidente é marcada por citações de nomes de aliados políticos que o acompanham desde os fins dos anos 70, por memórias referentes à sua trajetória política como sindicalista, pela reiteração de promessas feitas durante a campanha eleitoral e por alguns anúncios de supostos feitos nos primeiros meses de governo, dentre outras formulações.

A partir da análise de alguns recortes discursivos do referido pronunciamento, identificamos regularidades, transformações e apagamentos nas materialidades discursivas do processo discursivo em que se inscreve o sujeito Lula para se legitimar no lugar social ocupado, presidente da República, buscando apreender continuidades e descontinuidades deste processo nos pronunciamentos posteriores (de 2004 a 2010), também dirigidos a trabalhadores, em eventos de Primeiro de Maio. Ademais, tentamos restituir a historicidade dos dizeres analisados, que já estavam em circulação, antes mesmo que fossem pronunciados nas circunstâncias históricas de que foram recortados para esta pesquisa.

Abordamos os sentidos materializados nos excertos selecionados como constituintes de um processo histórico anterior à chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República. Por esta razão, trabalhamos para compreender alguns fios discursivos que atravessam os pronunciamentos de Lula, posto que compreendemos este “discurso anterior” como exterioridade constitutiva do dizer do presidente. Entendemos também que a discursividade internalizada pelas falas do sujeito enunciador pode ser observável na fala pública de outros sujeitos políticos, guardadas semelhanças e diferenças, conforme demonstraram diversos trabalhos (OSAKABE, 1999; FIORIN, 1988; INDURSKY, 1997; COURTINE, 2009; PIOVEZANI, 2009; dentre outros).

Em *Verbo, corpo e voz*, Piovezani (2009, p. 296) afirma que o discurso político é marcado pela atribuição da oposição entre o *dizer* e o *fazer*, uma das razões pelas quais carrega o estigma de *ludibriador* e *mentiroso*. Por esta adversidade, antecipando-se às especulações e dúvidas acerca da autenticidade de seu *dizer*, o sujeito político investe suas declarações de mecanismos para a produção de efeitos de verdade, cuja finalidade diz respeito a uma busca pela legitimação de sua fala. Nas *seqüências discursivas* selecionadas, observaremos como se dá a construção de procedimentos de legitimação inerente ao processo discursivo em que se inscreve o sujeito de nossa pesquisa.

Tendo feito estas considerações, iniciamos o trabalho analítico pelo seguinte recorte:

SDR I

Quero cumprimentar o **meu companheiro cardeal** de São Paulo, Dom Cláudio Hummes,

Quero cumprimentar todos os padres aqui presentes, em especial o **meu querido Padre Adelino, companheiro de velhas e longas jornadas na região do ABC e São Bernardo do Campo**, nos momentos em que as missas não eram feitas com a tranqüilidade com que estamos fazendo esta, **nos momentos em que a polícia não estava aqui para nos guardar, mas para nos bater.**

Eu quero dizer, Padre Adelino, que a sua trajetória política como padre do nosso país faz parte da **história do movimento sindical brasileiro, da história do PT e da história deste que vos fala.**

Quero agradecer a presença dos **nossos** deputados federais, estaduais, dos **nossos** prefeitos, dos **nossos** dirigentes sindicais, dos **nossos** ministros e ministras, dos **nossos** senadores e, sobretudo, dos **companheiros e companheiras** presentes a este 1º de Maio (Luís Inácio Lula da Silva, Missa dos Trabalhadores, São Bernardo do Campo/SP, 01/05/2003).

Neste primeiro pronunciamento, por um lado, o enunciador apresenta-se com respeito ao ritual, cumprimentando as autoridades presentes, a começar pelos líderes eclesiásticos, seguidos por líderes políticos; por outro lado, faz referência indireta e sem marca de hierarquia aos trabalhadores (companheiros), antecedida por um “sobretudo” sob forma de agradecimento da presença. Parte da construção de sua legitimação como sujeito político se dá por meio de uma *ancoragem no real* (PIOVEZANI, 2008, p.293), que se sustenta na existência de *pessoas*, citadas e presentes nas circunstâncias de enunciação (Cardeal Dom Cláudio, Padre Adelino, deputados federais, estaduais, prefeitos, dirigentes sindicais, ministros, ministras, senadores, “companheiros” presentes), de um *espaço* revisitado (Igreja de São Bernardo do Campo/São Paulo) e de um *tempo* rememorado (fins dos anos 70 e início dos anos 80, quando Lula fora presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo). As pessoas não são quaisquer pessoas, são aliados; o espaço, um lugar em que se funda uma memória, a Igreja de São Bernardo do Campo, situada no ABC paulista, onde aconteceram as greves por Lula dirigidas; e o tempo funda uma memória de resistência de um segmento dos operários no Brasil, época das grandes greves dos metalúrgicos.

Se Foucault (1996, p.9) elucida que a ordem do discurso controla, seleciona, organiza e distribui o poder, o acaso e os sujeitos do dizer, também elucida que esse controle, essa seleção, essa organização e essa distribuição não se dão do mesmo modo em quaisquer

esferas da sociedade. O campo político é particularmente controlado. A forma pela qual este sujeito enunciador se situa naquele tempo e espaço e fala daquele lugar nos remete a uma reflexão sobre como circulam os discursos na sociedade. Quem estaria autorizado a falar de um altar de Igreja, sobre política e a trabalhadores?

No campo da política, quais seriam as *exigências* para que um sujeito político enunciasse de determinado lugar, sobre determinado tema? No caso em questão, temos um sujeito autorizado por uma história sempre retomada, seja sob forma de repetição e transformações, seja sob forma de esquecimentos. Evidenciaremos nesta seção, como *a história do movimento sindical brasileiro, a história do PT e a história daquele que vos fala* contribuem para a construção de uma legitimação pautada em uma autoridade e em um reconhecimento de pares acerca de uma história tantas vezes repetida. Em contrapartida, ressaltaremos também apagamentos ou confrontos com discursos antagônicos e exteriores a tal discursividade.

Na SDR I, “meu companheiro cardeal” e “meu querido padre” são algumas das manifestações linguísticas mais breves que discursivizam uma memória acerca das primeiras alianças feitas pelo Partido dos Trabalhadores, aquela com um setor da Igreja Católica, “longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima” (RODRIGUES, 1990, p.10). O processo de legitimação se iniciou antes mesmo que Lula chegasse à presidência, já que a Igreja Matriz de São Bernardo do Campo seria testemunha e participante da história contada por ele²⁴. Gozando de autoridade perante a sociedade, a instituição católica confere autenticidade ao depoimento do presidente, visto que a legitimação não se passa exclusivamente de forma endógena (PIOVEZANI, 2009, p.135), a depender somente do sujeito político que enuncia. Todos os elementos do ritual de celebração da missa, composto por autoridades eclesiásticas, pelas indumentárias dos padres, por um altar, pela cerimônia repleta de dizeres protocolares que se repetem a cada culto, além da história secular de poder da Igreja, participam da construção da legitimação de qualquer que seja o sujeito que fale daquele lugar.

De um lado, a Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, que, segundo os próprios relatos do presidente, sempre foi base de apoio ao Partido dos Trabalhadores, desde seu

²⁴Leôncio Martins (1990, p.10), em seu artigo *A composição social das lideranças do PT*, em *Partidos e Sindicatos*, afirma que, apesar do discurso de que “veio de baixo”, o PT teve como base de sustentação a classe média, movimentos sociais controlados pela Igreja Católica e sindicatos oficiais.

estágio pré-oficial²⁵; e, de outro, a polícia, que passa a “guardar” Lula e o PT em seu mais alto posto, o da presidência da República (a menção à presença da polícia para a guarda presidencial discursiviza a mudança de lugar social do sujeito enunciador – de sindicalista para presidente, retomando o fato histórico da repressão enfrentada nas greves do ABC paulista).

Observamos também que a determinação das denominações dos representantes presentes pelo pronome possessivo “meu” que antecede “cardeal” e “padre”, e, “nossos” que antecede “deputados federais”, “estaduais”, “prefeitos”, “ministros e ministras” e “senadores” com “dirigentes sindicais”, agrega os referidos sujeitos em um mesmo grupo de aliados políticos, ou seja, eles fazem parte da cúpula do governo, no mandato do presidente Lula²⁶. Um líder sindical, supostamente, deve conhecer as demandas dos trabalhadores, além de reivindicar direitos daqueles que representa. Acreditamos que o deslocamento de “meus” para os religiosos a “nossos” para os políticos revela uma relação de proximidade com os primeiros, não estendida aos interlocutores, e uma relação de proximidade com os demais, porém estendida discursivamente aos interlocutores. O funcionamento se dá como se a relação com o padre ou o cardeal se referisse a algo de ordem mais pessoal enquanto que a relação com os políticos fosse também do interesse daqueles que o ouviam.

Em todos os pronunciamentos selecionados para esta pesquisa, exceto naqueles veiculados por rádio e TV, Lula anuncia a presença de líderes sindicais no palanque ou no altar da Igreja, a seu lado. Consideramos que os “dirigentes sindicais” têm grande participação na construção da legitimidade do sujeito enunciador como presidente, não somente como elementos quaisquer dentre um conjunto de apoiadores, mas como representantes mais diretos de trabalhadores, mais próximos. Os dirigentes sindicais buscam e gozam de sua própria legitimidade, já que também são sujeitos políticos eleitos como representantes dos trabalhadores em suas respectivas categorias.

No Primeiro de Maio de 2005, o presidente chega a responder a um dizer do *interdiscurso* de questionamento sobre a credibilidade política de dirigentes sindicais atrelados ao governo:

²⁵Lula se refere ao apoio da Igreja durante as greves do ABC de 1979 e nos Primeiros de Maio de 1979 e de 1980. O Partido dos Trabalhadores foi fundado em fevereiro de 1980 (Rodrigues, 1990).

²⁶Marinho, frequentemente citado nos pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores, por estar presente no palanque, transita pelos cargos de presidente da Central Única dos Trabalhadores, Ministro do Trabalho e prefeito de São Bernardo do Campo, durante os oito anos do Governo Lula.

SDR II

Queria terminar agradecendo ao Marinho, o nosso presidente da CUT. O Marinho tem dado demonstração de uma qualidade superior de dirigente sindical neste país. **O Marinho, em nenhum momento, deixou de fazer críticas ao governo quando tem que fazer mas, em nenhum momento, o Marinho deixou de buscar as coisas para os trabalhadores que ele representa**, junto com o seu Sindicato, com o Feijóo e com a sua Diretoria, de fazer as coisas que precisam ser feitas. (Luís Inácio Lula da Silva, 01.05.2005).

Considerando a fala do presidente, podemos identificar um discurso condizente com uma posição ideológica que se antagoniza com a sua e atravessa seu dizer. Já que a Central Única dos Trabalhadores²⁷ é dirigida pelo Partido dos Trabalhadores, sabemos da circulação de dizeres sobre a passividade ou submissão desta central ao governo petista. Tal discurso pode ser evidenciado do dizer do presidente por meio de uma *transformação metodológica da negação em afirmação* (INDURSKY, 1997, p. 218). Deste modo, o enunciado “O Marinho, em nenhum momento, deixou de fazer críticas ao governo quando tem que fazer mas, em nenhum momento, o Marinho deixou de buscar as coisas para os trabalhadores que ele representa” perde seu *marcador de negação* “em nenhum momento”, no dizer da FD antagonista e passa a configurar como “O Marinho deixou de fazer críticas ao governo quando tem que fazer, o Marinho deixou de buscar as coisas para os trabalhadores que ele representa”. Para Indursky (1997, p.212), a negação consiste em uma internalização de discursos provenientes de outros lugares, evidencia a presença de discursos-outros no interior de um determinado discurso.

Afirmamos anteriormente que os “dirigentes sindicais” constituem um segmento dotado de legitimidade e que confere legitimidade ao sujeito enunciativo como presidente. Entretanto, é preciso considerar que Lula diz “nossos dirigentes sindicais”, ou seja, trata-se apenas daqueles que apoiam o governo. Sendo assim, acreditamos que a defesa da legitimidade de um dirigente sindical que seja aliado político, como no recorte supracitado, integra a construção da defesa da própria legitimidade do presidente.

O discurso determina o que se pode e se deve dizer (e, por extensão, o que não se pode nem se deve dizer), diz e silencia, “lembra” e “esquece”: Lula fala dos sindicalistas aliados e cala-se quanto aos adversários; ao falar dos aliados, porém, produz um efeito de generalização “os dirigentes sindicais são nossos, logo os trabalhadores estão do nosso lado/ em sua fala fala a voz do povo e a voz do povo é a voz de Deus”. Lula legitima os dirigentes

²⁷A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 1983 pelos dirigentes fundadores do Partido dos Trabalhadores (FREI BETTO, 1994, p.8).

sindicais (eles estão ao lado de autoridades eclesiásticas, líderes políticos e do próprio presidente), os dirigentes sindicais legitimam Lula e assim por diante, num círculo virtuoso para ambos e vicioso para os trabalhadores.

Analisando por outra perspectiva, podemos observar que a mesma Central que confere legitimidade ao dizer do presidente Lula - seja no palanque, seja sob forma de declarações, intervenções em assembleias sindicais, documentos, passa por instabilidades em sua *legitimidade* e em sua *credibilidade*. A fala oriunda do *interdiscurso* destacada do excerto sugere que “uma Central que apoia o governo tem o direito de dizer em nome dos trabalhadores, tem capacidade de representar e lutar pelos trabalhadores?” Daí o entendimento de que o mesmo fator que legitima pode deslegitimar, pois ele próprio está envolto por dúvidas. Por conseguinte, o sujeito político terá como base de sustentação não apenas um, mas vários procedimentos de legitimação.

No capítulo anterior, expusemos que Fiorin (1988) destaca como procedimentos discursivos utilizados para a legitimação do dizer político do regime militar a *certeza*, a *seleção de qualificações semânticas*, a *mudança semântica* e o *uso de eufemismos* e de *diferentes variantes linguísticas adotadas de jargões econômicos*, além da *sacralização do discurso político*. Este último procedimento consiste em despolitizar formulações, associando a uma “vontade divina” acontecimentos políticos, outorgando a um Deus aquilo que seria histórico. Nessa obra, a *sacralização do discurso político* está caracterizada como a inserção de marcas do discurso religioso no discurso político; no caso dos militares, ocorre a equiparação entre Deus e Estado, como entidades perfeitas, eternas, oniscientes, onipresentes e anteriormente inscritas na realidade (FIORIN, 1988, p. 147). Deste modo, a *sacralização* encaminha-se para uma despolitização cuja consequência é o apagamento da história: a incerteza em que está circunscrito o discurso político passa a ser revestida por certezas divinas, eternas, impassíveis de questionamentos.

Em sua análise sobre o discurso militar, Fiorin relata que o discurso “revolucionário” se apoia em um discurso religioso a fim de impelir o homem a uma aceitação passiva de um *status quo*, através de sua submissão à condição dada pelas relações de produção: “A liberdade aí é a de aceitar uma ordem social estática, a de reconhecer que as coisas são de uma maneira e não de outra e a de submeter-se à autoridade constituída” (FIORIN, 1988, p.147).

A *sacralização do discurso político* compõe o quadro de procedimentos de legitimação destacados do *corpus* da presente pesquisa. A seguir, apresentamos um recorte discursivo atravessado explicitamente por esse procedimento:

SDR III

Na vida de um ser humano acontecem muitas coisas que normalmente ele não prevê que vai acontecer. Aconteceu porque tinha que acontecer, porque, como eu acredito em Deus, **eu penso que Deus fez acontecer** [...] (Luís Inácio Lula da Silva, 01.05.2003).

Novamente, notamos as equivalências e combinações no interior de uma FD, as paráfrases e os encadeamentos de um discurso que apagam as polissemias e produzem os efeitos de sentidos como: “Ele não prevê o que vai acontecer/Aconteceu porque tinha que acontecer/Deus fez acontecer” e “O que aconteceu?/A vitória de Lula/A vitória do PT/A vitória do trabalhador/A vitória do povo pobre”. Como se não se tratasse de um acontecimento histórico mas de um acontecimento “divino”.

Como observaremos adiante, após esta colocação, Lula narra sua trajetória política: desde antes de sua atuação como sindicalista até sua eleição para a presidência da República. No que diz respeito ao excerto em análise, a utilização do discurso religioso pelo sujeito político sustenta a legitimidade de toda sua trajetória até sua chegada ao poder: “Aconteceu porque tinha que acontecer, porque, como eu acredito em Deus, eu penso que Deus fez acontecer”. A trajetória de Lula até sua chegada ao poder seria “obra de Deus”. Se tantas vezes o discurso político se vale de uma suposta autoridade do discurso religioso, acreditamos que seja pela presunção de que o religioso é incontestável, já que a “voz de Deus” não pode ser questionada.

Conforme Orlandi (1983, p. 218-219), o dizer em que se evoca o nome de Deus é característico do discurso religioso católico, tipificado pela assimetria estabelecida entre “Deus e homens”, marcado pela falta de reversibilidade, já que, neste caso, os interlocutores não podem ocupar o lugar de locutor:

locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual *domina* o temporal. O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros, falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens (ORLANDI, 1983, p.218-219, grifo da autora).

O sujeito político então, autorizado pela ancoragem no real em que se inscreve, fala em nome de Deus, em um processo de assunção de uma voz divina para a legitimação de

suas ações políticas. Tal processo também está conceituado por Orlandi (1983, p. 219) como *mistificação, subsunção de uma voz pela outra*: um sujeito fala em nome de Deus, sem que se explicita o modo pelo qual se processa esta incorporação de voz²⁸.

Para encerrarmos provisoriamente a discussão sobre *sacralização*, destacamos a seguinte passagem de *O regime de 1964*: “O discurso religioso proclama o fim da história e, portanto, mostra sua finalidade oferecendo ao homem parâmetros para compreender a história por um sentido meta-histórico” (FIORIN, 1988, p 141). Em virtude destes parâmetros postos para uma determinada compreensão da história, ocorre uma despolitização do discurso acompanhada de outras marcas de apagamentos ideológicos. Neste percurso, a história do Partido dos Trabalhadores e a história de Lula²⁹ se confundem, sendo retomadas justamente por meio de uma espécie de pré-destinação do sujeito eleito já mesmo antes de sê-lo e à revelia de sua vontade pessoal. Segue o recorte:

SDR IV

[...] fundamos o PT e **um conjunto de companheiros entendeu que este Partido deveria ter um candidato a Presidente da República.**

É importante lembrar que, em 1978, eu dizia para quem quisesse ouvir, que eu não gostava de política e tinha ódio de quem gostava. Isso, em 1978. Em 1980, eu já estava fundando o PT; em 1982 fui candidato a governador; em 1989, 1994 e em 1998, a Presidente. E, **graças à teimosia de vocês, eu fui eleito Presidente da República e cá estou** (Luís Inácio Lula da Silva, 01.05.2003).

É exatamente isso que se pode observar na SDR IV, ou seja, certa despolitização do fazer do sujeito político sob a forma de delegação a uma coletividade anônima a ideia de necessidade de que Lula ocupasse a função de presidente e da atribuição a seus interlocutores de sua chegada ao poder. As duas colocações “um conjunto de companheiros entendeu que este Partido deveria ter um candidato a Presidente da República” e “graças à teimosia de vocês, eu fui eleito Presidente da República e cá estou” afastam do sujeito político um desejo pessoal de ocupar a função pública a que concorreu, provocando um efeito de sentido de que fora eleito por ser impelido por uma coletividade ou por uma necessidade histórica. Estas proposições remetem à ideia de que todo o fazer do sujeito político está submetido a uma vontade social maior, sendo assim, a sociedade não seria dirigida por indivíduos ou por um grupo de indivíduos, mas pelo “povo”, que delega o poder a determinados sujeitos. E se o

²⁸ Para Pêcheux (1990), o entendimento de que um sujeito assume a voz de outrem é associado à função de *porta-voz*, trabalhamos com esta noção adiante, nos casos em que Lula *representa discursivamente* os trabalhadores.

²⁹ Wagner Benevides, em entrevista a Marta Harnecker, em *O sonho era possível* (1994, p. 65), afirma que sete são os fundadores do Partido dos Trabalhadores: Lula, Jacó Bittar, Olívio Dutra, Paulo Skromov, Henos Amorina, José Cicote e ele próprio.

“povo” delega seu poder a um representante, este se reveste de legitimidade, pela pressuposição de um *direito de dizer em nome de* reconhecido por aqueles que seriam seus iguais. Acrescentamos a essa discussão a seguinte colocação o pressuposto sobre o qual se assenta o discurso político:

O agente político possui uma visão clara e ordenada da realidade social, pressupõe sua credibilidade e fundamenta seu dizer e seu fazer na vontade de uma coletividade que lhe reconhece a competência e lhe outorga a legitimidade; a classe política reivindica certa exclusividade na administração da sociedade; e produz identidades coletivas que transcendem os interesses individuais (Piovezani, 2009, p.347).

A atribuição a uma coletividade de conquistas políticas constitui parte do processo de construção de legitimidade de um sujeito político. Associar somente a si ou a seu partido os méritos de uma eleição seria como renegar a política nos moldes da democracia representativa. Associar sua eleição ao “povo”, à “sociedade brasileira”, a “vocês”, à “classe trabalhadora”, compõe uma regularidade no dizer político do presidente Lula. Adiante, destacaremos mais recortes do *corpus* providos deste procedimento e traremos mais discussão acerca destes casos, a partir da circunscrição do *corpus* em dois temas: Lula *trabalhador* e Lula *presidente*.

3.2.2 Lula *trabalhador*: a construção da *identidade de trabalhador*

No primeiro pronunciamento de Lula como presidente, em Primeiro de Maio, começam a emergir também os enunciados com supostos feitos do governo, antecédidos ou seguidos da retomada de que é um presidente oriundo “da fábrica”, que “não veio de cima para baixo”, que os trabalhadores “fizeram virar presidente”, conforme a SDR V abaixo. O pertencimento de Lula ao segmento social “trabalhadores”, dito também na denominação do Partido e da Central fundados por ele junto a outros sujeitos políticos, confere a chamada legitimidade por *filiação* (CHARAUDEAU, 2008) – o sujeito fala em nome daqueles que seriam seus iguais, está autorizado a fazê-lo por fazer parte de um determinado grupo social.

Fundamentando-se em Rosanvallon, Charaudeau (2008, p.70) explana sobre a legitimidade por *filiação* como aquela que se sustenta no fundamento de que o sujeito deve ser biologicamente ou socialmente “bem nascido”. No caso em questão, observamos que se trata de uma legitimidade de ordem social, que se caracteriza da seguinte forma:

Os atributos e as qualidades são ligados a uma missão humana decorrente do fato de pertencer a certo grupo social (classe, meio, casta) cujos membros tiveram

importantes cargos (nacionais ou locais), pode-se escolher invocar o testemunho dos antigos e tornar-se, assim, um ser encarregado por sua própria família de levar a chama adiante (CHARAUDEAU, 2008, p.71).

Na seguinte amostragem, destacaremos as características do dizer político em análise que nos direcionam a esta constatação:

SDRV

[...] a minha chegada à Presidência da República é o resultado do crescimento da consciência política da classe trabalhadora brasileira. O mérito, portanto, não é pessoal do Presidente ou do meu Partido, que tem méritos, mas o mérito muito maior é de uma sociedade que acordou e que resolveu tomar para si a responsabilidade de governar o nosso país.

[...] Exatamente porque eu não sou um homem que veio de cima para baixo, eu sou um homem que vocês fizeram brotar do chão da fábrica, entrar na política e virar Presidente da República.

Eu, portanto, sei o que passa na cabeça de cada um de vocês, sei o sofrimento de um desempregado, porque já vivi a crise de 1965, vivendo 11 meses sem emprego, e sei o que se passa na casa de um desempregado (Luís Inácio Lula da Silva, São Bernardo do Campo, 01/05/2003).

SDRVI

O 1º de Maio é, e será sempre, um dia muito importante na minha vida. É como se fosse o próprio dia do meu aniversário. Afinal, **não faz muito tempo, eu estava em cima de um palanque, ao lado de dezenas de outros companheiros, com o microfone na mão, reivindicando e criticando governantes insensíveis que, logo após a eleição, davam as costas ao trabalhador.**

Compreendo, portanto, melhor do que qualquer outro Presidente, a legitimidade e a importância das reivindicações feitas neste dia. E falo nisso com a visão de quem já foi sindicalista e hoje é o Presidente da República, e que tem, por isso mesmo, a exata dimensão do problema, vista pelos dois lados (Luís Inácio Lula da Silva, Pronunciamento em cadeia nacional por rádio e TV, 30/04/2005).

SDRVII

Meu amigo trabalhador e minha amiga trabalhadora,

Como ex-líder sindical, tenho a felicidade de poder dizer a vocês que depois de décadas de perdas constantes, vivemos, hoje, num país onde a massa salarial voltou a crescer e 90% dos acordos salariais estão sendo feitos acima da inflação.

[...] O trabalhador que constrói esta nação está começando a construir sua independência com as próprias mãos (Luís Inácio Lula da Silva, Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, 30/04/2006).

SDRVIII

Mas, companheira Dilma, companheira Dilma, eu queria que você viesse aqui e o Marinho, e o Marinho para a gente ter uma conversa aqui. Eu não sei, não sei se os companheiros que cuidaram desta luz aqui, se podiam mexer um pouco nisso para não ficar muito na cara da gente aqui, que me atrapalha. Bom, isso parece um “João-bobo”, a gente empurra, volta. Não, é porque a gente não consegue ver vocês.

Então, eu queria pedir ao companheiro daquela luz extraordinária lá, se pudesse apenas tirar um pouco dos meus olhos... Maravilha, querido! Apaga... Aí, querido! Maravilha! Eu não sei se eu estou atrapalhando o teu trabalho, mas, certamente, a luz estava atrapalhando o meu porque eu não consigo falar sem ver a cara das pessoas. Eu aprendi, desde pequeno, que se a gente quiser saber se uma pessoa está falando a verdade, você tem que estar olhando no olho da pessoa. Não é a palavra, é o olho. Então, eu quero olhar nos olhos de vocês e quero que vocês olhem nos meus olhos para que a gente possa ter uma conversa muito franca.

[...] Portanto, meus queridos companheiros e queridas companheiras. Eu, daqui a oito meses, estarei deixando a Presidência da República, estarei voltando para a Prestes Maia, junto com a minha galega, Marisa, voltando a [para] 600 metros do Sindicato que me criou. Do meu apartamento eu vejo a porta... vejo a parede da Volkswagen, onde era a Brastemp, eu vejo o Walmart, onde era a (incompreensível), eu vejo um depósito de material de construção civil. **Mas eu volto com a cabeça erguida, de quem sabe que, orgulhosamente, representou a dignidade do trabalhador brasileiro e mostrou que o trabalhador brasileiro é capaz de governar este país.**

Enquanto, **enquanto alguns setores aqui no Brasil criticam o governo, nós ganhamos prêmio do melhor governo do ano pelo El País, da Espanha, pelo Le Monde, da França, e agora pela revista Time, americana.** Nós não fizemos isso por mérito meu, porque eu só consegui fazer o que nós fizemos porque vocês... **no coração de cada mulher e de cada homem, tem um “Lulinha” escondido aí, trabalhando muito mais do que eu trabalhei** (Luís Inácio Lula da Silva, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 01/05/2010).

Nas *seqüências discursivas* recortadas, constatamos, sobretudo, a regularidade da retomada da ideia de que Lula tem uma história como trabalhador, que viveu mazelas sociais, e como sindicalista, função esta que pode ser parafraseada como “sujeito que luta pelo interesse dos trabalhadores”, ainda que, por se tratar de uma função política, o “sindicalista” também esteja sujeito a desconfianças, críticas, acusações e questionamentos. Conforme mencionamos na seção anterior, o sindicalista, assim como o presidente, está em busca de sua própria legitimidade.

A análise dessas quatro SDR permite depreender que a identidade do sujeito enunciativo como um trabalhador constrói-se como um jogo de perguntas (não feitas) e respostas (repetidas). **Quem fala?** “trabalhador brasileiro”, “ex-sindicalista”, “presidente da República”, “resultado do crescimento político da classe trabalhadora”, etc. **O que sabe?** “eu sei o que passa na cabeça de cada um de vocês”, “eu aprendi, desde pequeno, que se a gente quiser saber se uma pessoa está falando a verdade, você tem que estar olhando no olho da pessoa”, etc. **O que fez?** “representou”, “mostrou”, foi “capaz de”, “ganhamos o prêmio”, etc.

Percebemos também que a produção de efeitos de sentido das seguintes *seqüências* é bastante próxima, ou seja, não ocorrem paráfrases perfeitas, mas podemos depreender, para as formulações sobre *Lula trabalhador*, as seguintes expressões:

- a) “**não sou** um homem que veio de cima para baixo” (SDRV);
- b) “**sou** um homem que vocês fizeram brotar do chão da fábrica” (SDRV);
- c) “**sei** o que passa na cabeça de cada um de vocês” (SDRV);
- d) “É como se fosse o próprio dia do **meu** aniversário” – referindo-se ao Dia do Trabalhador (SDRVI);
- e) “**Compreendo**, portanto, melhor do que qualquer outro Presidente, a legitimidade e a importância das reivindicações feitas neste dia” (SDRVI);
- f) “O trabalhador que constrói esta nação está começando a construir sua independência com as próprias mãos” (SDRVII);
- g) “**Eu não sei** se **eu estou** atrapalhando o teu trabalho, mas, certamente, a luz estava atrapalhando o **meu...**” (SDRVIII);
- h) “Mas **eu volto** com a cabeça erguida, de quem sabe que, orgulhosamente, representou a dignidade do trabalhador brasileiro e mostrou que o trabalhador brasileiro é capaz de governar este país.” (SDRVIII);
- i) “no coração de cada mulher e de cada homem, tem um “Lulinha” escondido aí, trabalhando muito mais do que **eu trabalhei**.” (SDRVIII)

Percebemos que uma *identidade de trabalhador*, construída discursivamente, é mobilizada nos pronunciamentos de Lula a trabalhadores. A partir de diversas variações, o sujeito político está sempre a repetir: “Eu fui/sou um trabalhador assim como vocês”, “vim de baixo”, “brotei do chão da fábrica”, “fui sindicalista”, por isso, “eu sei o que vocês pensam/sei o que vocês querem/sei o que vocês precisam”, por isso, “como presidente, sei/quero/posso representar o trabalhador/governar para o trabalhador brasileiro/governar o Brasil”.

A construção de tal identidade se constrói também pelo uso da primeira pessoa do singular nas referidas formulações, marcadas pela enunciação de um “eu”, inscrito nas desinências verbais, como em “sei” (SDRV e SDRVIII), “sou” (SDRV), “compreendo” (SDRVI), “volto” (SDRVIII), “estou” (SDRVIII) e “trabalhei” (SDRVIII); e, no pronome possessivo “meu” (SDRVI e SDRVIII)³⁰. A única formulação desprovida desta marcação de primeira pessoa do singular é aquela contida na SDRVII, contudo, esta construção funciona de modo que as figuras de presidente e trabalhador se integram discursivamente: “O trabalhador que constrói esta nação está construindo sua independência com as próprias

³⁰Estes registros de formulações em primeira pessoa do singular evidenciam o contraste com o distanciamento discursivo do sujeito enunciativo com relação à função política de presidente, analisado na seção 3.2.3.

mãos” (SDRVII). Neste excerto, o afirma uma suposta autonomia conquistada pela classe trabalhadora como mérito de seu governo.

Na SDR V, notamos que o sujeito enunciador se coloca como o legítimo representante da “classe trabalhadora”, posto que “não veio de cima” e viveu mazelas sociais, como o desemprego; na SDR VI, para além da imagem de sindicalista combativo, revela um novo “saber” adquirido, referente ao exercício de sua função de presidente; na SDR VII, mais uma vez, retorna a imagem de “líder sindical”, por meio de quem o “trabalhador” começa a construir sua independência; na SDRVIII, estabelece uma relação de proximidade com trabalhadores no próprio contexto imediato de enunciação, em tom de conversa, com anulação de qualquer hierarquia que pudesse haver entre o presidente e o “companheiro da luz”, encerrando seu pronunciamento como a própria encarnação do trabalhador brasileiro, “aquele que tem capacidade de governar o país”, além da citação de revistas (“El Pais”, “Le Monde”, “Time”), tidas socialmente como fontes de dizer verídico, que aprovariam seu governo, prestando, assim, efeitos de verdade a seu dizer.

Relacionamos a reafirmação da *identidade de trabalhador* com uma pressuposição de que o sujeito enunciador tem o direito de dizer em nome dos trabalhadores e tem a capacidade de governar pelos trabalhadores, tendo em vista que o próprio presidente seria um trabalhador. O funcionamento discursivo observado sugere uma legitimidade para governar decorrente de um suposto *saber-fazer*, sustentado pela fundamentação dada: *não é um homem que veio de cima pra baixo, brotou do chão da fábrica, sabe o que passa na cabeça do trabalhador, compreende as reivindicações, foi líder-sindical, é um trabalhador*, dentre outras formulações. Neste caso, podemos depreender a ideia de legitimidade como compartilhamento de valores, reconhecimento de um sujeito por seus pares e conquista de direitos e poderes em função deste *dizer bem fundamentado* (CHARAUDEAU, 2008, p. 65), algo como uma construção discursiva, dada por uma tríplice legitimação: por *filiação*, por *formação* e por *mandato* (CHARAUDEAU, 2008, p.67).

O sujeito enunciador se legitima por *filiação* devido a sua pertença à “classe trabalhadora”, por ter “vindo de baixo”, por ter “brotado do chão da fábrica”, porque é “trabalhador”; por *formação*, considerando-se a formação política que tem como “sindicalista” e como “trabalhador metalúrgico”, “operário”; e, por *mandato*, a que foi alçado por meio de eleições presidenciais.

Ainda que, pela superfície linguística, o sujeito enunciador se apresente como trabalhador, ele não deixa de ser um sujeito político ocupando o lugar social de presidente, que faz declarações de presidente, gestor de Estado. O fato de Lula, em sua condição de operário/trabalhador/sindicalista ter chegado à presidência não implica que os trabalhadores governem o país, que gerenciem o Estado. Este permanece sob o regime da democracia representativa, de caráter burguês desde sua fundação, ou seja, não houve ruptura com o regime de governo capitalista por natureza.

A mesma materialidade linguística que afirma “eu sou um trabalhador assim como vocês” **silencia** acerca de transformações sociais efetivas, sobre um governo dos trabalhadores em que, de fato, os trabalhadores governem, não somente sua “representação”. Por esta razão, entendemos que o sujeito enunciador se inscreve em uma formação discursiva capitalista, ainda antagônica a uma formação discursiva dos trabalhadores.

Acreditamos na ocorrência de uma reconfiguração de saberes no interior da FD capitalista, saberes trazidos por este sujeito ao se inscrever nesta formação. O dizer de Lula não deixa de ser um dizer presidencial, de anúncios de promessas de um futuro melhor e medidas governamentais, contudo diferencia-se com relação a outros dizeres presidenciais devido à forma dada.

A SDR VII, em particular, fora extraída de um pronunciamento em cadeia nacional veiculado por rádio e tevê, mais marcado por declarações acerca de supostos feitos do governo, lembrando que em 2006, Lula candidatava-se à reeleição presidencial. Em sua singularidade, esta sequência é bastante representativa do modo de funcionamento do discurso em análise:

Como ex-líder sindical, tenho a felicidade de poder dizer a vocês que depois de décadas de perdas constantes, vivemos, hoje, num país onde a massa salarial voltou a crescer e 90% dos acordos salariais estão sendo feitos acima da inflação (Luís Inácio Lula da Silva, 30/04/2006).

Primeiramente, ainda que de forma concisa, como neste caso, o sujeito político enuncia sua condição de “ex-líder sindical” para posteriormente falar acerca de ações governamentais. Este procedimento pode ser observado na totalidade do *corpus* selecionado, não diz respeito a um funcionamento restrito aos primeiros anos de governo, quando o presidente ainda se constituía como sujeito naquele lugar social. Nos pronunciamentos coletados de 2003 a 2010, constatamos o anúncio de que o sujeito foi um *líder sindical* e

participou das *greves do ABC paulista*, antes de tratar de assuntos de governo com os trabalhadores.

Não podemos deixar de notar também a transformação de dizeres em circulação nas circunstâncias de enunciação³¹ quando das greves do ABC paulista *ressignificados* no discurso do presidente, ainda na SDR VII: “O trabalhador que constrói esta nação está começando a construir sua independência com as próprias mãos” (Luís Inácio Lula da Silva, Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV, 30/04/2006). No documentário *ABC da Greve*, pudemos visualizar o seguinte dizer inscrito em um muro de São Bernardo do Campo, de onde Lula enunciava como dirigente sindical: “O suor do trabalhador constrói a nação, mas o lucro é do patrão” (ABC da Greve, 1990).

Fizemos referência à transformação histórica deste dizer, afetado pelo apagamento do enunciado “o lucro é do patrão”, para corroborar nossa ideia de que o discurso do presidente Lula a trabalhadores é um discurso de conciliação. A legitimação do presidente Lula como *presidente operário*, *presidente trabalhador*, *presidente metalúrgico*, *presidente sindicalista* - que são as identidades erigidas por ele e por outros sujeitos políticos, com quem mantém relação de antagonismo ou não – é reforçada, em detrimento da oposição entre trabalhadores e governo patrão ou a posição do governo como intermediário entre empresários e trabalhadores, tais oposições anuladas em seu discurso.

Entendemos que a conciliação materializada discursivamente entre Lula presidente e os trabalhadores se sustenta na prática política dos regimes de democracia representativa de que as denúncias de opositores não são dirigidas às funções em si, mas aos ocupantes das funções, ou seja, não se faz crítica ao sistema político, mas àqueles que o administram. Esta crítica à incapacidade de desempenho da função pelo adversário integra o conjunto de características do discurso político junto à afirmação de uma potência interventora, um silêncio acerca de suas debilidades, conforme Piovezani (2009, p.136). Sendo assim, quando passa a ocupar o lugar social de presidente, o sujeito afasta-se do estigma de inoperante para então alçar-se àquele que pode transformar a realidade social.

³¹ No *corpus discursivo*, observamos que, em pronunciamentos em palanque, Lula se apropria de dizeres que estão em circulação nas circunstâncias da enunciação. Este procedimento fora notado nos pronunciamentos em palanque dos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006. Contudo não exploramos tais enunciados, posto que não tínhamos como objetivo de pesquisa inicial as características e diferenças entre declarações em palanque e em rádio e tevê. No caso citado, ocorre a apropriação e transformação de um dizer que estava em circulação quando o sujeito estava no palanque, mas em outras condições de produção.

A relação entre a suposição característica do discurso político segundo a qual seus agentes podem transformar a realidade e a posição de conciliador de Lula concerne ao fato de que o presidente silenciará em sua fala pública a trabalhadores incitações a mobilizações e reivindicações sociais, por exemplo. Como se o trabalhador não devesse mais lutar pelos seus direitos, já que teriam na representação do *presidente operário* a sua contemplação. Como afirma Rosanvallon (1998, p.19-20), na democracia representativa, o soberano assume uma forma reconhecível do povo, que nada mais é do que uma multidão, uma abstração, logo o processo de representação se confunde com uma encarnação, *representar seria personificar*. E um povo representado em seu governante é um povo que não vai às ruas, segundo o autor.

Da encarnação do trabalhador brasileiro, a construção de uma *identidade de trabalhador*, passa-se à afirmação de um papel de *porta-voz* dos trabalhadores, já que estes passariam a “construir sua independência com as próprias mãos”. Tendo em vista, também, que, ao mesmo tempo em que pertence ao segmento social “trabalhadores”, transcende a este, devido à posição privilegiada derivada do papel institucional que assume. Neste caso, para que seja *porta-voz* dos trabalhadores é necessário que a condição de *trabalhador* seja imanente a esse sujeito. O dizer político do presidente em questão enuncia que “Lula é um trabalhador, portanto sabe o que fazer pelos trabalhadores”. Porém, em relação ao grupo, esse sujeito deve elevar-se para representar.

A transcendência com relação ao segmento social que representa se dá justamente por meio dessa suposta capacidade superior e desse suposto saber especializado. Segundo Piovezani:

Os efeitos de identificação com o povo e mesmo de sua procedência do povo não correspondem à inscrição do político nos limites das capacidades populares. Diferentemente do povo, que pode, no máximo, ter alguma opinião, os políticos profissionais alegam ter um saber especializado e um poder suficiente para intervir na realidade social (PIOVEZANI, 2009, p. 135).

Em decorrência deste saber, o sujeito se legitima no papel de *porta-voz*. Esta relação estabelecida entre “povo” e *porta-voz* fora destacada por Pêcheux (1990):

O que nunca é introduzido no enunciado do *porta-voz* é aquilo que ele diz ou disse. O discurso relatado é estranho ao discurso do *porta-voz*. A representação do povo como locutor (discurso relatado) está ausente, e a possibilidade de que o povo ocupe o lugar de orador está excluída, pois anularia a função do *porta-voz* (CONEIN apud PÊCHEUX, 1990, p. 18).

Como presidente da República, Lula enuncia como se fora o legítimo representante dos trabalhadores, a encarnação da “classe trabalhadora brasileira”, reafirmando

sua condição de *trabalhador*. Enuncia dotado de autoridade, devido a essa identidade construída e legitimada discursivamente. Diz-se pertencente ao grupo dos trabalhadores, mas destaca-se para falar ao exterior e ao interior do segmento.

Entretanto, na condição de presidente, Lula não mais se insere em uma concepção de *porta-voz* mediador, aquele que fala *em nome* do povo contra um poder instaurado. Ele próprio representa o poder. Diante de tal paradoxo, o sujeito enunciador se distancia do papel social de presidente, reafirmando um lugar de trabalhador construído historicamente. Em nossa pesquisa, constatamos que o discurso de Lula se assemelha ao discurso de representantes políticos da Argentina, tratados por ZOPPI-FONTANA (1997). Conforme mostramos no Capítulo II, a autora afirma que tais sujeitos políticos chegaram ao poder na década de 1980, em um momento político de transição gradual à democracia, após longo período de ditadura militar naquele país e, sendo os líderes em um regime de transição, deixavam de falar *em nome* do povo, para falar *para* o povo.

Assim como na SDR VII, quando o presidente fala acerca da luta contra a inflação, percebemos na totalidade do *corpus* selecionado que não há qualquer ocorrência de um conflito com o *status quo*. Observaremos mais amostragens deste fenômeno discursivo em nosso *corpus*, quando da abordagem da constituição do sujeito enunciador no papel de presidente.

Como dissemos anteriormente, a condição de trabalhador está intrinsecamente vinculada ao fato de que o sujeito Lula tenha autoridade para dizer em nome do grupo que “representa”. Para que fale em nome do grupo, é melhor que seja *um igual*, que haja alguma identificação. Estamos diante de uma nova configuração política: a eleição de representantes que se assemelham ao povo, que têm “autoridade” para discorrer sobre problemas sociais por tê-los vivido. A semelhança implica a *identificação*, conseqüentemente, *reconhecimento* e *apaziguamento* de possíveis conflitos sociais (ORLANDI, 1983, p.217).

Para que se sobressaia como *porta-voz*, deve compartilhar valores e saberes com o segmento representado. Deste modo, a proximidade do sujeito político eleito com o “povo” constitui mais um procedimento de legitimação. Neste caso, a proximidade se estabelece com o segmento social a quem o sujeito enunciador nomeia como “trabalhadores” ou “classe trabalhadora”. Mais uma vez, notamos semelhanças com o discurso alfonsinista analisado por ZOPPI-FONTANA (1997, p. 87), visto que se passa, nos pronunciamentos de ambos os

sujeitos, Alfonsín e Lula, um *simulacro de palavra que circula simetricamente*, como se tivessem pleno conhecimento acerca do *pensamento do “povo”* (idem).

Enquanto Alfonsín enuncia “sé perfectamente que hay um pueblo dispuesto a superar esta crisis” (idem), Lula diz “sei o que passa na cabeça de cada um de vocês, sei o sofrimento de um desempregado, porque já vivi a crise de 1965, vivendo 11 meses sem emprego, e sei o que se passa na casa de um desempregado” (SDRV). O simulacro fora instaurado nos dois enunciados, acrescentando-se ao dizer de Lula a retomada de que *viveu a mazela social* assim como seus interlocutores, que instaura ainda um processo de identificação com o *trabalhador*. A vivência de situações sofridas pelo “povo” relaciona-se ao saber especializado com o qual se confirma o lugar legitimado.

Reforçamos que a relação de porta-voz como *mediador* é apagada do dizer do sujeito Lula, devido à ascensão deste sujeito à presidência da República. Sabemos que, na condição de presidente, ele não mais está *entre* trabalhadores e governo, já assume o lugar de governo. Podemos observar o excerto abaixo como representativo do processo discursivo pelo qual seu dizer instaura essa relação de *identificação, reconhecimento* e possível *apaziguamento*:

[...] não faz muito tempo, eu estava em cima de um palanque, ao lado de dezenas de outros companheiros, com o microfone na mão, reivindicando e criticando governantes insensíveis que, logo após a eleição, davam as costas ao trabalhador.

Compreendo, portanto, melhor do que qualquer outro Presidente, a legitimidade e a importância das reivindicações feitas neste dia. E falo nisso com a visão de quem já foi sindicalista e hoje é o Presidente da República, e que tem, por isso mesmo, a exata dimensão do problema, vista pelos dois lados (SDRVI).

Neste caso, o sujeito enunciadador não fala mais *em nome* do povo, mas *para* o povo, em uma *função de destinação* (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 21). Por meio da *identidade de trabalhador* construída discursivamente, Lula se legitima como presidente e reafirma sua função de *porta-voz dos trabalhadores*, quando enuncia que: *viveu o universo do sindicalismo*, sendo sindicalista, pressupõe-se que, supostamente, *luta pelos trabalhadores; compreende as reivindicações, sabe de sua importância; e, tem a visão dos dois lados, presidente e trabalhador*.

Notamos ainda a crítica aos ocupantes dos cargos de “governantes”, como “insensíveis”, nenhuma crítica à função de presidente a que almejou. Avançando em um gesto interpretativo, podemos também depreender deste enunciado que o sujeito enunciadador,

colocando-se em oposição aos governantes anteriores, provoca o efeito de sentido de que não seria insensível aos anseios dos trabalhadores.

A proximidade entre Lula e trabalhadores também fora instaurada nas *sequências* da seção seguinte, nas quais predomina, porém, a transição de uma construção de *identidade de trabalhador* para a assunção do papel social de presidente.

3.2.3 Lula *presidente*: estratégia de proximidade com os trabalhadores

Seguindo Indursky (1997), inicialmente, adotaremos reflexões sobre a *não-pessoa discursiva* e a *quarta-pessoa discursiva* para o procedimento de análise das sequências selecionadas. Conforme anunciamos no capítulo II, a autora trabalha com a teoria de Benveniste (1966) acerca do “nós”: o pronome pessoal não corresponde precisamente ao plural, mas a uma *ampliação do eu*. O “nós” e os itens lexicais que marcam a primeira pessoa do plural (nosso, nos e desinência verbal de primeira pessoa do plural) são tidos como formas linguísticas que permitem ao sujeito enunciador uma associação a referentes variados sem especificação, com ocorrência de ambiguidades (INDURSKY, 1997, p.66).

Para proceder à análise, precisaremos das noções de *quarta-pessoa discursiva* e *não-pessoa discursiva* e observaremos a constituição do sujeito enunciador por meio do uso destas modalidades enunciativas. As *modalidades lexicais* destacadas das sequências discursivas de nosso *corpus* serão “o presidente”³² e a modalidade “o governo”. Levaremos em consideração, todavia, que entre “o presidente” e “o governo” há uma gradação de sentido concernente à maior individualização, na ocorrência da primeira, e de certa coletivização no uso da segunda: o item lexical “o presidente” remete ao sujeito enunciador e o item “o governo” ao enunciador e à sua equipe administrativa.

Seguem os excertos com respectivas análises:

SDR IX

O nosso ministro da Educação, dom Cláudio, assumiu publicamente o compromisso de alfabetizar 20 milhões de pessoas analfabetas neste país. Não é coisa. E não é uma tarefa fácil. Se depender só do Governo, certamente o Governo não conseguirá fazer. Mas se o Governo tiver a habilidade de envolver

³²Além de trabalhar com a modalidade lexical da quarta-pessoa discursiva, Indursky opera com a modalidade pronominal “se” (1997, p.79). Não utilizamos esta modalidade em nossas análises, uma vez que ela não ocorre em nosso *corpus*.

a sociedade brasileira para se tornar sua cúmplice, eu não tenho dúvida de que a gente vai alfabetizar este país. Da mesma forma que o Graziano e o Oded Grajew, que estão aqui e têm a responsabilidade maior pela implantação e execução do Programa Fome Zero. **É bem possível que, em quatro anos, a gente não consiga fazer tudo o que se propôs a fazer. Mas eu duvido que em quatro anos alguém já terá feito, na história deste país, mais do que nós vamos fazer pelo povo pobre do Brasil.**

É com esses compromissos, meu querido dom Cláudio, que eu participo desse 1º de Maio, reafirmando aqui parte dos discursos que o senhor já conhece, que eu fiz há muito tempo nesta igreja. Quero dizer a vocês, companheiros da Pastoral Operária, que podem ficar certos que todo 1º de Maio, às 9 horas da manhã, **o Presidente da República estará aqui para prestar contas do que estamos fazendo neste país.** (Luís Inácio Lula da Silva, Missa dos Trabalhadores, São Bernardo do Campo, 01/05/2003)

Nessa SDR, o sujeito enunciador vale-se de diversas modalidades enunciativas, como a primeira pessoa do plural, “o governo”, a primeira pessoa do singular, “a gente” e “o Presidente da República”. Observamos que o sujeito enunciador se distancia por meio do item lexical “o governo” para tratar da ação governamental de “alfabetizar 20 milhões de pessoas no Brasil”, antes disso, apresenta que o compromisso fora assumido publicamente pelo “nosso” ministro. Embora “o governo” abranja o presidente e sua administração, entendemos este item como *quarta-pessoa discursiva*, cujo efeito é o afastamento do sujeito político de seu dizer e da função política que exerce. Dando continuidade a seu pronunciamento, o sujeito enuncia, por meio da construção “a gente vai”, um nós político que se estende a uma coletividade anteriormente anunciada, a “sociedade brasileira”. Consideramos que a construção em que o enunciador se vale de “o governo” possui *valor disfórico* “Se depender só do Governo, certamente o governo não conseguirá fazer” em contraposição com o *valor eufórico* assumido em “Mas se o Governo tiver a habilidade de envolver a sociedade brasileira para se tornar sua cúmplice, eu não tenho dúvida de que a gente vai alfabetizar este país”.

“A gente” e “nós” são mobilizados mais uma vez como ampliação do sujeito presidente à administração em “É bem possível que, em quatro anos, **a gente** não consiga fazer tudo o que se propôs a fazer. Mas **eu** duvido que em quatro anos alguém já terá feito, na história deste país, mais do que **nós vamos** fazer pelo povo pobre do Brasil”. Neste recorte, o enunciado se sustenta na falta de definição de quem são esses sujeitos inscritos no “nós/a gente” do sujeito enunciador. Ademais, o sujeito político se inscreve como um *porta-voz*, mas, neste caso, não correspondente ao segmento “trabalhadores”, mas referente ao grupo político de que faz parte, os sujeitos políticos que integram o governo.

“A gente” inclui Lula, de forma indefinida e relacionada a um “tudo o que se propôs a fazer” cuja realização não é facilmente empreendida e cuja modalização “É bbem possível” atenua. Por meio do uso do “nós”, o sujeito definitivamente se inclui, que está certo de que vai fazer pelo povo pobre do Brasil, já que a primeira pessoa então inclui o enunciador e sua equipe de governo, colocando-os na condição de benfeitor em prol do povo pobre e este povo como beneficiário das ações do governo anunciadas.

Quanto a “o Presidente da República estará aqui para prestar contas do que estamos fazendo neste país”, novamente está instaurada a *quarta-pessoa discursiva*, que provocaria o distanciamento do sujeito enunciador da função política ocupada. Porém, neste caso, devido à enunciação precedente de um “eu” (eu participo, quero), provoca-se um efeito de marcação e realce do papel assumido.

Na próxima sequência, notaremos algumas reformulações de outros processos de constituição do sujeito político como presidente:

SDR X

todos, hoje, se transformaram em pessoas importantes: prefeitos, vereadores, deputados, senadores e **até o presidente da República esse povo elegeu na eleição de 2002.**

E **agora nós estamos numa outra tarefa e precisamos** que a igreja continue cumprindo o seu papel de discutir, de ensinar, de aprender, de organizar, de orientar, como o senhor, por quem eu tenho um apreço extraordinário **na nossa** relação com a CNBB, porque entendo como uma das entidades mais representativas existente no nosso País, com quem **queremos** manter cotidianamente as nossas relações.

E **por que temos agora que fazer aquilo que acreditávamos que poderíamos fazer? Agora nós não temos mais o direito de criticar ninguém, nós temos o direito apenas de assumir a responsabilidade de transformar em realidade aquilo com que sonhamos.** E eu tenho consciência de que **vamos** fazer, porque se caminhamos, lutando tanto, para chegar onde chegamos, não tenham dúvida de que nós **chegaremos** a um lugar muito mais distante e iremos concretizar o sonho e o desejo de milhões e milhões de mulheres e homens neste país. [...]

Estamos, enquanto governo, preparando todos os investimentos possíveis em áreas que possam gerar empregos, e eu espero que continuemos realizando todo ano essa Missa, porque ela faz parte dos nossos hábitos. Todo 1º de Maio, além de levantarmos de manhã, tomarmos café, nos trocamos e falamos: vamos para a Missa do 1º de Maio. Isso há 24 anos. E eu tenho fê em Deus que vamos continuar fazendo essa Missa, porque um dia haverá um prefeito que irá transformar essa Missa, quem sabe, num ponto turístico para aqueles que visitam a cidade com vontade de ter um pouco mais de consciência e vontade de lutar.

(Luís Inácio Lula da Silva, Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, Missa dos Trabalhadores e Trabalhadoras “Igreja Dignidade e Trabalho”, 01/05/2004).

Na SDR X, percebemos a repetição da assunção do “nós” precedido por um “eu”, mas com incorporação de diferentes sujeitos: “eu tenho consciência de que vamos fazer”

(Lula e equipe administrativa), “eu espero que continuemos realizando todo ano essa missa” (Lula, líderes da Igreja, trabalhadores), “eu tenho fé em Deus que vamos continuar fazendo essa missa” (Lula, líderes da Igreja, trabalhadores). Ocorre uma reiteração do procedimento citado na SDR IX, da sucessão do eu individualizante por um nós inclusivo, um *plural de modéstia*.

Também notamos que o sujeito enunciador volta a utilizar-se da *quarta-pessoa discursiva*, “o presidente” para em seguida materializar e discursivizar sua mudança de lugar social: “E agora nós estamos numa outra tarefa...” e “Agora nós não temos mais o direito de criticar ninguém”. Estas expressões situam este sujeito político que passou do papel de mediador a governante, que não mais vai se confrontar com o governo, posto que ele próprio agora é “o presidente”.

Esta mudança de lugar também está enunciada em “Estamos, enquanto governo, preparando todos os investimentos possíveis em áreas que possam gerar empregos, e eu espero que continuemos realizando todo ano essa Missa, porque ela faz parte dos nossos hábitos”. Nesta formulação, além de identificar-se a “governo” para anunciar supostas medidas de sua administração, o sujeito volta a deslocar-se por meio da enunciação um “eu” que o inscreve na posição de *trabalhador* participante da missa dos trabalhadores. Igualmente, o uso do pronome possessivo em “nossos hábitos” insere o sujeito político em um “eu ampliado” composto por “trabalhadores” e a Igreja, a quem se deve a tradição da missa, reforçando a imagem de que não mudou como trabalhador, vai à missa *há 24 anos*, etc.

Na próxima sequência, o sujeito enunciador também agrega a seu papel social de presidente o anúncio de um saber sobre ser *trabalhador*:

SDR XI

O 1º de Maio é, e será sempre, um dia muito importante na minha vida. É como se fosse o próprio dia do meu aniversário. Afinal, não faz muito tempo, eu estava em cima de um palanque, ao lado de dezenas de outros companheiros, com o microfone na mão, reivindicando e criticando governantes insensíveis que, logo após a eleição, davam as costas ao trabalhador.

Compreendo, portanto, melhor do que qualquer outro Presidente, a legitimidade e a importância das reivindicações feitas neste dia. **E falo nisso com a visão de quem já foi sindicalista e hoje é o Presidente da República, e que tem, por isso mesmo, a exata dimensão do problema, vista pelos dois lados.**

Hoje sei que é possível, sim, construir soluções para que os trabalhadores brasileiros possam aumentar a sua renda e ter mais tranquilidade e mais segurança no seu emprego. **Mas hoje sei**, também, por outro lado, que isso não pode ser conseguido da noite para o dia. [...]

A partir de amanhã entra em vigor, em todo o país, o novo salário mínimo, no valor de R\$ 300,00. [...] Entretanto, tenho plena consciência de que ainda não é o aumento ideal. **Deus sabe como eu gostaria de estar aqui, agora, anunciando um salário mínimo maior.** [...]

Vejam, **tenho apenas dois anos e quatro meses de governo**, é sempre bom lembrar isso. E, nesse curto espaço de tempo, muita coisa já mudou neste país. Dois milhões e quatrocentos mil empregos formais com carteira assinada foram criados nos últimos dois anos, o que não acontecia há muito tempo.

Só para dar uma idéia do que isso significa, enquanto a média de criação de empregos nos oito anos do governo anterior foi de 8 mil empregos por mês, **desde que assumi a Presidência**, a média do Brasil é de 91 mil novos empregos por mês, ou seja, 11 vezes mais.[...]

No meu governo, o microcrédito também ganhou uma dimensão nunca vista. [...]

(Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, por ocasião do Dia do Trabalhador – 1º de Maio, 30 de abril de 2005)

Na SDR XI, o sujeito político passa a se inscrever como sujeito em primeira pessoa, no lugar social de presidente, após retomar a *identidade de trabalhador* por meio do dizer “O 1º de Maio é, e será sempre, um dia muito importante na minha vida. É como se fosse o próprio dia do meu aniversário.”, conforme analisado na SDR VI. Ele assume a forma-sujeito correspondente a seu lugar social de presidente no uso dos verbos flexionados em primeira pessoa “sei”, “tenho” e “assumi”. Outra variação desta assunção da posição presidencial é a forma “No meu governo”, em que abandona o uso da *quarta-pessoa discursiva*, para utilizar-se da primeira pessoa “eu”, inscrita por meio do pronome possessivo “meu”. A sequência XI também está mais marcada por supostos feitos do governo. Para enunciar acerca do aumento do salário mínimo, “não ideal”, faz uso novamente da sacralização do discurso político em “Deus sabe como eu gostaria de estar aqui, agora, anunciando um salário mínimo maior”, um modo de afastamento da responsabilidade política sobre a medida.

A sequência que segue apresenta-se mais marcada por uma estratégia de proximidade com os interlocutores, também por meio de um discurso de valorização do Primeiro de Maio, enquanto Dia do Trabalhador:

SDR XII

E eu penso que quero estar bem velhinho para poder participar, não do centésimo, mas pelo menos do quadragésimo 1º de Maio realizado aqui, nesta querida Matriz de São Bernardo do Campo, com a presença dos padres e do bispo da nossa região.

Estou feliz, também, porque soube da notícia de que finalmente nós resolvemos, pacificamente, o problema do estado de Roraima, da homologação da terra Raposa Serra do Sol. Todo mundo sabe que levou, só **no meu governo**, dois anos para que nós encontrássemos uma solução jurídica e política.

(Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na missa de celebração do Dia do Trabalhador, São Bernardo do Campo-SP, 01 de maio de 2005)

Na SDR XII, a inscrição na forma-sujeito correspondente à função que exerce ocorre também em primeira pessoa do singular “no meu governo”, antecedida por uma construção caracterizada por um discurso de proximidade com os interlocutores “E eu penso que quero estar bem velhinho para poder participar, não do centésimo, mas pelo menos do quadragésimo 1º de Maio realizado aqui”. Segundo Rosavallon, a proximidade do eleito com seus eleitores diz respeito a uma política da presença, também relacionada com uma questão de legitimação: “L’elu doit se distinguer non seulement par ses compétences et son honnêteté, mais aussi par sa proximité, sa présence, son empathie, sa compassion [...]” (ROSANVALLON, 2012, p.13). Em casos como este, podemos notar como a legitimidade não se dá exclusivamente por meio da eleição, que por si mesma já é legitimadora, mas, ao longo de um mandato, quando o sujeito político inscreve seu dizer em procedimentos de legitimação próprios ao discurso político.

O pronunciamento de Primeiro de Maio de 2006, veiculado por rádio e tevê, em cadeia nacional, caracteriza-se pela correlação do trabalho dos interlocutores à conquista da autossuficiência em petróleo, uma recorrência do discurso de valorização do trabalhador³³:

SDR XIII

Amanhã é primeiro de maio. É o dia daquele que constrói o mundo: o trabalhador. E da atividade humana mais nobre: o trabalho.

Este primeiro de maio tem para mim um significado especial, porque coincide com o momento em que o Brasil celebra uma vitória histórica do trabalhador brasileiro: a conquista da auto-suficiência em petróleo. E coincide, também, com uma série de outras vitórias que o trabalhador tem conseguido, com muito esforço, no nosso país.

A auto-suficiência em petróleo é resultado do trabalho de várias gerações. **O meu governo** teve a felicidade de contribuir para esta vitória, porém ninguém é mais responsável por ela do que o trabalhador brasileiro, que a construiu de forma heróica, em mais de meio século. [...]

O trabalhador que constrói esta nação, está começando a construir sua independência com as próprias mãos.

³³O “discurso de valorização do trabalhador” fora observado também por Sargentini (2006, p.90) nas referências de Lula ao “povo” no Programa do Governo 2002 da Coligação Lula Presidente.

(Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional de rádio e TV, sobre as comemorações do Dia do Trabalhador, 30 de abril de 2006).

Na SDRXIII, o sujeito enunciador também se inscreve na forma-sujeito presidente, por meio da expressão “O meu governo”, em primeira pessoa, por meio do pronome pessoal “meu”. O sujeito político anuncia supostas conquistas do governo sustentando-se no discurso de valorização do trabalhador. Para finalizar sua declaração, atribui ao trabalhador a construção da nação, como se distanciasse de si a gestão: como se o povo governasse e não ele próprio.

A seguir mais uma sequência:

SDR XIV

Eu digo todo dia para a minha mulher, digo para a minha consciência que o que importa, **como Presidente da República, o legado maior que eu posso ter na minha vida**, quando terminar o meu mandato, não é ter um pôster numa parede de algum lugar, é poder **continuar** visitando os lugares que eu sempre visitei, é poder continuar vindo aqui, na Missa do 1º de Maio, é **poder continuar conversando com meus companheiros trabalhadores e trabalhadoras, é continuar podendo visitar o meu sindicato de cabeça erguida**, com a consciência tranquila do dever cumprido (Luís Inácio Lula da Silva, Missa em homenagem ao Dia do Trabalhador, São Bernardo do Campo, 01/05/2006).

Nesta sequência, ocorre uma associação entre a função presidente e a proximidade com o trabalhador, o legado seria manter contato com os trabalhadores após o término do mandato, já que ele “continua o mesmo trabalhador de sempre”. Esta sequência se dá quando do último ano do primeiro mandato do presidente Lula. Neste ano, ele se candidataria à reeleição.

Por fim, a última sequência desta seção:

SDR XV

Companheira Dilma Rousseff, você que é nascida... Ô Marisa, venha aqui. Venha aqui, Marinho, venha aqui, Aloizio Mercadante, aqui, já fica todo mundo aqui. Olhem, a Dilma... Você que é nascida em Minas Gerais e você que trabalhou muito em Porto Alegre, você precisa conhecer um pouco da história do ABC Paulista e, sobretudo, dos trabalhadores do ABC Paulista. Aqui, Dilma, neste paço municipal, neste paço municipal, a gente conseguiu mudar a história deste país. Eu não quero ser presunçoso, eu não quero ser presunçoso, mas a verdade, Dilma, é que **enquanto a classe operária não fez as greves no ABC, a gente não conquistou a democracia neste país**. Foi a greve da Scania, em [19]78, e depois a quantidade de greves que nós fizemos na Ford, na Mercedes, na Volkswagen, na Brastemp, na (incompreensível) e em tantas outras, que a gente conseguiu criar uma consciência política. Só para você ter ideia, em 1978, o ABC inteiro tinha apenas um vereador de esquerda, dos trabalhadores, um vereador. Hoje nós temos a prefeitura de Diadema, a prefeitura de São Bernardo, a prefeitura de Mauá, e temos a prefeitura de Osasco, a

prefeitura de Guarulhos, porque daquele momento para cá, **a classe trabalhadora aprendeu, de forma extraordinária, que o papel dela não era apenas o papel de reivindicar. Era o papel de dirigir este país.**

Pois bem, muita gente achou que era loucura um metalúrgico querer ser candidato a Presidente da República, parecia impossível, e nós conseguimos, em apenas 20 anos, criar o mais importante partido de esquerda da América Latina, conseguimos chegar à Presidência da República, e **conseguimos provar que ninguém está mais preparado para governar o Brasil do que a classe trabalhadora brasileira.** (Luís Inácio Lula da Silva, São Bernardo do Campo, Comemoração do Primeiro de Maio no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 01/05/2010)

Na SDRXV, há a ocorrência da retomada das greves do ABC, com representação do sujeito pelo que consideramos uma das variações do “nós político”, o “a gente”. Nesta formulação “enquanto a classe operária não fez as greves no ABC, a gente não conquistou a democracia neste país”, o *eu ampliado* “a gente” inclui o sujeito político em uma conquista que, anteriormente, ele já situa como sendo da “classe operária”, portanto, o sujeito se inscreve discursivamente na posição de quem fala do interior dessa “classe”, apesar de enunciá-la inicialmente como algo exterior, “a classe operária”.

Ainda assim, pelo uso desta modalidade de “eu ampliado” não se dá uma especificação acerca dos agentes políticos envolvidos neste processo de “conquista da democracia”. O segmento a que se refere o presidente é constituído por outros “eus” anônimos e apagados no processo de discursivização do momento de luta dos trabalhadores contra a ditadura militar. Depreendemos o efeito de sentido de que o sujeito enunciador se representa como um dos agentes devido à historicidade do dizer, inscrito em uma rede de formulações acerca da participação e da liderança de Lula quando das greves do ABC paulista.

Na seguinte formulação destacada, “a classe trabalhadora aprendeu, de forma extraordinária, que o papel dela não era apenas o papel de reivindicar. Era o papel de dirigir este país”, mais uma vez, Lula associa seu governo ao governo da “classe trabalhadora”. Percorrendo o fio discursivo que confere historicidade a esse dizer, poderíamos entender que: a) quem reivindicava nas greves do ABC eram metalúrgicos b) se Lula era um metalúrgico, então ele seria a encarnação desta classe trabalhadora? A classe trabalhadora dirige o país?

Constatamos que a construção mais recorrente em seu dizer é: “eu sou um trabalhador, portanto a classe trabalhadora governa o país”. Este enunciado, que fora destacado na seção *Lula trabalhador*, está repetido sob reformulação na seguinte expressão: “conseguimos provar que ninguém está mais preparado para governar o Brasil do que a classe trabalhadora brasileira” (SDRXV) . Acreditamos que a retomada da ideia de que agora, em

seu governo, a “classe trabalhadora governa o país” seja o principal procedimento de legitimação do dizer político do presidente. Na seção anterior, observamos a regularidade do enunciado “Eu sou um trabalhador assim como vocês” nos pronunciamentos do presidente; nesta seção, *Lula presidente*, verificamos que o sujeito enunciativo inicia por usar as modalidades lexicais que falam o colocam como um outro, como “o presidente”, “o governo”, em determinadas circunstâncias enunciativas, mas, em processo de transição, ao assumir a referida função política discursivamente, ele passa a atribuí-la ao trabalhador. Passemos aos dados.

Observamos na seleção dos recortes que, em suas primeiras declarações a trabalhadores, em eventos de Primeiro de Maio, Lula enunciava representando-se como se a função política de presidente fosse algo externo, conforme observamos nas sequências discursivas de referência SDR IX e SDR X referentes respectivamente aos anos de 2003 e 2004. Na SDR XI, de 2005 (cadeia nacional de rádio e tevê), já observamos uma transição, em que o sujeito enuncia tanto como distante da função, quanto como inscrito na forma sujeito corresponde a seu papel social - cabe ressaltar que este pronunciamento é marcado por anúncios de supostos feitos governamentais conjugados a um discurso de atribuição de poder ao trabalhador. Na SDR XII e na SDR XIII, em 2005 (em palanque) e 2006, Lula torna a se inscrever de forma mais direta na posição de presidente; contudo, representa a si mesmo como presidente próximo aos trabalhadores em 2005, e apresenta seu governo como aquele em que os trabalhadores “constroem sua própria independência”, em 2006 (em cadeia nacional de rádio e tevê). Na SDR XIV, em 2006 (pronunciamento em palanque), constrói um discurso de proximidade com os trabalhadores. Na SDR XV, de 2010, reformula e repete o enunciado de que é um trabalhador e que a “classe trabalhadora” governaria o país através de sua pessoa.

Nestas análises, retomamos Indursky para reafirmar que “A modalidade lexical da quarta-pessoa discursiva evidencia mais fortemente ainda o efeito de não-preenchimento da forma-sujeito” (INDURSKY, 1997, p.85). O distanciamento entre o papel político exercido e a pessoa são instaurados sob a simulação de uma *quarta-pessoa discursiva*: o sujeito fala de si mesmo como se fosse um sujeito exterior à situação de enunciação, dificultando a reversibilidade sobre seu dizer, já que o sujeito “pessoa” e o sujeito “político” seriam supostamente duas pessoas distintas, como afirma Indursky:

a quarta-pessoa discursiva permite que o sujeito fale de si mesmo como se falasse de um outro, realizando, assim, a disjunção entre o sujeito do discurso e o sujeito enunciativo. Tal dissociação afasta-o do papel institucional que exerce. Desse modo,

a quarta-pessoa discursiva representa um modo de indeterminar a superposição entre sujeito do discurso e o agente (INDURSKY, 1997, p.87).

Esta indeterminação sobre o fato de que sujeito do discurso e agente sejam um só é recorrente no dizer do sujeito enunciador de nossa pesquisa, que se utiliza das modalidades lexicais “o presidente” e “o governo” para referir-se a si mesmo ou a si junto a sua equipe administrativa. Por um lado, notamos que em suas primeiras declarações, Lula distanciava-se do papel social de presidente por meio do uso da *quarta-pessoa discursiva*, sendo que, gradativamente, inseriu-se naquele lugar de poder.

Em nosso *corpus*, tal transformação fora notada de modo mais evidente a partir das declarações do ano de 2005. Por outro lado, destacamos que, embora mais identificado ao lugar social ocupado, o presidente construía uma *identidade de trabalhador*, de proximidade com os trabalhadores, como se fora mais um dentre a “classe trabalhadora”. Ressaltamos que a fala pública presidencial revestido de uma materialidade linguística característica de um dizer de trabalhador confere bastante complexidade ao dizer do sujeito político: um presidente que fala como trabalhador, contudo que não abdica ideologicamente da função política que exerce. Como afirmamos anteriormente, para que ocupe o lugar de presidente um sujeito não dirige críticas à função, mas ao exercício da função. Sendo assim não há confronto ideológico com o *status quo*, com o regime de governo, o sujeito apenas alega um *saber-fazer* relacionado a uma suposta capacidade de sanar problemas sociais.

Na seção seguinte, tratamos de outra questão: a memória construída sobre os Primeiros de Maio de 1978 e 1979. Consideramos pertinente trazer esta discussão devido à recorrência e a regularidade com que tais acontecimentos foram retomados pelo sujeito enunciador. A seguir, nossas análises sobre o tema.

3.2.4 Primeiros de Maio memoráveis

Neste tópico, apresentamos a ocorrência da atualização de memória discursiva acerca do Primeiro de Maio de 1979 e Primeiro de Maio de 1980 no ano de 2003, com exposição de recortes dos pronunciamentos dos anos seguintes, que trazem a repetição do enunciado “No 1º de maio de 1980, eu estava preso”. Salientamos que, no Primeiro de Maio de 2010, Lula já não remete ao fato de haver sido preso, embora rememore mais uma vez as greves do ABC. Por esta razão, não expusemos recorte daquele ano.

Trabalhamos sob a perspectiva de Courtine (2006), quando em *Metamorfoses do Discurso Político*, afirma: “Na política, **a memória é um poder**: ela funda a possibilidade de se exprimir, ela abre um direito à fala, ela possui, até mesmo, um valor performativo de proposição eficaz.” (COURTINE, 2006, p.88, grifo do autor). Como temos abordado a questão da legitimidade para dizer, associamos este *poder da memória* a uma autorização prévia de que o sujeito enunciador necessita para falar por aqueles e àqueles a quem diz representar.

Observaremos nos excertos selecionados o modo de funcionamento desta memória acerca dos Primeiros de Maio de 1979 e 1980, aquilo que é enfatizado, destacado, apagado ou silenciado. Entendemos que **não se trata de uma memória individual**, do sujeito Lula, mas, certamente, outras memórias, indizíveis, daqueles que não têm direito à voz, desprovidos de legitimidade, foram esquecidas, descartadas em prol desta memória de um determinado grupo, enunciada por um sujeito que ocupa um lugar de poder.

Destacamos de nosso *corpus* quatro fragmentos para a análise de como o sujeito enunciador Lula se coloca no lugar do “trabalhador oprimido” em busca de sua legitimidade, por meio de enunciado “No 1º de maio de 1980, eu estava preso”:

SDRXVI

É importante lembrar que o grande 1º de Maio feito junto com a Igreja foi com Vinicius de Moraes, no Paço Municipal, no 1º de Maio de 1979. **No 1º de Maio de 80 eu não pude vir à missa, porque estava preso**. Mas vocês fizeram a primeira missa, dentro desta igreja, no 1º de Maio, e já faz 23 anos que todo santo 1º de Maio – não tem sempre tanta gente como tem agora- os mais fiéis, como eu, Frei Betto, os padres, o Vicentinho, o Marinho, estamos aqui, tenha pouca ou muita gente. Pode ter meia dúzia de pessoas – você nem comparece aqui, Gilberto Carvalho – mas nós cá estamos fazendo o nosso 1º de Maio (Luís Inácio Lula da Silva, Missa dos Trabalhadores, São Bernardo do Campo, 01/05/2003).

SDR XVII

Eu me lembro que **eu estava preso em 80**, mas aqui teve uma grande missa. E eu me lembro que a gente não acreditava que, naquela época, a polícia pudesse entrar na sacristia e tivemos que esconder alguns companheiros nossos lá dentro, com a certeza de que a polícia não ia ter coragem de entrar. Não só entrou como soltou bomba de gás lacrimogêneo dentro da sacristia e levou os nossos companheiros presos (Luís Inácio Lula da Silva, Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, Missa dos Trabalhadores e Trabalhadoras “Igreja Dignidade e Trabalho”, 01/05/2004).

SDRXVIII

O 1º de Maio que teve uma ligação entre a Igreja do ABC e os trabalhadores do ABC foi o 1º de Maio de 1979 [...]

Depois, o segundo 1º de Maio foi o de 1980, em que não pude estar presente, com outros companheiros, porque **estávamos presos**. Mas aqui esteve Marisa, a Diretoria do Sindicato e centenas de milhares de trabalhadores que conseguiram produzir, talvez, um dos mais bonitos espetáculos de resistência democrática da classe trabalhadora brasileira. [...]

Quem viveu esse momento viu, possivelmente, o 1º de Maio mais importante que nós fizemos, do ponto de vista da luta, da resistência, com a participação muito forte das mulheres, **até porque eu estava preso** (Luís Inácio Lula da Silva, São Bernardo do Campo, 01/05/2005).

SDR XIX

Mas eu queria dizer para vocês da alegria de poder participar, outra vez, de um 1º de Maio aqui, na região do ABC. Para os jornalistas que são jovens, as jornalistas, para as pessoas que estão aqui nesta Igreja, que são jovens, eu queria lembrar que o nosso primeiro grande 1º de Maio se deu em 1979, ali na Praça da Prefeitura, com a presença de duas figuras extremamente importantes. Uma, hoje é o nosso cardeal dom Cláudio Hummes e a outra o eterno poeta brasileiro, Vinícius de Moraes. Foi um ato marcante.

E, depois, o segundo ato marcante de 1º de Maio, aqui, que muitos de vocês participaram, sobretudo os que têm um pouco mais de idade, eu não pude participar porque **estava preso**, mas a minha família participou, a minha mulher e muitas mulheres que estão aqui participaram de um famoso 1º de Maio em que a polícia militar não queria permitir que houvesse nenhuma manifestação aqui. Terminou que o número de pessoas era muito maior do que o número de policiais e, ao invés da polícia cercar o povo, o povo cercou a polícia (Luís Inácio Lula da Silva, São Bernardo do Campo, Missa em homenagem ao Dia do Trabalhador, 01/06/2006).

O acontecimento do “1º de maio de 1979”³⁴ junto ao “1º de maio de 1980”, retomados em pronunciamentos de 1º de maio de 2003 (Missa dos Trabalhadores), 2004 (Missa dos Trabalhadores e Trabalhadoras), 2005 (Missa de Celebração do Dia do Trabalhador) e 2006 (Missa em Homenagem ao Dia do Trabalhador), funciona como para prestar autoridade para que o enunciador, ainda que no lugar social de presidente, fale nas comemorações do Dia do Trabalhador. O fato histórico sempre destacado destes relatos diz respeito à prisão de Lula em 1980, quando das greves do ABC paulista. Na condição de dirigente sindical, como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Lula fora preso pela repressão policial junto a tantos outros trabalhadores cujas vozes se perderam nessa história. A única referência a que havia outros trabalhadores presos naquele acontecimento está marcada em 2005, quando o sujeito enuncia “estávamos presos”. O *nós político*, por meio do *eu ampliado*, agrega em um conjunto de *não-pessoas discursivas* outros sujeitos, a quem não são dados nomes, nem história.

Em contrapartida, a figura de Lula despontava na mídia, posto que as greves do ABC paulista foram televisionadas, repercutiram em jornais, revistas, tevê, rádio e

³⁴Data de lançamento da Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores (Harnecker, 1990, p.179).

aconteceram no período de declínio do regime militar³⁵. A história retomada por meio da *memória discursiva* inscrita no pronunciamento do presidente evidencia sua atuação como liderança nas mobilizações dos trabalhadores da região do ABC. A participação destacada deste sujeito político nesta história discursivizada confere legitimidade a sua ação política nesse outro momento histórico, de presidência da República. Mais uma vez, estamos diante da construção discursiva da *ação bem fundamentada*: a historicidade do dizer funciona de modo a autorizar esse sujeito a falar naquele lugar (São Bernardo do Campo), naquele momento (Primeiro de Maio), para aquelas pessoas (trabalhadores).

Ao enunciar “estava preso”, em todas as sequências apresentadas, Lula constrói uma imagem para si de que lutou pelos trabalhadores, visto que a prisão referida não seria qualquer tipo de prisão. A menção a esta prisão legitima, já que ela pressupõe em si uma história de resistência política. Não se trata de uma prisão qualquer, mas uma prisão emblemática: no dia dos trabalhadores, devido ao fato de que aquele sujeito dirigia greves, naquela região. Por conseguinte, presume-se que o sujeito é herdeiro de uma história de luta e resistência dos trabalhadores do ABC, pois teria lutado pela “classe trabalhadora”. Esta estratégia constitui parte das características do discurso político:

além da memória de uma organização, o discurso se pretende depositário daquela de toda classe operária; ele é seu patrimônio verbal, “a herança das lutas” conduzidas em seu nome, a recolha de um saber dos combates travados e da “experiência adquirida”. O discurso extrai sua legitimidade do fato de falar em nome de: da história, dos mortos (COURTINE, 2006, p. 89, grifo do autor).

Os pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores apresentam algumas semelhanças com aqueles do discurso comunista abordado por Courtine (2006), contudo **não categorizamos seu discurso como comunista**, acreditamos que, para além da aparência, existem influências históricas que justificam a forma pela qual esses enunciados emergem. Atribuímos essas características ao fato de Lula enunciar a partir de um grupo heterogêneo de trabalhadores ativistas desde a formação do PT, em cuja composição, socialistas, comunistas, leninistas-trotskistas, católicos moderados, dentre outros militantes, disputavam a direção e os rumos do partido. Conforme Rodrigues:

No plano ideológico, resulta daí a mistura, nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado da Teologia da Libertação. A tudo isso deve-se acrescentar uma dose de nacionalismo terceiro-

³⁵As greves do ABC paulista foram também objeto do documentário “ABC da Greve”, que retrata a organização do movimento paredista dirigido por Luís Inácio Lula da Silva. Produzido por Leon Hirszman, no ano de 1979, concluído em 1989, após sua morte (ABC da Greve, 1990).

mundista, outra de antistalinismo e outra de pragmatismo sindical. Desse modo, realmente o PT deve ser entendido como algo novo na história dos partidos brasileiros e dos partidos de esquerda (RODRIGUES, 1990, p.9).

Sendo assim, ainda que silenciadas ou apagadas, estas vozes retornam e ecoam no discurso de Lula, pela materialidade linguística, forma em que o discurso se inscreve, e pelo *interdiscurso*, reformuladas, de modo que não afetem a coerência do dizer do sujeito. Entendemos que, a despeito de Rodrigues (1990) referir-se a um momento distante da história de formação do Partido dos Trabalhadores, esta composição inicial do partido ainda deixa vestígios históricos no dizer do presidente, mais de vinte anos depois.

Além da formação do Partido, consideramos também a formação do próprio movimento sindical brasileiro que, desde sua constituição, início do século XX, mostra-se bastante heterogêneo: “Socialismo, anarquismo, cooperativismo, cristianismo social, comunismo, dentre outras propostas, foram incorporados à organização dos trabalhadores, com adaptação à realidade local” (MATTOS, 2003, p.8). Esta heterogeneidade ideológica também está marcada na composição do Partido dos Trabalhadores, que sempre teve dirigentes sindicais como principais líderes.

Enunciando a partir de um segmento social constituído por grupos filiados a diversas ideologias, o sujeito político se reafirma como liderança em um acontecimento histórico marcante na história do Brasil, quando atuava como *porta-voz* dos trabalhadores em greve. O fato de ter sido preso em decorrência de dirigir as greves é repetido; entretanto, a retomada da crítica de que parte dos trabalhadores o viam como “traidor” em 1979 é feita apenas no primeiro pronunciamento, sendo apagada nos pronunciamentos posteriores. A seguir, apresentamos a sequência em que emerge o enunciado sobre o referido conflito com parte dos trabalhadores em mobilização:

SDR XX

Eu não me esqueço nunca, e me marca profundamente, o ano de 1979. Aqui há muitos companheiros daquela época e nós tivemos, possivelmente, um dos melhores acordos que o sindicato já fez. Eu tinha preparado a categoria para uma guerra, não para uma greve. E qualquer que fosse a proposta que não fosse 100%, os companheiros achavam pouco. Não sei se dom Cláudio está lembrado, foi a assembléia mais difícil da minha vida, e cada vez que alguém tentava falar num acordo, tomava vaia dos trabalhadores. **Eu consegui convencer os meus companheiros a aceitarem o acordo, mas foi o ano mais difícil da minha vida, porque os trabalhadores voltaram para dentro da fábrica com a sensação de que eu tinha traído todos eles.** Uma sensação de que a greve deveria ir até as últimas consequências. Foi o ano mais duro da minha vida sindical. No ano de 1980, eu pensei com meus botões: “se os trabalhadores acham que podem levar a greve até o limite do impossível, vão levar”. E vocês estão lembrados que, com 41 dias, a greve terminou e eu estava preso ainda. E aquela foi a greve em que nós mais

perdemos economicamente, não ganhamos absolutamente nada. Milhares de trabalhadores foram mandados embora. **Entretanto, o ganho político que nós tivemos resultou na criação do PT, na criação da CUT e na chegada daquele líder do sindicato à Presidência da República** (Luís Inácio Lula da Silva, 01.05.2003).

A imagem de “traidor” se deu por conta do encerramento das greves do ABC paulista, dirigidas por Lula, no ano de 1979. Para um dirigente sindical, esta imagem deslegitima sua capacidade, provoca a perda de sua credibilidade enquanto sujeito político. Para liderar movimentos e manifestações referentes a reivindicações dos trabalhadores, um líder não pode ser visto como um traidor. Observamos que a menção ao fato de que alguns trabalhadores viam Lula como traidor naquelas circunstâncias históricas será apagada, sendo realçada somente sua função de líder das grandes greves do ABC, tidas como as mais importantes greves dos setores operários no Brasil.

Em contraposição ao enunciado “os trabalhadores voltaram para dentro da fábrica com a sensação de que eu tinha traído todos eles”, marcado pelo valor disfórico da “traição”, Lula destaca supostos ganhos com aquela decisão política de encerrar a greve. A construção de valor eufórico está inscrita no enunciado “Entretanto, o ganho político que nós tivemos resultou na criação do PT, na criação da CUT e na chegada daquele líder do sindicato à Presidência da República”. Emerge do *interdiscurso* uma fala que atravessa o dizer do presidente, referente a uma não unanimidade de sua figura política dentre os trabalhadores. Tal *discurso* se inscreve no dizer do sujeito político sob reformulação, pois a disforia contida na imagem de “traidor” é convertida para algo supostamente positivo. Lula apresenta o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores como entidades que teriam valorização positiva para os trabalhadores, além de, mais uma vez, falar de si como se fosse um outro, utilizando-se da *quarta-pessoa discursiva (daquele líder)*.

Como expusemos, a atualização da memória sobre o percurso do sujeito enunciativo até sua chegada à presidência é recorrente nos pronunciamentos dirigidos a trabalhadores, com vários acontecimentos em destaque, exceto aquele da desconfiança de parte dos trabalhadores com relação a ele. O enunciativo se detém, mais especificamente, no acontecimento histórico das greves do ABC paulista. Esta retomada se deu, precisamente, nas declarações proferidas em sindicatos, na igreja ou em eventos organizados por centrais sindicais. Quando da aparição do presidente para declarações em razão do Dia do Trabalhador

em rádio e tevê³⁶, em 30 de abril de 2005 e 30 de abril de 2006 o sujeito enunciador não narrou sua trajetória política no movimento sindical, tal memória fora reconfigurada em seu dizer nesta modalidade de pronunciamento sob a expressão “Como ex-líder sindical”³⁷ (SDR VII, 30/04/2006) (a partir daí fala acerca de supostos aumentos salariais para os trabalhadores).

Em especial, nos pronunciamentos na tradicional missa dos trabalhadores, em São Bernardo do Campo, o presidente assume uma posição de que fora eleito pelos trabalhadores, de que representa a “classe trabalhadora”, legitima-se por meio da retomada da história das greves do ABC paulista, como se fosse herdeiro de mortos e heróis anônimos que lutaram pelos trabalhadores. No entanto, tal história de luta acaba por ser restringida e limitada a uma luta pela chegada de um único sujeito político ou partido ao poder, aqueles que se reivindicam legítimos representantes dos trabalhadores.

Na seção que segue, faremos um breve resumo das constatações a que chegamos por meio de nossas análises, levando em consideração como o sujeito político Lula se constitui como sujeito enunciador em seu dizer, observando regularidades e transformações inscritas em seu discurso.

3.2.5 Regularidades e transformações no dizer do sujeito enunciador

A finalidade do presente tópico consiste em sistematizar as regularidades e transformações observadas no dizer do sujeito enunciador de nossa pesquisa, tendo em vista que consideramos um período que abrange seus dois mandatos presidenciais, de 2003 a 2010, no decurso do qual, constatamos significativas mudanças em sua fala pública ao longo desse recorte de tempo.

Inicialmente, ressaltamos que Lula faz pronunciamentos nos quatro primeiros anos de mandato, no Dia do Trabalhador. Nos três primeiros anos do segundo mandato, não

³⁶Atribuímos esta mudança a uma ampliação da gama de interlocutores: a saudação do presidente se dá de forma mais generalizada, “amigos e amigas”, embora delimite “companheiros trabalhadores”, transmitindo sua própria percepção de que se dirige a um público mais extenso, como de fato é o público de um pronunciamento transmitido por rádio e tevê -público invisível, que pode ouvir e ver o sujeito enunciador, mas com quem este sujeito não poderá interagir naquela instância enunciativa.

³⁷Houve pronunciamento para o Primeiro de Maio de 2010, em cadeia nacional de rádio e tevê, porém esta declaração não integra nosso *corpus*, visto que não fora publicada no site oficial da Presidência da República. Neste pronunciamento, não há qualquer manifestação acerca da carreira como dirigente sindical. Ver em: <http://www.youtube.com/watch?v=qrJ7rF-jSSA>

faz declarações, mas envia o então Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, em 2008, aos eventos das centrais sindicais aliadas. Por fim, em 2010, participa das comemorações de Primeiro de Maio de quatro centrais sindicais e da comemoração realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, além de fazer pronunciamento com transmissão por rádio e tevê.

Nos dois primeiros pronunciamentos do presidente Luís Inácio Lula da Silva a trabalhadores em Primeiro de Maio, nos anos de 2003 e 2004, ambos acontecidos na tradicional missa dos trabalhadores, se dá uma legitimação por referências a sujeitos políticos presentes e a memórias atualizadas acerca de sua trajetória política de líder sindicalista, tendo como objeto legitimado o dizer sobre a reafirmação de promessas de campanha e anúncios de supostas ações de governo. Observamos a manifestação sobre a proximidade do PT com a Igreja Católica e a memória sobre a repressão policial aos movimentos grevistas do ABC paulista. Lula fala do presidente da República como se fosse um outro, uma *quarta-pessoa discursiva*. Afasta-se da posição daquele que cobra do governo, já que assume o governo. E, por fim, coloca no futuro as aspirações de uma “vida de sonho” para o país. O pronunciamento de 2005 na Missa dos Trabalhadores traz as mesmas características.

Também em 2005, o sujeito faz declaração veiculada por rádio e tevê. Neste pronunciamento, ocorrem mudanças significativas no dizer do presidente: não há nomeação de pessoas e o presidente exterioriza-se com relação ao trabalhador para logo em seguida reinsere-se discursivamente no grupo. Emergem críticas dirigidas a governantes antecessores, não aos cargos ou funções ocupadas por eles, característica própria do discurso político predominante no regime de democracia representativa. Mais uma vez, reaparece uma história de “sindicalista combativo”, que lhe autoriza a enunciar *para* os trabalhadores. O sujeito faz exposição de um *saber-fazer* agregado a supostas dificuldades sociais enfrentadas pelo presidente, ao mesmo tempo em que anuncia supostos feitos seguidos de justificativas para metas abaixo de uma provável expectativa dos eleitores. Reincide o enunciado sobre um futuro promissor.

Os anos de 2005 e 2006 têm em comum o fato de que o presidente Lula faz pronunciamentos em cadeia nacional por rádio e tevê. Tais pronunciamentos são bastante marcados por informes de supostos feitos do governo e pelo apagamento da memória acerca de sua prisão nos anos 80 em São Bernardo do Campo. Particularmente, 2006 é ano de campanha eleitoral, quando o presidente submete sua candidatura à reeleição. Em transmissão

por rádio e tevê, tem-se um público ainda mais heterogêneo de alocutores, com os quais não se tem contato visual, não há palanque, nem altar de igreja, sendo que somente os interlocutores tem acesso áudio-visual ao sujeito que enuncia. Nestas circunstâncias, a enunciação do sujeito se torna mais direta e genérica.

No ano de 2007, não houve pronunciamento. Em 2008, houve pronunciamento relativo ao lançamento da carteira de trabalho informatizada e do cartão de identificação do trabalhador, no dia 30 de abril daquele ano. O presidente então justificou sua ausência nos atos: “fui convidado para ir nos três 1º de maio e eu não posso ir a nenhum porque não dá para ir nos três e eu não posso privilegiar uma Central. De qualquer forma, Lupi, fale bem de mim no palanque” (Luís Inácio Lula da Silva, palácio do Planalto, 30/04/2008).

Em 2009, também não houve pronunciamento acerca do 1º de maio. Em 2010, Lula, acompanhado da candidata à presidência Dilma Rousseff, compareceu a atos organizados pelas Centrais, CUT (Central Única dos Trabalhadores, dirigida pelo Partido dos Trabalhadores), CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, dirigida pelo Partido Comunista do Brasil) e Força Sindical e CGTB (Central Geral de Trabalhadores do Brasil). Todas as referidas organizações são dirigidas por partidos aliados ao governo petista. O presidente volta ainda a São Bernardo do Campo, também com a candidata à presidência.

Como regularidade nos pronunciamentos selecionados para esta pesquisa, constatamos a construção de *identidade de trabalhador* no dizer do presidente. De 2003 a 2010, ocorre a repetição de que *Lula é um trabalhador, a encarnação dos trabalhadores no poder*. Este enunciado é mais evidente em declarações feitas em palanque, quando o sujeito enunciador deposita maior ênfase nesta construção. Contudo, nos pronunciamentos em rádio e tevê, também observamos a retomada deste discurso, embora de modo mais conciso e contido. Nas declarações transmitidas em cadeia nacional, o sujeito tende a identificar-se mais ao papel social ocupado por meio de anúncios de supostos feitos do governo e promessas de um futuro melhor.

Constatamos que, em suas primeiras declarações em Primeiro de Maio como presidente, Lula utiliza-se da *quarta-pessoa discursiva* para referir-se a si mesmo como sujeito político presidente, enunciando “o presidente” ou “o governo” em vez de utilizar-se da primeira pessoa do singular para tal dizer. A partir de 2005, em seu pronunciamento em cadeia nacional, Lula começa a inscrever-se discursivamente na forma-sujeito correspondente ao papel exercido, utilizando-se de verbos em primeira pessoa para tratar de assuntos

governamentais. Em contrapartida, quando se insere no lugar de presidente, reforça ainda mais a construção de uma relação de proximidade com o trabalhador.

Por fim, no conjunto das *seqüências* selecionadas, pudemos observar traços característicos do discurso político contemporâneo, tais como *memória de curta duração, manifestação de formulações sincréticas e concisas, dialógicas, conversacionais e desierarquizantes, e utilização de modalidades enunciativas personalizadas e ritmos dinâmicos em sua transmissão* (PIOVEZANI, 2009, p. 349).

Em resumo, como demonstrativo de cada um destes traços, apresentamos o seguinte quadro:

1) Memória de curta duração: a retomada discursiva de um acontecimento histórico mais distante diz respeito à citação das greves do ABC paulista, não por acaso, já que fora protagonizado pelo próprio presidente, veiculado nos principais meios de comunicação do Brasil. Silenciadas outras greves que antecederam aquela do ABC paulista, como a greve dos bancários de 1935; a greve dos 300 mil em São Paulo de 1953; a greve da Paridade dos trabalhadores em transportes de 1960; a greve dos Metalúrgicos de Contagem e Osasco de 1968, dentre outras (MATTOS, 2003, p. 73-75). Tantos movimentos de luta e resistência política de trabalhadores por todo o país são apagados em função da retomada discursiva do acontecimento da greve do ABC, cujo principal dirigente foi o próprio. Ou eles passaram a ter consciência política somente após a entrada de Lula na vida política? Inclusive, como pudemos notar, a memória relatada restringe-se àquela de que o presidente dirigia as greves, em detrimento da memória daqueles que o viam como “traidor”, devido às negociações daquele dirigente com os empresários.

2) Manifestação de formulações sincréticas e concisas são mais observáveis em pronunciamentos veiculados por rádio e tevê, quando o presidente agrega todos os sentidos em circulação sobre sua trajetória política como dirigente na formulação “como ex-líder sindical”, por exemplo. Formulações dialógicas, conversacionais e desierarquizantes emergem tanto em tevê quanto no palanque, principalmente quando o presidente atribui o seu governo aos trabalhadores, colocando-se como um igual a seus interlocutores, retirando de si a responsabilidade política pela gestão do Estado.

3) As modalidades enunciativas personalizadas se fazem presentes quando interpela a seus interlocutores como “companheiros trabalhadores”, além da ausência de marca de hierarquia, especifica o público a quem destina seu dizer.

4) No que diz respeito aos ritmos dinâmicos em transmissão, percebemos também diferenças entre os pronunciamentos proferidos em palanque e em cadeia nacional: em palanque, o presidente tende a demorar-se mais nas considerações sobre sua trajetória política para adentrar os assuntos do governo; em rádio e tevê, como já afirmamos, as declarações são mais diretas, com marcas de legitimação mais precisas.

Por fim, avaliamos que o sujeito político Lula, assim como lançamos em nossas hipóteses de pesquisa, constrói uma *identidade de trabalhador* para dirigir-se a trabalhadores, sendo que, mesmo quando se identifica ao papel social de presidente, apresenta-se como o presidente que conhece as mazelas dos trabalhadores, é próximo aos trabalhadores e, em decorrência destas qualidades, já foi autorizado a falar *em seu nome*, passando a falar *para* eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tivemos como motivação primeira realizar a problematização da constante retomada da seguinte formulação: *Lula, o primeiro operário a chegar à presidência da República*. Quando iniciamos nossas reflexões, pensamos sobre o modo como essa construção discursiva se constituiu, em que ela se fundamenta e se sustenta para provocar tamanha adesão. Em seguida, passamos a observar que, mesmo para refutar as ações políticas do PT, este mesmo enunciado era resgatado. Quando, finalmente, atentamo-nos para o dizer do sujeito Lula, percebemos o quanto esta formulação estava marcada em suas próprias declarações. Logo, começamos a considerar a possibilidade de que o anúncio das origens do presidente (trabalhador, operário, metalúrgico, sindicalista) acabava por tornar-se um forte procedimento de legitimação de sua fala pública. E entendemos que ocorre uma identificação de grande parte da sociedade brasileira com esta representação, reforçada discursivamente nos pronunciamentos do presidente Lula³⁸.

Diversos são os atores sociais que participam da construção da ideia de que se teve um *presidente operário* no Brasil: mídia (tevê, rádio, jornais, sites...), partidários, opositores e o próprio sujeito considerado por nossa pesquisa. Ressaltamos que a formulação da identidade de trabalhador para Lula se dá em *co-construção*, posto que muitos são os sujeitos que participam deste processo. No entanto, partimos, particularmente, para o dizer do presidente Lula: o que ele diz sobre si mesmo ao dirigir-se a trabalhadores.

Em noções teórico-metodológicas da AD peuchetiana e em contribuições de autores que se debruçaram sobre o discurso político, buscamos fundamentos para as análises dos procedimentos de legitimação do dizer político nos pronunciamentos do presidente Lula a trabalhadores, nos eventos de comemoração de 1º de maio, de 2003 a 2010. Tentamos elucidar três questões: a) como a materialidade linguística dos pronunciamentos do presidente Lula legitima seu dizer político b) se, assim como quando líder sindical, Lula continua a posicionar-se na função de *porta-voz* c) Quais são as ancoragens discursivas pessoais, espaciais e temporais que permitem ao sujeito que se estabeleça como *porta-voz* dos trabalhadores?

A partir de nosso trabalho analítico, pudemos observar que a materialidade linguística dos pronunciamentos do presidente Lula evoca uma construção de *identidade de trabalhador*, que presta autoridade ao sujeito do discurso para que se situe na função de

³⁸ Acreditamos que para haver adesão, há uma identificação anterior: Lula fora eleito e reeleito com altos índices de aprovação pelos brasileiros.

porta-voz dos trabalhadores. A autoridade se sustenta em ancoragens discursivas espaciais e temporais, como a retomada do acontecimento da Greve do ABC paulista, em que Lula atuava também como *porta-voz*: a construção discursiva de uma memória de luta em nome dos trabalhadores confere legitimidade ao dizer do presidente. As ancoragens embrenham-se também em citações de outros sujeitos políticos presentes nos palanques dos eventos, sobretudo dirigentes sindicais e líderes da Igreja Católica.

A legitimidade construída funciona por meio da *filiação* do sujeito ao grupo em nome do qual enuncia: a autorização para falar pelos trabalhadores está associada ao pertencimento daquele sujeito a este segmento que diz representar. Por conseguinte, o pertencimento reclama a suposição de saberes partilhados com os trabalhadores. Tais saberes implicam um suposto *saber-fazer* que qualifica o presidente para a função política que exerce. E, como sujeito político inscrito e identificado ideologicamente ao regime de democracia representativa, o enunciador *nunca direciona críticas à função política* exercida ou ao regime de governo, mas atribui a si mesmo uma *potência interventora* para transformar a realidade social. Além da legitimação pela filiação ao grupo que representa, legitima-se por sua *formação* de líder sindical, e por seu *mandato*, assumido por duas vezes devido a seu alto índice de popularidade.

Entendemos que o apelo desta modalidade de representação se configura em um processo discursivo bastante complexo, pautado em uma relação política construída discursivamente entre *porta-voz* e *trabalhadores*. Este *porta-voz* não retoma a voz daqueles que representa, atua como mediador, contudo, quando toma o poder, seu papel se atualiza como o de mero representante. O confronto discursivo desse sujeito político com o governo é anulado, já que ele próprio ocupa o lugar de presidente. Neste sentido, passa a dirigir suas críticas a abstrações: o analfabetismo, a pobreza, a inflação, o desemprego, a fome, a injustiça social.

A partir da observação do funcionamento discursivo das declarações do sujeito enunciador, tentamos demonstrar como a materialidade linguística do sujeito político presta legitimidade e credibilidade a seu dizer, ainda que ocupe o *lugar-social* de presidente, cuja função desde sempre está relacionada a proteger os interesses de um Estado instaurado e investido de poder. Afinal, não houve ruptura alguma com o modo de produção capitalista, ainda vigente, ainda dominante, ainda pautado na exploração de trabalhadores. A própria eleição de sujeitos políticos que se assemelham ao povo que representam é uma demonstração de que este sistema político se transformou, adequando-se e moldando-se às transformações da realidade social devido às turbulências e questionamentos por que passa. Ainda que tenha

havido transformações na gestão deste sistema, não houve ruptura, ou seja, não existe governo dos trabalhadores.

Um presidente que fala como trabalhador não poderia ser entendido pela ótica apresentada por Pêcheux (1990, p.12) nesta colocação: “O poder da burguesia tende ao invisível, para se exercer com mais eficácia; ao mesmo tempo, ele se encarrega sistematicamente de observar as classes dominadas para melhor assujeitá-las”? A associação entre a chegada de Lula à presidência e o crescimento da consciência política da classe trabalhadora remete à ideia de que os trabalhadores estariam mais do que representados: estariam eles próprios exercendo o poder através do presidente, consequentemente, contemplados pela democracia, como se o fato de estarem representados bastasse por si só para que já estivessem satisfeitos.

Ao afirmar que a sociedade tomou para si a responsabilidade de governar, Lula coloca-se como a encarnação identitária de toda a sociedade brasileira, afastando de si mesmo e de seu partido o protagonismo sobre as decisões políticas acerca dos rumos do país – desta forma, constrói-se, mais uma vez, um efeito de sentido de que o povo teria pleno domínio sobre a administração do Estado.

A menção ao fato de que é oriundo do povo é uma estratégia recorrente nos pronunciamentos de Lula, amplamente retomada tanto por opositores quanto por partidários. A ação discursiva de colocar-se no lugar do outro, como conhecedor de uma determinada causa ou situação, portador de experiência sobre determinado tema, confere legitimidade a seu dizer. A figura do *porta-voz* surge e, tomando a voz do outro, não permite que o outro fale por si. No caso, o trabalhador desempregado, por exemplo, pode sentir-se privilegiado por ter esse presidente construído à sua *imagem e semelhança*, que entende e fala com propriedade sobre suas necessidades e mazelas.

Apresentar-se como ex-líder sindical ao dirigir-se a trabalhadores, ocupando o *lugar social* de presidente; chamar por amigo ou companheiro seus enunciatórios, que são eleitores, reforça a imagem de que seria um igual, aquele que se originou das massas e do movimento operário, portanto, confere efeitos de verdade a seu dizer. Além disso, no que diz respeito a acordos salariais, por ter sido um dos sindicalistas que esteve à frente das maiores greves já organizadas no Brasil, o que é sabido por todos e lembrado nestas constantes retomadas (ex-líder sindical, ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos), seria justo no atendimento às reivindicações trabalhistas. Esta imagem é reiterada continuamente em pronunciamentos a trabalhadores sindicalistas junto à ideia de que não se trata de um presidente como os outros por ter uma trajetória de vida de um trabalhador brasileiro.

Mais uma vez, notamos que o sujeito enunciador associa seu mandato a uma plena encarnação do conjunto de trabalhadores brasileiros, que *constroem a nação por meio do trabalho*, e que, naquele momento, teriam a chance de governar o país através do presidente eleito.

Segundo Rosanvallon (1998), o regime democrático encontra-se em crise desde meados de 1890, gerando insatisfação e dúvidas, como se se tratasse de um ideal inacabado, traído ou desfigurado. Entendemos que esta relação de identificação com trabalhadores no discurso de um presidente é apaziguadora, no sentido de que o povo representado em um governante será um povo que não irá às ruas. O protagonismo de construir sua independência com as próprias mãos ainda se trata de uma ficção.

Estamos diante de uma nova configuração política: a eleição de representantes que se assemelham ao povo, que têm “autoridade” para discorrer sobre problemas sociais *por tê-los vivido*. A semelhança implica a identificação, conseqüentemente, reconhecimento e apaziguamento de possíveis conflitos sociais, estabelecida por conta deste emaranhado de fios discursivos. Entendemos, entretanto, que, por se tratar ainda de um representante que exerce um cargo político, seu dizer está sujeito a desconfiças e a descrédito, que podem ser notados por meio de fragmentos do interdiscurso que emergem na materialidade linguística de seus pronunciamentos.

Diante de um quadro de crise de representação no regime democrático, podemos observar como os governantes reinventaram a si mesmos conforme a sociedade se transformava. As insatisfações permanecem, mas o modo de governar muda, à medida que a história se movimenta. Por meio deste trabalho, não pretendemos personalizar uma análise, mas observar - a partir da inscrição ideológica de um governante em uma FD dominante, capitalista, dotada, porém, de enunciados oriundos de uma FD antagônica, a dos trabalhadores - como se dá uma transformação histórica do dizer político no regime *democrático*, que se reinventa para continuar em larga medida sendo o mesmo.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. Formação Discursiva: uma noção muito ambígua? In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.) **Análise de Discurso**: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

CAZARIN, Ercília Ana. **Identificação e representação política**: uma análise do discurso de Lula. Unijuí: Ijuí Editora, 2005.

_____. A migração de Lula de uma para outra posição-sujeito. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 32, p. 11-24, Niterói, RJ: Letras & Infovias, 2006. Disponível em: <www.uff.br/cadernosdeletrasuff/32/artigo1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

COULOMB, M. **Pensamento sobre o corpo, o corpo pensado**: corpo, encarnação e representação política. In: V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ciclo de Palestras em Linguística. São Carlos, 2011.

COURTINE, J.J. [1981]. **Análise do discurso político** - O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades. In: **Análise do discurso**: herança, métodos e objetos. Vanice Sargentini e Maria do Rosário Gregolin (Orgs.) São Carlos: Editora Claraluz, 2008a. p.11-19.

_____. **História do Corpo**: As mutações do olhar: O século XX. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.

_____. **História do Rosto**. Lisboa: Teorema, 1995.

_____. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. Os deslizamentos do espetáculo político. In: **Discurso e Mídia**: a cultura do espetáculo. Maria do Rosário Gregolin (Org.). São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34

CRUZ, Márcio Alexandre. L'école française d'Analyse de discours et le saussurisme: rupture ou continuité? **Mémoire** (DEA de Sciences du langage). Université de Paris III/ Sorbonne Nouvelle, Paris, 2005.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo I**: O campo do signo, 1945-1966. Ensaio: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964**: discurso e ideologia. 1a ed. São Paulo: Atual, 1988.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição, SANTOS, Elmo José dos (Org.). **Estudos da Língua(gem):** Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. [1971]. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível:** o discurso na história da linguística. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.

GREGOLIN, M.R [2005]. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades.** Disponível em: <<http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

HARNECKER, Marta. **O sonho era possível.** A história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas. São Paulo: Casa América Livre, 1994.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise de Discurso:** Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2.ed. rev. e amp. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise (Org); HAK, Tony (Org). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje.** Campinas: Pontes, 2003.

_____. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice (org.). **Legados de Michel Pêcheux:** inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni. **Gestos de leitura:** da história ao discurso. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. Análise do Discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI, S. **Discurso e Textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Propaganda Política e Língua de Estado: Brasil, um país de todos. In: **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012

OSAKABE, Haqira [1979]. **Argumentação e discurso político**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAVEL, Thomas. **A miragem lingüística**: ensaio sobre a modernização intelectual. Tradução de Eni Orlandi, Pedro Souza e Selene S. Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. A língua inatingível. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011a.

_____. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011b.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise (Org); HAK, Tony (Org). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise (Org); HAK, Tony (Org). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos 19**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

_____. Língua, linguagens, discurso. In: **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. Piovezani, Carlos (Org.); Sargentini, Vanice (Org.). São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político**— O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise de Discurso**: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2.ed. rev. e amp. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011b.

_____. Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. In: **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras/UFRGS**, n. 4, p. 35-55, out. 1998.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. In: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. ORLANDI, Eni (Org.) 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011c.

PIOVEZANI, Carlos. Legados de Saussure para a Análise do discurso: reflexões sobre a história da Lingüística. **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, São Paulo, 37 (3): 33-42, set.-dez. 2008.

_____. **Verbo, Corpo e Voz**: dispositivos de fala pública e produção de verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PUECH, Christian. L'émergence de la notion de 'discours' en France et les destins du saussurisme. **Langages**, Paris, n. 159, p. 93-110, 2005.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos**: escritos de sociologia política. São Paulo: Editora Ática, 1990.

ROSAVALLON, Pierre. **Le peuple introuvable**. Paris: Gallimard, 1998.

_____. **La légitimité démocratique**. Em: <
http://epibesancon.fr/Contrib_react_CR_Debats/legitimite_democratique.pdf>. Acesso em: 10 agosto 2012.

SARGENTINI, Vanice. As relações entre a Análise do Discurso e a História. **A (des) ordem do discurso**. Nilton Milanez, Nádea Regina Gaspar (orgs.). São Paulo: Contexto, 2010. p.95-102.

_____. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o *corpus* na análise do discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.) **Análise de Discurso**: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

_____. Identidade do trabalhador no imaginário do povo. In: **Sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 79-92.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

Documentos

Pronunciamentos DE LULA. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos>>. Acesso em: 20 jul. de 2012.

Documentário

ABC da greve. Direção: Léon Hirszman. Produção: Carlos Augusto Calil. Roteiro: Léon Hirszman, 1990. 1 filme (75 min), son., preto e branco, 35mm.

Vídeo

Pronunciamento DE LULA . Cadeia nacional de rádio e tevê. Primeiro de Maio de 2010. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=qrJ7rF-jSSA>>. Acesso em: 20 nov. de 2012.

ANEXOS

ANEXO I

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na missa dos trabalhadores: “A esperança é fruto de nossa resistência” São Bernardo do Campo – SP, 1º de maio de 2003

Eu quero cumprimentar o bispo desta Diocese, Dom Ailton, Quero cumprimentar o meu companheiro cardeal de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, Quero cumprimentar todos os padres aqui presentes, em especial o meu querido Padre Adelino, companheiro de velhas e longas jornadas na região do ABC e São Bernardo do Campo, nos momentos em que as missas não eram feitas com a tranquilidade com que estamos fazendo esta, nos momentos em que a polícia não estava aqui para nos guardar, mas para nos bater.

Eu quero dizer, Padre Adelino, que a sua trajetória política como padre do nosso país faz parte da história do movimento sindical brasileiro, da história do PT e da história deste que vos fala. Quero agradecer a presença dos nossos deputados federais, estaduais, dos nossos prefeitos, dos nossos dirigentes sindicais, dos nossos ministros e ministras, dos nossos senadores e, sobretudo, dos companheiros e companheiras presentes a este 1º de Maio. É importante lembrar que o grande 1º de Maio feito junto com a Igreja foi com Vinicius de Moraes, no Paço Municipal, no 1º de Maio de 1979. No 1º de Maio de 80 eu não pude vir à missa, porque estava preso. Mas vocês fizeram a primeira missa, dentro desta igreja, no 1º de Maio, e já faz 23 anos que todo santo 1º de Maio – não tem sempre tanta gente como tem agora – os mais fiéis, como eu, Frei Betto, os padres, o Vicentinho, o Marinho, estamos aqui, tenha pouca ou muita gente. Pode ter meia dúzia de pessoas – você nem comparece aqui, Gilberto Carvalho – mas nós cá estamos fazendo o nosso 1º de Maio.

Na vida de um ser humano acontecem muitas coisas que normalmente ele não prevê que vai acontecer. Na minha vida, até a fundação do PT, quase tudo aconteceu sem que eu esperasse. Aconteceu porque tinha que acontecer, porque, como eu acredito em Deus, eu penso que Deus fez acontecer. Eu nunca, na minha vida, dom Cláudio, tinha pensado em ser dirigente sindical. Aliás, meu irmão mais velho me convidava para o sindicato e eu nunca aceitei, porque eu achava uma coisa tremendamente chata as discussões que, normalmente, eu não entendia. Eu vim ao sindicato em 1968, pela primeira vez. Houve uma briga no sindicato, não sei porquê, mas houve uma briga. E, por conta da briga, eu passei a gostar de vir e a freqüentar o sindicato.

Um ano depois eu era diretor do sindicato, três anos depois eu era Presidente do sindicato; e eu me lembro que, em 1978, depois da primeira greve, era o meu segundo mandato, e eu disse para dona Marisa: “dona Marisa, este será o meu último mandato. Eu aprovei, numa assembleia, que nenhum Presidente poderia ficar mais que dois mandatos na presidência”. E eu falei: “Eu vou voltar para casa e vamos cuidar da nossa família.” De 1978 até agora, dom Cláudio, já são 25 anos e eu voltei para casa. Ou seja, voltei em parte, em termos. Mas a verdade é que, cada vez mais, eu me “meti em encrenca”. Até que fundamos o PT e um conjunto de companheiros entendeu que este Partido deveria ter um candidato a Presidente da República.

É importante lembrar que, em 1978, eu dizia para quem quisesse ouvir, que eu não gostava de política e tinha ódio de quem gostava. Isso, em 1978. Em 1980, eu já estava fundando o PT; em 1982 fui candidato a governador; em 1989, 1994 e em 1998, a Presidente. E, graças à teimosia de vocês, eu fui eleito Presidente da República e cá estou.

Uma coisa muito importante que eu gostaria, pela relação de amizade que nós temos, há tantos anos, é que os meus companheiros trabalhadores, os desempregados, as mulheres aqui presentes, compreendessem o seguinte: a minha eleição é mais do que a eleição de um homem

para presidir este país. A minha eleição é a consumação de uma história da qual eu sou apenas uma peça. Há muita gente, mas muita gente mesmo, que teve uma importância tremenda para fazer acontecer o que aconteceu no Brasil, e essa pessoa possivelmente esteja desempregada, e a gente não sabe disso. Essa pessoa, possivelmente, esteja passando fome, e a gente não sabe; muitos companheiros nossos, metalúrgicos, até já morreram sem que a gente saiba que eles tenham morrido. Por isso é que eu sempre faço questão de dizer: a minha chegada à Presidência da República é o resultado do crescimento da consciência política da classe trabalhadora brasileira. O mérito, portanto, não é pessoal do Presidente ou do meu Partido, que tem méritos, mas o mérito muito maior é de uma sociedade que acordou e que resolveu tomar para si a responsabilidade de governar o nosso país.

E eu, dom Cláudio, tenho na minha cabeça cada discurso que fiz na vida, cada compromisso que eu assumi em praça pública, programas de governo. Tenho também na minha cabeça a noção de que, se falhar, terá falhado um pedaço da história do Brasil e, possivelmente, passarão muitos anos para que a gente possa reconstruir a esperança que brotou no nosso país. Eu não me esqueço nunca, e me marca profundamente, o ano de 1979. Aqui há muitos companheiros daquela época e nós tivemos, possivelmente, um dos melhores acordos que o sindicato já fez. Eu tinha preparado a categoria para uma guerra, não para uma greve. E qualquer que fosse a proposta que não fosse 100%, os companheiros achavam pouco. Não sei se dom Cláudio está lembrado, foi a assembléia mais difícil da minha vida, e cada vez que alguém tentava falar num acordo, tomava vaia dos trabalhadores. Eu consegui convencer os meus companheiros a aceitarem o acordo, mas foi o ano mais difícil da minha vida, porque os trabalhadores voltaram para dentro da fábrica com a sensação de que eu tinha traído todos eles. Uma sensação de que a greve deveria ir até as últimas conseqüências. Foi o ano mais duro da minha vida sindical.

No ano de 1980, eu pensei com meus botões: “se os trabalhadores acham que podem levar a greve até o limite do impossível, vão levar”. E vocês estão lembrados que, com 41 dias, a greve terminou e eu estava preso ainda. E aquela foi a greve em que nós mais perdemos economicamente, não ganhamos absolutamente nada. Milhares de trabalhadores foram mandados embora. Entretanto, o ganho político que nós tivemos resultou na criação do PT, na criação da CUT e na chegada daquele líder do sindicato à Presidência da República.

Vocês podem ter a certeza de que nós temos consciência de cada compromisso assumido, de cada coisa que nós temos que fazer. Nós temos consciência do problema da moradia e de outros problemas deste país. Não estamos lançando hoje a proposta do Primeiro Emprego, porque nós queremos trabalhar melhor para lançarmos uma proposta que entre em execução imediatamente, porque, para nós, o emprego é uma obsessão. Aquele jovem disse aqui e disse muito bem: “se nós não dermos hoje perspectiva de vida e de futuro para jovens de 17 ou 18 anos, possivelmente, amanhã, eles sejam ocupantes de uma vaga na Febem, pagando por crimes que, muitas vezes, uma situação econômica perversa os obrigou a se cometerem”.

Nós temos consciência de tudo isso, meu querido dom Cláudio e meus companheiros, e podem ficar certos de que a cada 1º de Maio eu estarei aqui, nesta igreja, neste mesmo horário, para, a cada ano, ir prestando contas das coisas que nós vamos fazer.

O que aconteceu ontem, neste país, possivelmente a história futura dará mais importância do que a história contemporânea. Porque, convencer 27 governadores de estado a descerem comigo do Palácio do Planalto – e olha que o PT só tem três governadores – e irmos levar as propostas de reforma ao Congresso Nacional que, numa véspera de feriado, costumeiramente está vazio, mas estava lotado com todos os deputados e senadores, foi um fato histórico fantástico.

Vocês estão lembrados que, quando ganhamos as eleições, algumas pessoas diziam: o dólar vai a 5 reais agora, o risco-Brasil vai para 10 mil pontos, o PT não vai conseguir controlar a economia. Pois bem, dom Cláudio, ontem nós colocamos US\$ 1 bilhão em títulos para vender

no mercado externo. Apareceram US\$ 6 bilhões para comprar, Suplicy, e nós vendemos os títulos pelo maior valor já vendido por um título brasileiro. Ou seja, conquistamos a credibilidade que precisávamos conquistar. E podem ficar certos de que, no momento exato iremos fazer as mudanças que a política econômica exige que sejam feitas.

Tinha gente que achava que o dólar iria para 5 e agora estão reclamando porque o dólar já está a 2,91. E, Vicentinho, se prepare, porque qualquer hora dessas eu entro no Congresso Nacional para lhe comunicar: “Vicentinho, o salário mínimo já vale cem dólares.” Também não queremos que o dólar caia demais, temos responsabilidade com as nossas exportações e precisamos que o dólar se mantenha numa certa estabilidade.

Mas pode ficar certo, meu companheiro dom Cláudio Hummes, que a cada ano eu pretendo vir aqui prestar contas aos trabalhadores, das coisas que estamos fazendo no campo social. Porque se nós não fizermos, dificilmente aparecerá alguém para fazer, num curto espaço de tempo. O que eu quero que todo mundo compreenda é que a nossa responsabilidade é infinitamente maior do que a de qualquer outro Presidente em qualquer outro momento da história deste país. Exatamente porque eu não sou um homem que veio de cima para baixo, eu sou um homem que vocês fizeram brotar do chão da fábrica, entrar na política e virar Presidente da República.

Eu, portanto, sei o que passa na cabeça de cada um de vocês, sei o sofrimento de um desempregado, porque já vivi a crise de 1965, vivendo 11 meses sem emprego, e sei o que se passa na casa de um desempregado. E é por isso que eu não quero passar para história do Brasil como o Presidente que será lembrado porque tem uma fotografia exposta no Salão Nobre do Palácio. Não. Eu quero ser lembrado como Presidente da República pelas políticas sociais que nós implementamos; pela mudança da qualidade de vida de homens e mulheres; e sobretudo, pela qualidade da educação e da saúde que a gente quer implantar neste país.

O nosso ministro da Educação, dom Cláudio, assumiu publicamente o compromisso de alfabetizar 20 milhões de pessoas analfabetas neste país. Não é qualquer coisa. E não é uma tarefa fácil. Se depender só do Governo, certamente o Governo não conseguirá fazer. Mas se o Governo tiver a habilidade de envolver a sociedade brasileira para se tornar sua cúmplice, eu não tenho dúvida de que a gente vai alfabetizar este país. Da mesma forma que o Graziano e o Oded Grajew, que estão aqui e têm a responsabilidade maior pela implantação e execução do Programa Fome Zero. É bem possível que, em quatro anos, a gente não consiga fazer tudo o que se propôs a fazer. Mas eu duvido que em quatro anos alguém já terá feito, na história deste país, mais do que nós vamos fazer pelo povo pobre do Brasil.

É com esses compromissos, meu querido dom Cláudio, que eu participo desse 1º de Maio, reafirmando aqui parte dos discursos que o senhor já conhece, que eu fiz há muito tempo nesta igreja. Quero dizer a vocês, companheiros da Pastoral Operária, que podem ficar certos que todo 1º de Maio, às 9 horas da manhã, o Presidente da República estará aqui para prestar contas do que estamos fazendo neste país.

Muito obrigado e que Deus abençoe todos nós.

ANEXO II

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Missa dos Trabalhadores e Trabalhadoras “Igreja, Dignidade e Trabalho” Igreja Matriz de São Bernardo do Campo - SP, 1º de maio de 2004

Meu caro dom Nelson, bispo da Diocese de Santo André,
 Meu caro dom Ailton, bispo auxiliar,
 Padres,
 Seminaristas,
 Companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras que participam desta missa, alguns há 24 anos,
 Companheiros prefeitos,
 Companheiros deputados,
 Companheiros vereadores,
 Minha querida companheira Marisa,
 Companheiras dos prefeitos que estão acompanhando seus maridos,
 Meus companheiros da Pastoral Operária,
 Meu querido companheiro Frei Beto,
 Meu querido companheiro Marinho,
 Ministros,
 Senadores,
 Dom Nelson, possivelmente, o senhor ficará muito tempo no ABC e Deus queira que possa compartilhar conosco de todos os momentos mais importantes que aqui conseguimos produzir e realizar.

Eu me lembro, no começo dos anos 80 ou no final dos anos 70, do nosso saudoso e querido padre Adelino, que encontrei ontem, em Guariba. Nós comentávamos um pouco os acontecimentos daquela época. E tinha chegado aqui, nesta região, um bispo, na época, um jovem bispo, dom Cláudio Hummes. E me lembro que algumas pessoas diziam para mim: “Olhe, o bispo dom Cláudio é um grande estudioso da Igreja Católica, talvez um grande intelectual. Ele só tem um probleminha: é um pouco conservador.”

Esse bispo jovem, ao começar a atuar com os trabalhadores e com as trabalhadoras do ABC, transformou-se numa das mais extraordinárias referências da Igreja Católica. E quando foi eleito cardeal, a primeira pergunta que a imprensa me fez era o que eu achava de ter indicado um cardeal conservador para ocupar o lugar do nosso querido dom Paulo Evaristo Arns. E eu dizia: olhe, eu convivi com dom Cláudio muitos anos e, em todos os momentos em que o povo precisou dele, não vi um gesto de conservadorismo, não vi um gesto de vacilação, porque ele esteve conosco em todos os momentos da nossa história, seja dos metalúrgicos, seja dos sem-teto, seja dos sem-terra.

E eu não tenho dúvida de que a nossa Diocese continuará nas suas mãos, tendo esse trabalho extraordinário de proteger aqueles que, muitas vezes, não têm proteção.

Eu me lembro que eu estava preso em 80, mas aqui teve uma grande missa. E eu me lembro que a gente não acreditava que, naquela época, a polícia pudesse entrar na sacristia e tivemos que esconder alguns companheiros nossos lá dentro, com a certeza de que a polícia não ia ter coragem de entrar. Não só entrou como soltou bomba de gás lacrimogêneo dentro da sacristia e levou os nossos companheiros presos. Na época, o nosso companheiro Tito Costa era prefeito de São Bernardo do Campo e teve uma participação exuberante.

Toda essa luta que nós fizemos, dom Nelson, não seria possível se não fosse a participação ativa da Igreja. Em todos os fóruns de que participo no mundo inteiro, eu faço questão de

dizer da grande participação da Igreja Católica na construção de todas as conquistas que a sociedade brasileira teve nesses últimos anos. E, certamente, vai continuar tendo. Este é um papel que está reservado aos cristãos e à nossa Igreja Católica, organizar essa sociedade para os fatos importantes. E, dentro da Igreja Católica, tem o papel extraordinário da Pastoral Operária.

Quem já foi militante de base neste país, que andou pelo Brasil, pôde ter consciência de que onde tivesse um movimento de base da Igreja Católica, onde tivesse um padre comprometido com essa luta, a sociedade se organizaria mais rápido. E nós, depois dessa organização, tomamos outras consciências. E hoje vários que estão aqui, dom Nelson, todos que estão aqui, aliás, todos que estão representando alguma coisa enquanto autoridade da sua cidade, do seu município, todos participaram dessas lutas desde 1975, por coincidência, o ano em que dom Cláudio chegou aqui. E todos, hoje, se transformaram em pessoas importantes: prefeitos, vereadores, deputados, senadores e até o presidente da República esse povo elegeu na eleição de 2002.

E agora nós estamos numa outra tarefa e precisamos que a igreja continue cumprindo o seu papel de discutir, de ensinar, de aprender, de organizar, de orientar, como o senhor, por quem eu tenho um apreço extraordinário na nossa relação com a CNBB, porque entendo como uma das entidades mais representativas existente no nosso País, com quem queremos manter cotidianamente as nossas relações.

E por que temos agora que fazer aquilo que acreditávamos que poderíamos fazer? Agora nós não temos mais o direito de criticar ninguém, nós temos o direito apenas de assumir a responsabilidade de transformar em realidade aquilo com que sonhamos. E eu tenho consciência de que vamos fazer, porque se caminhamos, lutando tanto, para chegar onde chegamos, não tenham dúvida de que nós chegaremos a um lugar muito mais distante e iremos concretizar o sonho e o desejo de milhões e milhões de mulheres e homens neste país.

Eu, quando vi essas meninas andando com essa faixa: “procura-se torneiros”, lembrei que todo mundo queria ser torneiro naquela fábrica. Eu acho que o Marinho, como presidente da CUT, eu acho que os sindicalistas aqui presentes, têm saudade do tempo em que a gente andava e tinha placas nas portas das empresas com a palavra “procura-se”, porque hoje não tem mais. Hoje desapareceram essas placas e o desemprego passa a ser um dos grandes problemas não apenas no Brasil. Mas dentro do Brasil, das grandes regiões metropolitanas, este é um desafio que está colocado para que a gente resolva no nosso mandato, para que pelo menos comecemos a resolvê-lo de forma definitiva. Nunca acabaremos com 100% dos desempregados no Brasil e nem no mundo mas, certamente, teremos muito mais gente trabalhando do que a quantidade de desempregados que nós temos hoje.

Estamos, enquanto governo, preparando todos os investimentos possíveis em áreas que possam gerar empregos, e eu espero que continuemos realizando todo ano essa Missa, porque ela faz parte dos nossos hábitos. Todo 1º de Maio, além de levantarmos de manhã, tomarmos café, nos trocamos e falamos: vamos para a Missa do 1º de Maio. Isso há 24 anos. E eu tenho fé em Deus que vamos continuar fazendo essa Missa, porque um dia haverá um prefeito que irá transformar essa Missa, quem sabe, num ponto turístico para aqueles que visitam a cidade com vontade de ter um pouco mais de consciência e vontade de lutar.

Por isso, gente, que Deus abençoe cada um de nós. E que Deus lhe dê força, dom Nelson, para nos ajudar cada vez mais e muito mais.

Muito obrigado.

ANEXO III

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na missa de celebração do Dia do Trabalhador
São Bernardo do Campo-SP, 01 de maio de 2005**

Bom dia,

Bom dia, dom Nelson, nosso querido bispo da Diocese de Santo André,

Minha companheira Marisa,

Senador Eduardo Suplicy,

Deputados Devanir Ribeiro e Vicentinho,

Prefeitos João Avamileno, José de Filippi e o ex-prefeito Oswaldo, da cidade de Mauá,

Meu querido companheiro Frei Betto,

Meu querido ex-prefeito Tito Costa,

Meu querido companheiro Marinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores,

Meu querido Paulo Okamoto, presidente do Sebrae,

José Genoíno, presidente do PT,

Companheiros da Pastoral Operária do ABC,

Companheiros trabalhadores e trabalhadoras,

Dom Nelson, certamente o senhor conhece a história que marcou a relação do povo trabalhador do ABC com a Igreja do ABC. Aqui nós tivemos guarida da Igreja, não apenas para suprir as nossas necessidades espirituais, mas para fazer com que os trabalhadores tivessem uma retaguarda para enfrentar os momentos difíceis que a democracia brasileira, de pouca inexistência naquele momento, criava de situação delicada para nós. O 1º de Maio que teve uma ligação entre a Igreja do ABC e os trabalhadores do ABC foi o 1º de Maio de 1979, no Paço Municipal, com a presença de duas figuras importantes: de um lado, o nosso bispo da época, dom Cláudio Hummes, de outro lado, Vinícius de Moraes e, de outro lado, os trabalhadores e o prefeito Tito Costa, que está aqui.

Depois, o segundo grande 1º de Maio foi o de 1980, em que não pude estar presente, com outros companheiros, porque estávamos presos. Mas aqui esteve Marisa, a Diretoria do Sindicato e centenas de milhares de trabalhadores que conseguiram produzir, talvez, um dos mais bonitos espetáculos de resistência democrática da classe trabalhadora brasileira.

Foi aqui, nesta Praça da Matriz que, na época, o então general Braga, que parecia que estava querendo causar um conflito entre os trabalhadores e a Polícia, teve que recuar, por bom senso, em função dos milhares de homens e mulheres que, tomando conta desta Praça, conseguiram convencer a Polícia de que o melhor que tinha que acontecer era permitir aos trabalhadores fazerem a sua caminhada, darem uma volta no Paço Municipal. E alguns queriam apenas entrar no Estádio da Vila Euclides, colocar a mão na grama e ir para sua casa. Quem viveu esse momento viu, possivelmente, o 1º de Maio mais importante que nós fizemos, do ponto de vista da luta, da resistência, com a participação muito forte das mulheres, até porque eu estava preso. A Marisa e as mulheres dos diretores assumiram a convocação, e aqui estavam presentes, outra vez, dom Cláudio Hummes e dom Paulo Evaristo Arns.

O senhor, dom Nelson, esteve aqui no ano passado e está aqui este ano. Eu não tenho dúvida nenhuma de que esta Igreja continuará sendo uma espécie de casa, não apenas a casa de Deus que é, mas a casa da esperança, a casa da fé para todos aqueles que acreditam na existência e na possibilidade de um mundo superior.

Eu estou aqui neste 1º de maio, dom Nelson, com a certeza de que todos os bispos que passaram e os que passarão por aqui, imediatamente fazem uma relação com o povo

trabalhador desta região e, em apenas um ano, parece que a convivência já é de 20 anos ou mais, porque os padres têm experiência, convivem com esta gente. Agora, estou vendo aqui um grupo enorme de novos seminaristas, portanto, novos padres aqui para a região. E eu penso que quero estar bem velhinho para poder participar, não do centésimo, mas pelo menos do quadragésimo 1º de Maio realizado aqui, nesta querida Matriz de São Bernardo do Campo, com a presença dos padres e do bispo da nossa região.

Estou feliz, também, porque soube da notícia de que finalmente nós resolvemos, pacificamente, o problema do estado de Roraima, da homologação da terra Raposa Serra do Sol. Todo mundo sabe que levou, só no meu governo, dois anos para que nós encontrássemos uma solução jurídica e política. Depois que nós homologamos houve, por parte dos grupos que não aceitavam a homologação, o seqüestro de quatro policiais federais. Ontem, sem nenhuma violência, sem nenhuma briga, sem nenhum problema, os quatro policiais foram liberados e, agora, nós vamos dar prosseguimento à homologação dessa que era a maior reserva indígena a ser homologada e que, finalmente, foi homologada, e eu sei o papel importante que a Igreja teve nisso.

Também estou feliz porque eu vi a manifestação dos nossos cristãos aqui, e vi a quantidade de faixas falando da inclusão social, falando do microcrédito, da economia solidária, que é uma coisa que ganha muita força no meu governo e que, certamente, irá se consolidar como uma das grandes alternativas da economia para o nosso país. Não apenas o salário mínimo, que chegou a um nível que eu considero razoável em função da nossa situação, todos nós sabemos que o mínimo sempre será mínimo, porque é o salário mínimo assim no mundo inteiro, mas nós conseguimos, este ano, dar um passo adiante.

Mas o mais importante é que nós consolidamos, também este mês, na semana passada, em Brasília, o microcrédito neste país. Está aqui o Remígio, lá do Ministério do Trabalho, que sabe da alegria das pessoas que estavam lá, das cooperativas de crédito. Enquanto nos últimos oito anos nós tínhamos disponibilizado 30 milhões por ano, só neste ano disponibilizamos 600 milhões de reais para o microcrédito, em uma crença e uma expectativa de que consigamos fomentar junto aos trabalhadores a necessidade de se organizarem. Eu quero até antecipar aqui, ao meu amigo Tarcísio, do Sindicato dos Metalúrgicos, ao Feijóo, que eles criaram uma cooperativa de crédito para os metalúrgicos, mas que não é fácil as pessoas acreditarem na cooperativa. Num primeiro momento, as pessoas têm desconfiança, o que é normal. E amanhã, quando eu for à Volkswagen, eu vou ficar sócio da cooperativa de crédito para ver se, com isso, estímulo os trabalhadores a ficarem sócios, para se criar alternativas de financiamento das coisas que nós precisamos.

Também é um dia que estou feliz, porque acabo de fazer uma viagem ao estado do Pará, onde nós fomos inaugurar uma usina de biodiesel. O biodiesel é um programa estratégico do governo na mudança da matriz energética do nosso país, para que a gente possa ter um óleo diesel renovável, menos poluente, mais gerador de empregos e que pode ser feito da mamona, pode ser feito da palma, pode ser feito do caroço do algodão, pode ser feito da soja, pode ser feito do caroço da melancia, pode ser feito do caroço da abóbora, pode ser feito de tantas coisas que nós temos no Brasil. Nenhum país do mundo tem essa possibilidade. Nós achamos que o biodiesel é um projeto que não apenas vai fortalecer a independência do nosso país, como ele está sendo produzido para criar condições de desenvolvimento no semi-árido nordestino, para criar emprego nas regiões mais pobres do país, atendendo os nove estados do Nordeste e mais o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Esse projeto já está consolidado, agora só é necessário ter dimensão de escala para que a gente possa produzir o necessário e gerar os empregos necessários.

Uma outra coisa extremamente importante, ainda para o Nordeste, para gerar emprego – e eu vi que aqui tem muita gente da nossa terrinha – é que nós, finalmente, depois de mais de 150 anos, porque Dom Pedro queria fazer a transposição do São Francisco em 1846, finalmente

nós vamos fazer um processo de revitalização do rio São Francisco. Nós vamos levar água para beber a aproximadamente 12 milhões de famílias nordestinas, deixando de cada lado do canal, que vai ter 25 metros de largura, dois quilômetros e meio, para que a gente possa fazer uma boa política de cooperativa, de produção de coisas para ajudar a agricultura familiar.

Uma outra coisa extremamente importante, ainda, que nós pretendemos fazer para desenvolver a região do Nordeste do país é construir uma ferrovia ligando os estados do Nordeste, que começa também este ano, ligando dois portos importantes, o Pecém, no Ceará, e o porto de Suape, em Pernambuco.

Mas não é apenas à região Nordeste que nós queremos levar o desenvolvimento para que o povo nordestino possa ficar na sua terra natal, é à região Norte do Brasil. O biodiesel tem duas caras importantes: a região Norte do país e a região Nordeste, num primeiro momento. Quando tiver escala em quantidade, aí vai produzir biodiesel de soja, para atender à região Sul e Sudeste do país, que é a região mais desenvolvida do Brasil.

Mas algumas coisas estão acontecendo nesse interior do país. Eu, que tive o prazer de viajar 91 mil quilômetros em 1992 e 1993, de carro, de ônibus e de trem, posso dizer que até 2008 nós iremos cumprir o nosso compromisso de levar luz elétrica à casa dos 12 milhões de lares brasileiros que ainda não têm energia elétrica. É um trabalho imenso porque o Brasil é muito grande, mas nós vamos levar a luz. Essa é uma certeza e é uma garantia de que não haverá, a partir de 2008, nenhum brasileiro ou brasileira que não tenha um bico de luz para acender na sua casa.

Uma outra coisa extremamente importante é a questão da reforma agrária. Eu dizia sempre, e quero aproveitar o 1º de Maio, dom Nelson, para dizer, aqui, que há sempre um conflito na hora de discutir a reforma agrária, se você mede a boa reforma agrária pela quantidade de terras que você assentou, ou se mede pela quantidade do resultado da produção das pessoas que estão na terra.

A CPT, historicamente, afirmava que mais gente deixava o campo do que entrava no campo. Nós resolvemos inverter essa política. É por isso que quando nós tomamos posse não existia, praticamente, assistência técnica para a agricultura familiar. Hoje, já atingimos 70% da agricultura familiar e queremos chegar, no final do ano, universalizando a assistência técnica para garantir que o trabalhador que já tem a sua terrinha possa dela extrair não apenas o seu sustento e o de sua família, mas que possa sobrar um pouco para vender, para ter um dinheiro para melhorar a vida de sua família.

E, ao mesmo tempo, pela primeira vez na história do nosso Brasil, o Pronaf foi nacionalizado. Quem conhece a história do campo no Brasil, sabe que o dinheiro colocado para a agricultura familiar, 90% dele, ficava na região Sul e um pouco na região Sudeste, para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, os três estados tomadores dos recursos do Pronaf. Pela primeira vez nós nacionalizamos, e saímos praticamente triplicando a quantidade de dinheiro. Ainda ontem, antes de ontem, fiz uma reunião com a CONTAG e, só para ter idéia, meu querido Marinho, estados que faziam apenas 24 mil contratos fizeram, agora, 264 mil contratos, numa demonstração de que apenas precisamos ter paciência de ver as coisas florescerem, que elas vão acontecer.

Queria terminar agradecendo ao Marinho, o nosso presidente da CUT. O Marinho tem dado demonstração de uma qualidade superior de dirigente sindical neste país. O Marinho, em nenhum momento, deixou de fazer críticas ao governo quando tem que fazer mas, em nenhum momento, o Marinho deixou de buscar as coisas para os trabalhadores que ele representa, junto com o seu Sindicato, com o Feijóo e com a sua Diretoria, de fazer as coisas que precisam ser feitas. E foi graças à inteligência desses trabalhadores que hoje nós temos o maior programa de crédito da história do Brasil, eu não sei se, no mundo, há um programa de crédito como esse, que é o crédito consignado com desconto em folha. Antes, o trabalhador entrava na mão do agiota e não conseguia sair mais, ou pagava 9%, 10%, 12% de juros. Hoje,

os trabalhadores fazem empréstimos nos bancos em que o movimento sindical fez acordo, e eles podem pegar dinheiro emprestado a 1.50%, a 1.75%, para pagarem, no máximo, 30% do seu salário de prestação, o que revolucionou o crédito ao consumidor no Brasil, porque estamos com 16 bilhões e meio de reais nesse mercado e, agora, foi estendido aos aposentados e às aposentadas. Eu acho que isso vai chegar a mais de 25 bilhões de reais neste ano, e isso foi uma obra da criatividade deste nosso companheiro, Marinho, presidente da CUT, que foi tão importante presidente do Sindicato, do nosso Sindicato dos Metalúrgicos aqui do ABC.

De forma, meus companheiros e minhas companheiras, que este é o segundo 1º de Maio de que eu participo aqui com o dom Nelson, e espero estar vivo para participar do terceiro, do quarto, e espero poder, um dia, se Deus quiser, entrar aqui pela frente da Igreja, mesmo que bem velhinho, dizendo “esse aqui é o quadragésimo 1º de Maio de que eu participo nesta Matriz”. E aí, quem sabe, nós estejamos muito melhores.

Muito obrigado, dom Nelson, muito obrigado aos padres, obrigado ao povo do ABC.

ANEXO IV

Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e tv, por ocasião do Dia do Trabalhador – 1º de Maio (Proferido em 30 de abril 2005, comentário nosso)

Meus amigos e minhas amigas,

Companheiros e companheiras de todo o Brasil,

Amanhã é o 1º de Maio, um dia extremamente importante no mundo inteiro: Dia do Trabalhador. O dia em que homenageamos todos aqueles que constroem as ações que, legitimamente, buscam a justiça, reconhecimento e, sobretudo, melhores condições de vida para si e para a sua família.

O 1º de Maio é, e será sempre, um dia muito importante na minha vida. É como se fosse o próprio dia do meu aniversário. Afinal, não faz muito tempo, eu estava em cima de um palanque, ao lado de dezenas de outros companheiros, com o microfone na mão, reivindicando e criticando governantes insensíveis que, logo após a eleição, davam as costas ao trabalhador.

Compreendo, portanto, melhor do que qualquer outro Presidente, a legitimidade e a importância das reivindicações feitas neste dia. E falo nisso com a visão de quem já foi sindicalista e hoje é o Presidente da República, e que tem, por isso mesmo, a exata dimensão do problema, vista pelos dois lados.

Hoje sei que é possível, sim, construir soluções para que os trabalhadores brasileiros possam aumentar a sua renda e ter mais tranquilidade e mais segurança no seu emprego. Mas hoje sei, também, por outro lado, que isso não pode ser conseguido da noite para o dia.

Todas as soluções sérias, verdadeiras e, sobretudo, seguras, passam por etapas que têm que ser construídas passo a passo, lado a lado, pelos trabalhadores e pelo governo. Não há nenhuma hipótese possível de se construir avanços duradouros e conquistas verdadeiras para o Brasil e para o trabalhador brasileiro sem o crescimento sólido e seguro do nosso país e sem a sua economia em ordem, com a inflação sob controle e as contas públicas equilibradas.

Como não canso de repetir, não existe mágica. Toda grande conquista exige esforço e perseverança. Quantos anos gritamos nas ruas: “Fora FMI”? Era o grito de milhões de brasileiros que, como eu, gostariam de ver o nosso país livre de uma velha e crônica dependência econômica.

Em dois anos, como Presidente, descobri que era possível, sim, sem traumas nem rupturas, realizar esse sonho de toda uma geração. Mas que isso só seria possível se antes conseguíssemos fortalecer o nosso país, conquistar a credibilidade internacional e retomar o crescimento econômico, aumentando as exportações e equilibrando as contas públicas.

O resultado desse esforço foi que em apenas dois anos conseguimos sair do FMI, de cabeça erguida e pela porta da frente, passando o Brasil a andar sem muletas e com as suas próprias pernas, fato elogiado pelo mundo inteiro.

A partir de amanhã entra em vigor, em todo o país, o novo salário mínimo, no valor de R\$ 300,00. Um valor significativo, com um ganho real acima da inflação, como há muito tempo não acontecia. E é importante, também, levarmos em conta que hoje a inflação está sob controle, o que aumenta substancialmente o poder de compra do salário mínimo.

Entretanto, tenho plena consciência de que ainda não é o aumento ideal. Deus sabe como eu gostaria de estar aqui, agora, anunciando um salário mínimo maior. Mas isso ainda não pode ser feito nesse momento, pois desequilibraria as contas da Previdência, que hoje já carregam um déficit de 37 bilhões de reais, jogando por água abaixo tudo o que já conseguimos nesses dois anos de governo. Garanto a vocês que qualquer brasileiro responsável, sério e

verdadeiramente comprometido com o trabalhador brasileiro, no meu lugar, faria exatamente o que estou fazendo.

Quero o salário mínimo crescendo sempre e todos os anos, sem retrocessos nem crises para o nosso país, como tantas que já aconteceram no passado.

Vejam, tenho apenas dois anos e quatro meses de governo, é sempre bom lembrar isso. E, nesse curto espaço de tempo, muita coisa já mudou neste país. Dois milhões e quatrocentos mil empregos formais com carteira assinada foram criados nos últimos dois anos, o que não acontecia há muito tempo.

Só para dar uma idéia do que isso significa, enquanto a média de criação de empregos nos oito anos do governo anterior foi de 8 mil empregos por mês, desde que assumi a Presidência, a média do Brasil é de 91 mil novos empregos por mês, ou seja, 11 vezes mais.

Outra importante conquista para o trabalhador e para os aposentados deste país foi a regulamentação dos empréstimos com desconto em folha de pagamento. Esse tipo de empréstimo permitiu juros mais baratos, libertando os brasileiros das mãos dos agiotas. No meu governo, o microcrédito também ganhou uma dimensão nunca vista. Para que vocês possam entender bem o que isso significa, enquanto no governo anterior eram disponibilizados, em média, 30 milhões de reais por ano, somente para este ano já disponibilizamos 600 milhões de reais, 20 vezes mais.

Enfim, meus amigos, essas e outras dezenas de ações de governo que já estão sendo implementadas nos permitem olhar para a frente com otimismo e confiança, certos de que num futuro não muito distante conseguiremos transformar este nosso Brasil num verdadeiro país de todos.

Muito obrigado e boa noite.

ANEXO V

Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia nacional de rádio e TV, sobre as comemorações do Dia do Trabalhador (Proferido em 30 de abril de 2006, comentário nosso)

Minhas amigas e meus amigos,

Amanhã é primeiro de maio. É o dia daquele que constrói o mundo: o trabalhador. E da atividade humana mais nobre: o trabalho.

Este primeiro de maio tem para mim um significado especial, porque coincide com o momento em que o Brasil celebra uma vitória histórica do trabalhador brasileiro: a conquista da auto-suficiência em petróleo. E coincide, também, com uma série de outras vitórias que o trabalhador tem conseguido, com muito esforço, no nosso país.

A auto-suficiência em petróleo é resultado do trabalho de várias gerações. O meu governo teve a felicidade de contribuir para esta vitória, porém ninguém é mais responsável por ela do que o trabalhador brasileiro, que a construiu de forma heróica, em mais de meio século.

Como tudo que é feito de forma coletiva e solidária, a auto-suficiência trará benefícios para todos. A partir de agora, estamos livres tanto de crises de abastecimento como de oscilações agudas no preço do petróleo. A auto-suficiência vai nos ajudar, também, a aumentar nossas reservas e a economizar recursos para melhorar a vida do nosso povo.

Com ela, o Brasil amplia sua inserção soberana no mundo. É mais um marco de independência, como foi, igualmente, a nossa decisão de zerar a dívida com o FMI. Com estas conquistas, estamos reduzindo a nossa vulnerabilidade externa e nos tornando mais fortes e mais livres. Meus amigos e minhas amigas,

Temos que ver a auto-suficiência em petróleo como um símbolo que aponta para o futuro e nos cobra outras conquistas. Um símbolo de otimismo e de vitória sobre o discurso derrotista que domina certos setores da vida nacional.

Se o Brasil venceu uma luta tão difícil, tem todas as condições de vencer muitas outras batalhas. Com esforço e determinação, poderemos, sem dúvida, conseguir melhorar ainda mais a qualidade da educação, da saúde, e de várias outras áreas, transformando por completo a vida das famílias brasileiras.

É impossível fazer tudo isso em um prazo muito curto, mas em 39 meses de governo temos avançado bastante nesta direção. No nosso país, o social agora é tratado efetivamente como eixo do desenvolvimento. Seja através de modernos programas de transferência de renda, seja através do apoio ao pequeno e médio empreendedor.

Para ficar em poucos exemplos, basta lembrar que nos últimos três anos, tiramos mais de 3 milhões de pessoas da miséria. Só no setor privado, geramos quase quatro milhões de empregos com carteira assinada. O Bolsa Família está acabando com a fome e a desnutrição de 36 milhões de pessoas. E o crédito é uma realidade cada vez mais acessível ao povo brasileiro.

Minhas amigas e meus amigos,

Estamos acostumados a medir os resultados da vida com números e tabelas. Elas indicam os ganhos e as perdas; E o que aumenta e o que diminui. Muita coisa ainda precisa melhorar no Brasil, mas nos últimos três anos a balança se inverteu em favor do brasileiro comum, em especial do trabalhador.

Vejam: aumentou o emprego, a massa salarial, o salário mínimo, o micro-crédito e a poupança interna. Diminuiu a inflação, a dívida externa e os juros para trabalhadores e aposentados.

Tem aumentado a produção industrial, as exportações e a balança comercial. Tem diminuído o risco-Brasil, a taxa de juros e a inadimplência. Aumentou a produção de petróleo, a geração e a transmissão de energia e o movimento do comércio. Diminuiu o fechamento de fábricas, a destruição das florestas e os problemas de abastecimento.

Aumentaram os programas sociais, o investimento no ensino básico, as escolas técnicas e as universidades federais. Diminuiu o analfabetismo, a evasão escolar e a mortalidade infantil.

Tudo isso não acontece por acaso. Mas sim porque temos um projeto de nação e um plano de governo. Isso acontece porque sabemos o que queremos e para aonde estamos caminhando.

Meu amigo trabalhador e minha amiga trabalhadora,

Como ex-líder sindical, tenho a felicidade de poder dizer a vocês que depois de décadas de perdas constantes, vivemos, hoje, num país onde a massa salarial voltou a crescer e 90% dos acordos salariais estão sendo feitos acima da inflação.

Está tudo uma maravilha? Não. Muita coisa ainda precisa ser feita. Mas as pessoas sentem sua vida melhorando e mais perspectiva de futuro. Sei que o valor do mínimo ainda está longe do ideal, mas este ano já foi possível dar um aumento bem melhor e antecipar o pagamento para o mês de abril.

Depois de garantirmos a estabilidade, e conseguirmos o mais baixo índice de inflação dos últimos tempos, estamos agora reduzindo os juros em ritmo constante e sem sobressaltos. Este mês, por exemplo, o Banco Central aplicou a sétima baixa consecutiva na taxa Selic. E esta tendência vai continuar, estimulando a produção e melhorando o nosso Índice de crescimento.

Meus amigos e minhas amigas,

Cada vez mais me convenço que a nossa principal riqueza é o trabalhador. E quando falo trabalhador, falo de todos os brasileiros e brasileiras que nas mais diferentes profissões constroem a riqueza desta nação. Quero garantir a todos, e em especial à nossa juventude, que vamos continuar investindo fortemente no setor produtivo e no setor social. Vamos dar ainda mais ênfase à educação e ao desenvolvimento tecnológico. Vamos continuar agindo com responsabilidade, porém com muita sensibilidade. Hoje podemos investir mais porque criamos as condições para isso. Porém sem comprometer o equilíbrio fiscal e o controle da inflação.

O Brasil é um país vitorioso. A auto-suficiência em petróleo é um exemplo disso. Poucos países, no mundo, conseguiram este feito. E na hora que atingimos este marco já temos uma meta mais ambiciosa pela frente: a de sermos o país que vai revolucionar o uso da bioenergia. Pois com a utilização do biodiesel, do álcool, e de outras fontes alternativas, vamos nos transformar na maior matriz energética do mundo.

O Brasil será ainda mais vitorioso no dia em que estas conquistas beneficiarem a todos os brasileiros. Estamos lutando fortemente para isso. E graças a Deus e a muito trabalho temos conseguido bons resultados. Ao contrário do que se dizia, estamos provando que distribuição de renda faz o país crescer.

A você, companheira e companheiro trabalhador, deixo o meu mais carinhoso abraço.

Sei que temos ainda muito o que fazer, mas não posso deixar de confessar a minha alegria porque, entre outras coisas, sei que, hoje, o trabalhador brasileiro está comendo melhor; que o preço dos alimentos está mais baixo; e que ele pode comprar o material de construção para melhorar sua casa.

O trabalhador que constrói esta nação, está começando a construir sua independência com as próprias mãos.

Boa noite, muito obrigado e um feliz primeiro de maio.

ANEXO VI

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Missa em homenagem ao Dia do Trabalhador São Bernardo do Campo-SP, 1º de maio de 2006

Eu quero, primeiro, agradecer ao padre Roberto Alves Marangon, que quebrou, de certa forma, o protocolo que estava na minha cabeça, porque eu tinha dito aos meus companheiros que não queria falar hoje, porque nesta semana eu falei demais. Nesta semana eu tive que falar na sexta-feira, ontem eu fiz um pronunciamento.

Mas eu queria dizer para vocês da alegria de poder participar, outra vez, de um 1º de Maio aqui, na região do ABC. Para os jornalistas que são jovens, as jornalistas, para as pessoas que estão aqui nesta Igreja, que são jovens, eu queria lembrar que o nosso primeiro grande 1º de Maio se deu em 1979, ali na Praça da Prefeitura, com a presença de duas figuras extremamente importantes. Uma, hoje é o nosso cardeal dom Cláudio Hummes e a outra o eterno poeta brasileiro, Vinícius de Moraes. Foi um ato marcante.

E, depois, o segundo ato marcante de 1º de Maio, aqui, que muitos de vocês participaram, sobretudo os que têm um pouco mais de idade, eu não pude participar porque estava preso, mas a minha família participou, a minha mulher e muitas mulheres que estão aqui participaram de um famoso 1º de Maio em que a polícia militar não queria permitir que houvesse nenhuma manifestação aqui. Terminou que o número de pessoas era muito maior do que o número de policiais e, ao invés da polícia cercar o povo, o povo cercou a polícia. E o general Braga, que estava de helicóptero, sobrevoando essa área, teve que admitir que tinha que bater em retirada e deixar o povo fazer o 1º de Maio. E o povo não queria nada, a não ser fazer uma caminhada, dar a volta no Paço Municipal, entrar no Estádio da Vila Euclides, que tinha sido tomado pela polícia militar e pelo menos olhar a grama, que era o palco de tantas e tantas manifestações.

Bem, de lá para cá, nós temos feito todo ano um 1º de Maio. Todo ano eu estou presente aqui e pretendo continuar estando, enquanto tiver a Missa do 1º de Maio. E queria dizer para vocês que é o momento de fazermos uma reflexão sobre o que aconteceu em todo esse período. Afinal de contas, de 79 para cá já faz 27 anos. Possivelmente uma grande parte das pessoas que estejam aqui não tenha ainda 27 anos, outra era tão jovem que não lembra de nada, e tem uma minoria, representada aqui por mim, que participou de todo esse processo.

E é importante a gente analisar o que aconteceu neste mundo, nesses últimos 27 anos. Há 27 anos atrás, nós tínhamos regimes autoritários implantados em quase todos os países da América do Sul, quase todos, do Chile ao Peru. E, hoje, o que nós percebemos é que nós conquistamos a democracia em todos os países da América do Sul. E estamos percebendo que há um processo enorme de revitalização das instituições democráticas e que, em cada país, o povo continua e, na verdade, o povo está conquistando espaços extremamente importantes com sua participação na vida do país.

Também nesses 27 anos e é importante, sobretudo os trabalhadores que estão aqui presentes, lembrarem que nós ficamos os anos 80 e os anos 90, praticamente 20 anos, chorando o desemprego aqui, nesta região. A indústria automobilística, empresas como a Volkswagen, que chegaram a ter 44 mil trabalhadores, durante todos os anos 80 e 90, essas empresas foram mandando trabalhadores embora, até hoje, possivelmente, a Volks ter 17, a Ford ter um pouco, a Mercedes outro pouco, mas longe daquilo que nós tínhamos na década de 80 e na década de 90.

E é muito mais importante estar aqui com a presença do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Feijóo, do ex-presidente Vicentinho, do ex-presidente Guiba, do ex-presidente

do Sindicato, presidente da CUT, hoje ministro do Trabalho, Marinho, porque toda essa geração acompanhou a evolução das conquistas que nós tivemos nesses últimos tempos. E se a gente medir as conquistas que nós tivemos com o sonho que nós temos, nós vamos chegar à conclusão de que ainda estamos muito longe de realizar os nossos sonhos, mas nós vamos chegar à conclusão de que o pesadelo já diminuiu de forma extraordinária.

Ao colocarem esta cruz, falando do desemprego, e depois colocarem esta bandeira mostrando as alternativas, a gente entende bem o que está acontecendo no movimento social neste país, o movimento social que vem galgando conquistas, passo a passo. Eu me lembro da minha relação histórica com o movimento dos sem-teto neste país, de mais de 30 anos, e depois de 13 anos de lutas nós conseguimos aprovar, no Congresso Nacional, no ano passado, o Fundo de Habitação Social. Colocamos 1 bilhão de reais e agora tomamos a decisão de começar a acabar com as palafitas em todo o país, que é o processo de degradação maior da habitação de um ser humano. Quem conhece uma favela e não conhece uma palafita não sabe o que é condição péssima de moradia.

Da mesma forma que nós estamos, gradativamente, recuperando o salário mínimo. O aumento deste ano, graças ao trabalho do ministro Luiz Marinho, que estabeleceu um consenso com as Centrais Sindicais, foi extremamente importante, não só pelo valor nominal, mas pelo poder de compra que o salário mínimo tem hoje. Vocês são testemunhas vivas, não precisa eu estar aqui dizendo, que nós estamos comprando alimento muito mais barato, que nós estamos comprando material de construção muito mais barato, que nós estamos podendo, agora, fazer aquele puxadinho na casa da gente, que fazia anos que a gente queria fazer e não conseguia. Esses dias eu fiquei emocionado porque eu vi um trabalhador pegar um filé e dizer: “eu nunca comi um filé na minha vida e agora estou podendo comer um filé”. Lógico que ele não pode comer um filé por ano, o ideal é que ele possa comer filé todos os dias. Todos os dias, não, também porque enjoa, mas que ele tenha condições de comprar.

De forma que eu ainda quero estar aqui no 1º de Maio do ano que vem, do outro, mais uns trinta 1º de Maio chegando aqui, alguém me carregando, me trazendo aqui, porque eu acho que eu vou viver mais uns 30 anos. Se Deus quiser e vocês ajudarem, eu vou viver.

Mas eu queria dizer para vocês que este é um 1º de Maio em que eu estou feliz. É um 1º de Maio em que eu fico medindo as coisas... Eu vi essas meninas com essas peneiras e eu fico me lembrando que quando nós tomamos posse o dinheiro que se gastava com a agricultura familiar era de apenas 2 bilhões e 400 milhões de reais. Este ano nós vamos investir 9 bilhões de reais na agricultura familiar, que está recuperando a possibilidade de geração de postos de trabalho como ninguém. Há um mês atrás tomamos uma medida que, talvez quem mora aqui em São Bernardo, não tenha clareza, mas nós fizemos uma lei que permite que todos os produtores rurais que produzam suas coisas, a sua cuca, o seu pão, sua lingüiça possam vender em qualquer parte do Brasil, porque antes eles só podiam vender dentro da sua cidade. Agora eles vão poder vender pelo Brasil inteiro e isto vai ajudar enormemente a agricultura familiar – que tem crédito disponibilizado – e a parte mais pobre. O governo tem comprado a comida para que a gente possa ter uma reserva na Conab.

Estou satisfeito porque estamos desenvolvendo mais o Nordeste brasileiro e o Norte do país, e estou satisfeito porque faz 39 meses consecutivos que nós temos saldo positivo de geração de empregos, em uma média de 95 mil empregos contabilizados até agora. Isso, contando empregos apenas da Indústria, apenas os empregos no comércio, do setor privado, não está se contando o setor público e nem o emprego informal. Eu fico feliz porque, quando eu vejo aqui a Unisol, o que nós estamos fazendo para as cooperativas neste país... e eu pensava, logo que eu ganhei as eleições, que a gente iria fazer a legislação das cooperativas e elas iriam surgir aos milhares. Aí eu descobri que não é assim. Eu descobri que criar cooperativas é que nem esperar uma criança dar os seus primeiros passos. Uma cooperativa só dá certo se vier de

baixo para cima, se os cooperados tiverem consciência de que precisam se organizar em cooperativa.

Estão aqui os nossos companheiros, coordenadores do microcrédito, nunca foi disponibilizado tanto dinheiro para microcrédito neste país. Nunca. E o crédito consignado que permitiu que milhões de brasileiros pudessem ter acesso a um dinheirinho, no final do ano, para dar um presente, para viajar.

De forma que eu acho que as coisas estão andando. Eu digo todo dia para a minha mulher, digo para a minha consciência que o que importa, como Presidente da República, o legado maior que eu posso ter na minha vida, quando terminar o meu mandato, não é ter um pôster numa parede de algum lugar, é poder continuar visitando os lugares que eu sempre visitei, é poder continuar vindo aqui, na Missa do 1º de Maio, é poder continuar conversando com meus companheiros trabalhadores e trabalhadoras, é continuar podendo visitar o meu sindicato de cabeça erguida, com a consciência tranqüila do dever cumprido.

Vocês acompanham o dia-a-dia da política brasileira. Vocês sabem que quando eu cheguei à Presidência da República tomei uma decisão de nunca ficar nervoso, de nunca perder a calma, porque o Presidente da República é que nem o avô, não é nem pai, o pai tem o direito de ficar nervoso com o filho, mas o avô não, o avô tem que estar sempre mais tranqüilo, dando conselho para o pai ou para a mãe.

E eu estou vendo algumas pessoas nervosas, irritadas, xinga para cá, xinga para lá, e eu não respondo, porque eu acho que o julgamento dessa gente, e o meu julgamento, não pode ser feito pelo baixo nível da disputa, pela imprensa, tem que ser feita pelo comportamento do povo. São vocês que vão julgar quem é quem na política brasileira. Por isso eu quero, mais uma vez, dizer a vocês: saio, vou hoje à tarde para Brasília, com a minha cara-metade, vou com a consciência tranqüila de que cumpro com o meu dever de estar junto com meus companheiros, alguns de muito tempo. Aqui, quando eu entrei, eu vi companheiros da porta da Volkswagen, da porta da Mercedes, da porta da Ford, da porta da Brastemp, alguns mais bonitos que eu, outros mais feios do que eu. Mas não tem problema, a vida é assim mesmo, a vida vai nos conduzindo.

O importante é que estejamos com a nossa cabeça arejada e que saibamos o que nós temos que construir, ainda, para este país. As mulheres, no dia 8 de março, nós mandamos para o Congresso Nacional uma consertação, garantindo que a mulheres empregadas domésticas, que as empregadoras possam registrar em carteira profissional a empregada doméstica, e o equivalente ao pagamento que ela vai fazer, da parte do empregador, ela pode deduzir do Imposto de Renda, porque a nossa relação com a empregada não pode ser uma relação de irmã, de companheira, é melhor ter uma relação profissional, é melhor que a gente garanta à empregada que tenha a carteira profissional assinada, que tenha horário de trabalho, porque toda vez que a gente fala: “ah, não, ela é que nem minha irmã, ela é que nem minha filha”, mas ela não está no testamento final. Então, é importante a gente cuidar disso com respeito, com carinho.

No mais, eu queria dizer para vocês: eu, que comecei aqui, nesta Igreja, em 1978, com o padre Adelino, e esses dias encontrei o padre Adelino, ele está numa região, lá para o lado de Guaribas. Eu venho aqui, eu vou contar uma coisa: eu estou boquiaberto de ver a capacidade de renovação que a nossa Igreja teve, aqui, porque eu nunca vi tanta gente nova participando desta Missa, numa demonstração de que também acabou aquele discurso de que os jovens não queriam mais seguir a vida religiosa.

Meus parabéns. Muito grato, de coração, a todos os trabalhadores do Brasil, neste dia 1º de Maio.

ANEXO VII

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na comemoração do 1º de Maio promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC São Bernardo do Campo-SP, 1º de maio de 2010

Meus queridos companheiros e companheiras do nosso querido ABC, de São Bernardo do Campo,

Marinho, primeiro, o ABC está de parabéns por duas coisas: Santo André está na final do Campeonato Paulista e São Bernardo subiu para a divisão especial. São duas coisas importantes que estão acontecendo no ABC, porque no ABC, até então, futebol não era uma coisa muito valorizada. O estádio 1º de Maio, que servia só para a gente fazer greve, agora vai servir como domingo, lotado de gente, para assistir o São Bernardo do Campo ascender à primeira divisão, e, logo, logo o “Coringão” vai vir jogar aqui e vai precisar de muito mais gente. Ó, meu compromisso com vocês – eu não sei se este ano vai ter –, mas o primeiro jogo que o São Bernardo for fazer na divisão especial contra o “Coringão” aqui, nós estaremos lá para a gente comemorar juntos, e eu vou torcer pelo empate, obviamente.

Mas, companheira Dilma, companheira Dilma, eu queria que você viesse aqui e o Marinho, e o Marinho para a gente ter uma conversa aqui. Eu não sei, não sei se os companheiros que cuidaram desta luz aqui, se podiam mexer um pouco nisso para não ficar muito na cara da gente aqui, que me atrapalha. Bom, isso parece um “João-bobo”, a gente empurra, volta. Não, é porque a gente não consegue ver vocês. Então, eu queria pedir ao companheiro daquela luz extraordinária lá, se pudesse apenas tirar um pouco dos meus olhos... Maravilha, querido! Apaga... Aí, querido! Maravilha! Eu não sei se eu estou atrapalhando o teu trabalho, mas, certamente, a luz estava atrapalhando o meu porque eu não consigo falar sem ver a cara das pessoas. Eu aprendi, desde pequeno, que se a gente quiser saber se uma pessoa está falando a verdade, você tem que estar olhando no olho da pessoa. Não é a palavra, é o olho. Então, eu quero olhar nos olhos de vocês e quero que vocês olhem nos meus olhos para que a gente possa ter uma conversa muito franca.

Companheira Dilma Rousseff, você que é nascida... Ô Marisa, venha aqui. Venha aqui, Marinho, venha aqui, Aloizio Mercadante, aqui, já fica todo mundo aqui. Olhem, a Dilma... Você que é nascida em Minas Gerais e você que trabalhou muito em Porto Alegre, você precisa conhecer um pouco da história do ABC Paulista e, sobretudo, dos trabalhadores do ABC Paulista. Aqui, Dilma, neste paço municipal, neste paço municipal, a gente conseguiu mudar a história deste país. Eu não quero ser presunçoso, eu não quero ser presunçoso, mas a verdade, Dilma, é que enquanto a classe operária não fez as greves no ABC, a gente não conquistou a democracia neste país. Foi a greve da Scania, em [19]78, e depois a quantidade de greves que nós fizemos na Ford, na Mercedes, na Volkswagen, na Brastemp, na (incompreensível) e em tantas outras, que a gente conseguiu criar uma consciência política. Só para você ter ideia, em 1978, o ABC inteiro tinha apenas um vereador de esquerda, dos trabalhadores, um vereador. Hoje nós temos a prefeitura de Diadema, a prefeitura de São Bernardo, a prefeitura de Mauá, e temos a prefeitura de Osasco, a prefeitura de Guarulhos, porque daquele momento para cá, a classe trabalhadora aprendeu, de forma extraordinária, que o papel dela não era apenas o papel de reivindicar. Era o papel de dirigir este país.

Pois bem, muita gente achou que era loucura um metalúrgico querer ser candidato a Presidente da República, parecia impossível, e nós conseguimos, em apenas 20 anos, criar o mais importante partido de esquerda da América Latina, conseguimos chegar à Presidência da República, e conseguimos provar que ninguém está mais preparado para governar o Brasil do que a classe trabalhadora brasileira. Eu chamei você aqui, Marinho, porque ontem eu fui à

posse do Sindicato empresarial da indústria automobilística. E vejam vocês uma coisa: ontem, a indústria automobilística brasileira, que era a nona do mundo, neste primeiro quadrimestre do ano, nós passamos a Alemanha e fizemos a quarta produção de automóvel do nosso país. Nós demos um salto de qualidade extraordinário. A indústria automobilística vai investir, até 2015, Marinho, R\$ 15 bilhões aqui no Brasil, gerando empregos, gerando tecnologia e gerando renda para o povo brasileiro.

É essa a novidade política que nós estamos vendo acontecer no nosso país. Nós já fizemos a Universidade Federal do ABC, que já está quase concluída em Santo André, e está quase o campus sendo concluído aqui no ABC... em São Bernardo, já começamos a construção. Nós fizemos a universidade em Diadema, fizemos em Santos, vamos fazer em Mauá – é só o Osvaldo arrumar o terreno, nós vamos fazer –, fizemos em Guarulhos, fizemos em Osasco e fizemos 14 universidades novas no nosso país. Veja a ironia do destino, Dilma: eu sou o único Presidente da República que não tenho diploma universitário, o único neste país, e já sou o Presidente que mais fez universidades na história do país. Não é ironia do destino? O Brasil já teve professor, o Brasil já teve general, o Brasil já teve advogado, o Brasil já teve sociólogo, o Brasil já teve tudo na Presidência. Este, que só tem o diploma do Senai, já é o Presidente que mais fez universidades na história do nosso país.

Mais ainda, companheira Marta, em cem anos, em cem anos, a elite brasileira que governou este país construiu 140 escolas técnicas, em cem anos. Eu... Em oito anos, vamos entregar 214 escolas técnicas no Brasil, ou seja, uma vez e meia... em oito anos, nós estamos entregando uma vez e meia aquilo que eles fizeram em cem anos neste país.

Mais importante, mais importante, companheira Dilma, o ProUni. O ProUni colocou na escola... este ano nós vamos chegar a 726 mil jovens da periferia deste país, das escolas públicas, fazendo curso universitário, pessoas que jamais poderiam estudar porque não tinham dinheiro para pagar.

Essas coisas todas vão mudar a vida deste país. Este país, que era humilhado... Eu queria dizer para vocês – e o Marinho viveu isso, o Vicentinho viveu isso, o Nobre já viveu, o companheiro Grana já viveu isso –: aqui nesta cidade a gente já fez greves extraordinárias, e a gente voltava a trabalhar sem ganhar nada de aumento de salário, nada. No meu governo, em sete anos, todos os anos os trabalhadores tiveram aumento real de salário, todos os anos.

Vocês estão lembrados que neste país se afirmava que não podia dar aumento para o salário mínimo porque ele iria causar inflação. Faz sete anos que nós aumentamos o salário mínimo e a inflação está controlada, e todo mundo sabe que nós vamos controlar a inflação e que ela não vai voltar porque a inflação não prejudica o rico. A inflação prejudica quem recebe salário no final do mês, e aqui em São Bernardo nós já tivemos inflação de 80% e já vivemos isso – de 40[%], de 50[%] – e é o trabalhador que paga o preço da inflação.

Por isso, companheira Dilma Rousseff, você hoje veio no 1º de Maio daquela classe trabalhadora mais organizada deste país. Aqui, Dilma, o pessoal tem consciência: na indústria metalúrgica de São Bernardo do Campo, um trabalhador ganha simplesmente o dobro de um trabalhador da mesma indústria no Paraná, no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais. Não é que o empresário daqui é melhor do que o de lá. É que o trabalhador daqui brigou mais do que o trabalhador de lá, o trabalhador daqui lutou muito mais.

Por último, companheiros e companheiras, eu queria agradecer a cada um de vocês, a cada um de vocês pelo carinho que vocês têm dado ao nosso companheiro Marinho, prefeito desta cidade. Eleger o Marinho prefeito desta cidade é a possibilidade de a gente fazer aqui o que a gente está fazendo lá em Brasília. O Brasil virou outro: 31 milhões de pessoas deixaram de viver na miséria e passaram para a classe média brasileira. Na crise econômica, que quebrou Estados Unidos, quebrou Japão e quebrou a Europa, quem sustentou o Brasil foi a classe pobre deste país, que foi às compras para manter o país funcionando. E, sobretudo, as classes

D e E, que conseguiram ir para shopping, Marta. As classes D e E do Norte e do Nordeste consumiram mais do que as classes A e B da região Sul e Sudeste deste país.

Este país já não é mais um país que tem subordinação ao Fundo Monetário Internacional. Vocês estão lembrados, dez anos atrás, a gente vivia com uma mulher e um homem do FMI descendo no aeroporto para dizer para o governo “Você pode fazer isso, você pode fazer aquilo”, e o governo de cabeça baixa. No nosso governo, nós dissemos: aqui quem manda não é FMI. Aqui quem manda é o povo brasileiro, aqui quem manda. E se naquele tempo a gente devia 60 bilhões ao FMI ou 30 bilhões, hoje é o FMI que deve ao Brasil US\$ 14 bilhões, que nós emprestamos para ele.

Este país, este país aprendeu a gostar de si mesmo. O povo brasileiro aprendeu a ter orgulho. Nós fomos para Copenhague disputar as Olimpíadas. O Brasil já tinha perdido três vezes. Aí disseram assim para mim: “Ô Lula, não vai a Copenhague disputar as Olimpíadas, porque vai estar lá o primeiro-ministro da Espanha, o Zapatero; vai estar lá o primeiro-ministro de Portugal, ou melhor, do Japão, o Hatoyama; e vai estar o presidente Obama. O Brasil não tem nenhuma chance”. E aí nós fomos para Copenhague. O que aconteceu? O Brasil trouxe as Olimpíadas para o Brasil, derrotando Estados Unidos, derrotando Espanha e derrotando o Japão. Eu tenho certeza que todos vocês, que assistiram o debate lá, ficaram emocionados e orgulhosos do que nós apresentamos lá.

Portanto, meus queridos companheiros e queridas companheiras. Eu, daqui a oito meses, estarei deixando a Presidência da República, estarei voltando para a Prestes Maia, junto com a minha galega, Marisa, voltando a [para] 600 metros do Sindicato que me criou. Do meu apartamento eu vejo a porta... vejo a parede da Volkswagen, onde era a Brastemp, eu vejo o Walmart, onde era a (incompreensível), eu vejo um depósito de material de construção civil. Mas eu volto com a cabeça erguida, de quem sabe que, orgulhosamente, representou a dignidade do trabalhador brasileiro e mostrou que o trabalhador brasileiro é capaz de governar este país.

Enquanto, enquanto alguns setores aqui no Brasil criticam o governo, nós ganhamos prêmio do melhor governo do ano pelo *El Pais*, da Espanha, pelo *Le Monde*, da França, e agora pela revista *Time*, americana. Nós não fizemos isso por mérito meu, porque eu só consegui fazer o que nós fizemos porque vocês... no coração de cada mulher e de cada homem, tem um “Lulinha” escondido aí, trabalhando muito mais do que eu trabalhei.

Portanto, que quero agradecer a cada um de vocês, dizendo a vocês que o que nós fizemos precisa continuar e, para continuar, todos vocês sabem o que têm que fazer.

Um abraço e até o ano que vem, se Deus quiser.